

Contrato SIAD 415/2011 de 24 de outubro de 2011, firmado entre a Fundação Rural Mineira – RURALMINAS e a Fundação Renato Azeredo.

**EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CADASTRO / ATUALIZAÇÃO DO CADASTRO FÍSICO, JURÍDICO E FUNDIÁRIO, DO LEVANTAMENTO SOCIOECONÔMICO, DOS LAUDOS DE AVALIAÇÃO DE TERRAS, PARA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, ELABORAÇÃO DO PLANO/PROGRAMA DE NEGOCIAÇÃO E PROJETO EXECUTIVO DE REMANEJAMENTO E REASSENTAMENTO DOS BENEFICIADOS PELO PROJETO JEQUITAÍ, NO ESTADO DE MINAS GERAIS**

## **PLANO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (PAS)**

**RELATÓRIO DE ANDAMENTO – XVII**

**Volume III**

**Belo Horizonte, 08 abril de 2012.**

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES  
DO SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA – CODEVASF  
**(Empreendedor)**

FUNDAÇÃO RURAL MINEIRA – RURALMINAS  
**(Contratante)**

FUNDAÇÃO DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DA  
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE  
MINAS GERAIS (FRAMINAS)  
**(Contratada)**

**Equipe Técnica:**

**José Norberto Muniz – Framinas**

**Edivânia de Jesus – Framinas**

## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	<b>12</b>
<b>Parte A – Contextualização do Empreendimento</b>	<b>14</b>
1. Identificação do Local	14
2. Identificação do Empreendedor	15
3. Caracterização do Empreendimento	16
4. Informação sobre a Mão de Obra Necessária	31
5. Especificações da Área Total Atingida	32
6. Informação do Número Total de Atingidos	34
7. Informação da Destinação do Produto Gerado	38
<b>Parte B – Diagnóstico da Área Atingida</b>	<b>39</b>
1. Metodologia e Fontes de Dados na Elaboração do PAS	39
2. Os Recursos Socioassistenciais	40
2.1 As Políticas de Âmbito Nacional	41
2.2. Os Municípios e os Recursos Socioassistenciais	49
2.2.1. Claro dos Poções	49
2.2.2. Francisco Dumont	60
2.2.3. Jequitaiá	78
2.2.4. Síntese Comparativa	88
3. Relatório do Estudo Socioeconômico dos Atingidos	94
4. Informação sobre os Impactos Sociais Previstos	107
5. População Indiretamente Atingida	117

<b>Parte C – Projetos Obrigatórios</b>	<b>119</b>
1. Projeto de Monitoria e Avaliação	119
1.1. Objetivos	119
1.2. Objetivos específicos	120
1.3. Metodologia	120
1.4. Área de ação	121
1.5. Plano operacional do projeto	121
1.6. Recursos materiais	122
1.7. Produtos/Resultados	123
1.8. Equipe	123
1.9. Cronograma	123
1.10. Custos	123
2. Projeto de Comunicação	124
2.1. Objetivos	124
2.2. Objetivos específicos	124
2.3. Metodologia	129
2.4. Área de ação	131
2.5. Plano operacional do projeto	131
2.6. Recursos materiais	136
2.7. Produtos/Resultados	136
2.8. Equipe	145
2.9. Cronograma	146
2.10. Custos	147

3. Projeto de Negociação de Terras/Benfeitorias	147
3.1. Objetivos	147
3.2. Objetivos específicos	148
3.3. Metodologia	150
3.4. Área de ação	152
3.5. Plano operacional do projeto	152
3.5.1. Subprojeto da Construção do Ambiente Institucional	153
3.5.2. Subprojeto da Negociação de Terras/Benfeitorias	159
3.5.3. Plano de Ações de Integração ao Reassentamento	161
3.6. Recursos materiais	164
3.7. Produtos/Resultados	164
3.8. Equipe	164
3.9. Cronograma	164
3.10. Custos	164
4. Projeto do Posto de Atendimento Social	165
4.1. Objetivos	165
4.2. Objetivos específicos	165
4.3. Metodologia	166
4.4. Área de ação	167
4.5. Plano operacional do projeto	167
4.6. Recursos materiais	169
4.7. Produtos/Resultados	169
4.8. Equipe	170
4.9. Cronograma	170

4.10. Custos	170
<b>Parte D – Projetos Específicos às Características Locais</b>	<b>170</b>
1. Projeto de Extensão Rural para as Áreas Remanescentes	172
1.1. Objetivos	172
1.2. Objetivos específicos	173
1.3. Metodologia	173
1.4. Área de ação	173
1.5. Plano operacional do projeto	173
1.6. Recursos materiais	174
1.7. Produtos/Resultados	174
1.8. Equipe	174
1.9. Cronograma	174
1.10. Custos	175
2. Projeto de Extensão Rural para Área de 5 ha	175
2.1. Objetivos	175
2.2. Objetivos específicos	175
2.3. Metodologia	175
2.4. Área de ação	175
2.5. Plano operacional do projeto	175
2.6. Recursos materiais	176
2.7. Produtos/Resultados	176
2.8. Equipe	176
2.9. Cronograma	176

2.10. Custos	170
3. Plano de Ações para os Pescadores Profissionais	177
3.1. Objetivos	177
3.2. Objetivos específicos	177
3.3. Metodologia	177
3.4. Área de ação	177
3.5. Plano operacional do projeto	177
3.6. Recursos materiais	178
3.7. Produtos/Resultados	178
3.8. Equipe	178
3.9. Cronograma	179
3.10. Custos	179
4. Plano de Ações para os Trabalhadores Rurais, Meeiros/Parceiros/Arrendatários	179
4.1. Objetivos	179
4.2. Objetivos específicos	179
4.3. Metodologia	179
4.4. Área de ação	180
4.5. Plano operacional do projeto	180
4.6. Recursos materiais	180
4.7. Produtos/Resultados	180
4.8. Equipe	180
4.9. Cronograma	181



4.10. Custos	181
5. Plano de Ações de Segurança Alimentar aos Atingidos	181
5.1. Objetivos	181
5.2. Objetivos específicos	181
5.3. Metodologia	182
5.4. Área de ação	182
5.5. Plano operacional do projeto	182
5.6. Recursos materiais	183
5.7. Produtos/Resultados	183
5.8. Equipe	183
5.9. Cronograma	184
5.10. Custos	184
6. Plano de Ações para os Residentes	184
6.1. Objetivos	185
6.2. Objetivos específicos	186
6.3. Metodologia	186
6.4. Área de ação	186
6.5. Plano operacional do projeto	186
6.6. Recursos materiais	189
6.7. Produtos/Resultados	190
6.8. Equipe	190
6.9. Cronograma	190
6.10. Custos	190

7. Plano de Ações para a Reativação Econômica das Comunidades	190
7.1. Objetivos	191
7.2. Objetivos específicos	191
7.3. Metodologia	191
7.4. Área de ação	191
7.5. Plano operacional do projeto	191
7.6. Recursos materiais	187
7.7. Produtos/Resultados	194
7.8. Equipe	194
7.9. Cronograma	194
7.10. Custos	194
8. Plano de Ações para Reestruturação Viária e Garantia de Acessibilidades	195
8.1. Objetivos	195
8.2. Objetivos específicos	195
8.3. Metodologia	195
8.4. Área de ação	195
8.5. Plano operacional do projeto	189
8.6. Recursos materiais	196
8.7. Produtos/Resultados	197
8.8. Equipe	197
8.9. Cronograma	197
8.10. Custos	197

<b>Parte E – Encaminhamento Conforme o CEAS</b>	198
Anexo II – Estudo Socioeconômico	200

## Projeto Jequitaiá

### Plano de Assistência Social

#### Apresentação

A elaboração do Plano de Assistência Social (PAS/BARRAGEM), em conformidade com Resolução 318/2010, tem como objetivo, organizar, regular e nortear as ações de proteção social visando assegurar os direitos e condições de vida<sup>1</sup> dos segmentos sociais diretamente atingidos e da população, em geral, indiretamente atingida pelo Projeto Jequitaiá. Deste modo, o PAS/BARRAGEM deve apresentar e analisar as especificidades socioeconômicas e culturais da população atingida e associá-las à diversidade dessa população pelos conteúdos múltiplos do conceito de assistência social, identificando as necessidades e propondo intervenções reparadoras.

Para fins deste Plano, os componentes inseridos sob a designação de social envolvem a assistência social, centrada na população vulnerável ou de risco, a saúde, a educação, a segurança pública, o transporte e o lazer. Além disso, considerando a abordagem apresentada na concepção do Plano de Negociação, os atingidos pela construção do Projeto Jequitaiá foram classificados em nove segmentos sociais, os quais são identificados ao longo da exposição, sendo alguns mais diretamente afetados pelo empreendimento, como os produtores rurais totalmente atingidos, outros menos, como as comunidades em geral, e outros que não serão atingidos, como os garimpeiros.

Ao expressar esses conteúdos e componentes, o PAS/BARRAGEM segue a estrutura e conteúdos apresentados pela Resolução no. 131/2007 e pela Resolução no. 317/2010 do Conselho Estadual de Assistência Social de Minas Gerais – CEAS-MG. Por conseguinte, há, inicialmente, a contextualização do

---

<sup>1</sup> A identificação desses direitos segue a proposição elaborada pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Comissão Especial “Atingidos por Barragens” Resoluções nos. 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília, DF. 2010.

empreendimento, apresentando todos os conteúdos necessários à compreensão do empreendimento em si e do contexto em que está inserido. O componente seguinte é a apresentação dos resultados dos diagnósticos realizados, delimitados por procedimentos metodológicos específicos, permitindo a identificação dos impactos sociais previstos, bem como as ações visando evita-los ou minimiza-los. Essas referências são empregadas para fundamentar os projetos obrigatórios e os projetos específicos, em função das características locais.

Considerando os princípios da pesquisa de avaliação, há a proposição de que os projetos sejam elaborados de forma que possam ser monitorados e avaliados, optando-se pelo emprego de um dos modelos para a avaliação. Sob esse argumento, procurou-se associar os conteúdos pertinentes à monitoria e avaliação da Resolução 131/207 com os da Resolução 317/2010, instituindo a estrutura avaliativa como referência para a elaboração de todos os projetos, se afastando da tendência usual de identificar apenas indicadores de resultados. Não obstante, considerando as especificidades do Projeto Jequitai e das localidades atingidas, os componentes estruturantes dos projetos e planos variam entre si. Portanto, mais do que elaborar projetos por componentes específicos, o objetivo é trabalhar esses componentes sob uma teoria de mudança que cada intervenção deve implicar, bem como a forma e a intensidade com que os atores institucionais e sociais devem se envolver com o processo. Deste modo, a avaliação é sobre a ocorrência da mudança proposta, a qual deve contar com a participação da equipe técnica do Posto de Atendimento Social (PAS), um dos projetos componentes do PAS/BARRAGEM.

Como componente final do PAS/BARRAGEM, há a descrição das etapas de encaminhamentos que devem ser seguidas, as quais seguem as orientações apresentadas pelo CEAS – MG, focando os processos participativos. Nesses processos, destaca-se a apresentação e a disponibilização ao CRAS, ao CMAS, à Secretaria Municipal da Saúde, à Secretaria Municipal da Educação, da Polícia Militar, à Secretaria do Meio Ambiente e ao Departamento de Assistência Social, seguindo-se os princípios da comunicação apresentados no Projeto de Comunicação. Posteriormente, ocorrerá o protocolo do

PAS/BARRAGEM no CEAS para análise, que, conforme a Resolução N°. 318/2010 – CEAS/MG, que se desenvolve por meio de vários procedimentos. Quando da aprovação, o empreendedor se encarregará de entregar as cópias aos CMAS dos municípios atingidos, devendo-se explicitar que a vigência do PAS/BARRAGEM é até a sua total implantação, podendo se estender por deliberação do CEAS.

## **Parte A – Contextualização do Empreendimento**

### **a) Identificação do Local**

O Projeto Jequitai localiza-se na região Norte-Nordeste do Estado de Minas Gerais, ocupando grande parte da bacia do rio Jequitai, afluente da margem direita do rio São Francisco, principal manancial da região Nordeste do País. Por sua vez, o reservatório do Projeto Jequitai I encontra-se delimitado ao Norte pela Serra dos Fonecas, a Sudeste pela sede distrital de Engenheiro Dolabela - município de Bocaiuva, ao Sul pela Serra do Cabral, a Sudeste pela Serra da Água Fria e a Oeste pela cidade de Jequitai, abrangendo, portanto, parcelas dos municípios de Jequitai, Claro dos Poções e Francisco Dumont. (Desenho nº 492-CDF-JQT-A1-E101).

Desses municípios, a cidade de Jequitai é o núcleo urbano mais próximo das barragens, estando a 9,4 km de distância. Os demais encontram-se num raio de 50 km da cidade de Jequitai. O acesso rodoviário aos quatro municípios ocorre pelas rodovias BR 135 e BR 365. A BR 365 é uma rodovia federal que a região às regiões Nordeste – Centro Oeste do país. Entre essas regiões estão as cidades de Montes Claros e Uberlândia, em Minas Gerais, da qual pode se estender, via a BR 364, para o estado do Mato Grosso.

O que se destaca é que entre Montes Claros e Pirapora estão dois municípios atingidos pelo empreendimento, que são Jequitai e Claro dos Poções. Por outro lado, a BR 135 que liga Belo Horizonte ao meio norte do Brasil, permite o acesso ao município de Francisco Dumont, que também é atingido pela construção do Projeto Jequitai.

No que se infere à localização geográfica e a potencialidade do empreendimento, como será demonstrado, existem elementos que podem

inserir os três municípios em dinâmicas positivas de desenvolvimento regional. Essa possibilidade torna-se mais factível ao se identificar a inserção da região nas rotas aéreas instituídas à partir de Montes Claros.

Essas possibilidades, entretanto, somente se estruturam e ganham confiabilidade a partir da forma integrada de gestão dos recursos hídricos, instituída a partir dos comitês de bacias. De forma geral, os comitês possuem o objetivo de compartilhar poder e responsabilidades entre órgãos governamentais, não governamentais, empresas e empreendedores privados e a população usuária dos recursos hídricos.

Para o rio Jequitaiá, o comitê gestor é o Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Jequitaiá e Pacuí, situado na Rua Dona Florinda Pires, 82, em Bocaiuva. O endereço eletrônico do comitê é [cbhjequitaiapacui@yahoo.com.br](mailto:cbhjequitaiapacui@yahoo.com.br). Para atender aos 27 municípios componentes dessa bacia hidrográfica, esse Comitê está articulado com o Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas, que, como instância colegiada, articula a gestão dos recursos hídricos pelos comitês no âmbito estadual e federal. Além disso, atua de forma específica com a Superintendência Regional de Regularização Ambiental (SUPRAM) Norte de Minas, localizada em Montes Claros, à Av. José Corrêa Machado, s/n, Bairro Ibituruna, para adequar-se à política estadual de proteção ao meio ambiente e de gestão dos recursos hídricos, definidas pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Estado de Minas Gerais. O endereço eletrônico da SUPRAM Norte de Minas é [supram.nm@meioambiente.mg.gov.br](mailto:supram.nm@meioambiente.mg.gov.br).

#### **b) Identificação do Empreendedor**

O Empreendedor é a CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda sob o nº 00.399.855/0001-26, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, Setor de Grandes Áreas Norte - SGAN, Quadra 601/conjunto 01, Edifício Manoel Novaes, telefone (61) 3312-4611. O endereço eletrônico é [elmo.vaz@codevasf.gov.br](mailto:elmo.vaz@codevasf.gov.br). O Projeto Jequitaiá é empreendido em parceria com a RURALMINAS – Fundação Rural Mineira. Essa instituição está localizada em Belo Horizonte, na Rod. Pref. Américo Giannetti, s/n, Serra

Verde, Edifício Gerais, 10º. Andar, telefone (31) 3915-8480. O endereço eletrônico é [presi@ruralminas.mg.gov.br](mailto:presi@ruralminas.mg.gov.br).

### c) **Caracterização do Empreendimento**

O empreendimento caracterizado como barragem do rio Jequitaiá está associado à trajetória histórica da emancipação política do município, que ocorreu em 1948. Desde então, identificam-se as intenções de começar a construção da barragem e, ao mesmo tempo, ocorrem interrupções no processo. Conforme registrado nas reuniões com os atingidos pelo empreendimento e com as comunidades em geral, a dúvida sobre o processo de construção da barragem sempre se postou como o grande obstáculo ao reinício das atividades. Portanto, o histórico inicial da barragem construído sobre as dúvidas de concretização do empreendimento, passa a dar lugar a uma nova iniciativa com a introdução da proposta atual de retomada do Projeto Jequitaiá, que é concebida observando as múltiplas vertentes que caracterizam o projeto e estruturada sob os ordenamentos legais e institucionais contemporâneos.

Assim, o Projeto Jequitaiá ressurge e se implementa à partir de uma reivindicação histórica e se torna viável pelos recursos disponibilizados pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2), envolvendo os governos federal e estadual, em função, de representar um empreendimento de grande porte para a região. As obras são de barramento, propriamente dito, e de obras do reservatório. Em relação ao barramento, a altura máxima da barragem pode chegar a 41,0 m e o seu comprimento é de 274,0 m. Sobre essas duas referências, a área do reservatório deve chegar a 12.410ha, atingindo, de forma diferenciada, as áreas dos municípios de Jequitaiá (2.270ha), Claro dos Poções (4.200ha) e Francisco Dumont (5.940ha).

A capacidade de acumulação do reservatório será de 786 milhões de m<sup>3</sup> de água, sendo a acumulação útil de 673 milhões m<sup>3</sup>, com a queda bruta máxima de 30 m. Com essas características, a barragem permite regularizar a vazão do rio Jequitaiá de 3 para 30 m<sup>3</sup>/s, contendo as cheias que usualmente ocorrem nos quatro municípios em questão, além de gerar 20MW de energia, beneficiando o



meio urbano e rural de 19 municípios situados na área de influência do empreendimento, além de possibilitar o aproveitamento hidroagrícola de 35.000 ha, através de infraestrutura de irrigação.

Além das características e potencialidades apresentadas sobre o empreendimento, as características de sua construção são inicialmente descritas pela construção do barramento em concreto gravidade com coroamento na elevação 589,60 m, a ser executado em concreto compactado a rolo (CCR).

O sistema extravasor é constituído por três vertedouros de soleira livre, incorporados ao barramento, tendo a principal soleira, na elevação 580,00 m, 40 m de comprimento e dissipação do tipo "FlipBucket" e os auxiliares, dissipação em escadas, soleiras na elevação 584,20 m e comprimentos de 28,0 e 38,0 m, à direita e à esquerda do vertedouro principal, respectivamente.

O sistema de adução é constituído por uma tomada d'água, um Conduto Forçado e uma Válvula Dispensora instalados junto à ombreira esquerda. Este sistema permite aduzir água para a Casa de Força a ser instalada na margem esquerda.

A tomada d'água é uma estrutura de concreto convencional incorporada ao maciço de CCR do barramento; que apresenta soleira na elevação 560,75 m e dispõe de uma comporta vagão e grades removíveis para controle do fluxo.

O Conduto Forçado é metálico e apresenta diâmetro de 3,50 m entre a tomada d'água e a Casa de Força. Logo à jusante da tomada d'água, este conduto apresenta uma derivação também metálica, com diâmetro de 2,50 m para adução de água até a Válvula Dispensora. A montante da Válvula Dispensora foi prevista a instalação de uma Válvula Borboleta para permitir os serviços de manutenção.

A Casa de Força é do tipo abrigada, dispendo de uma turbina tipo Kaplan de eixo vertical de 8,25 MW de potência nominal, acoplada a um gerador síncrono trifásico de 8,5 MVA, o qual opera com rotação de 257,14 rpm. Logo na entrada do conduto forçado junto à Casa de Força foi prevista a instalação de Válvula Borboleta para permitir a proteção e manutenção da unidade hidrogeradora.

A construção das obras de barramento implicará no desvio do rio em duas etapas. Na primeira etapa, deverá ser executado um septo/ensecadeira na margem esquerda, ao abrigo do qual será escavado o canal de desvio de segunda etapa. Concomitantemente, serão realizadas as escavações necessárias para as obras de barramento e de geração localizadas ao abrigo deste septo/ensecadeira.

Ainda nesta etapa, deverão ser construídas as galerias de desvio a serem utilizadas na segunda etapa. As características principais destas obras considerando os estudos hidrológicos de 1996, são:

✓ Elevação das Ensecadeiras

✦ Montante.....554,50 m

✦ Jusante .....553,50 m

✓ Vazão de dimensionamento. 1.443 m<sup>3</sup>/s (Período úmido)

Período de Retorno 10 anos

✦ N.A. Jusante .....550,30 m

✦ N.A. Montante .....553,10 m

As obras do desvio de primeira etapa estão previstas para serem realizadas durante o período de chuvas na região. Na segunda etapa, aberto o canal de desvio, o rio Jequitaiá deverá ser fechado por duas pré-ensecadeiras de enrocamento lançado, que serão vedadas externamente. Após a construção da vedação as ensecadeiras deverão ser alteadas até sua elevação definitiva.

No interior das ensecadeiras, após o esgotamento da área, deverão ser construídas as obras principais do barramento. Esta etapa de construção está prevista para ser realizada durante o período de seca, devendo ser completada antes do período úmido seguinte.

As principais características das obras são:

✓ Elevação das Ensecadeiras

✦ Montante .....553,50 m

✦ Jusante variável entre .....547,80 e 549,00 m

- ✓ Vazão de dimensionamento.....70 m<sup>3</sup>/s (Período seco, estudo de 1996)
  - ✦ Período de Retorno..... 10 anos
  - ✦ N.A. Jusante ..... 546,80 m
  - ✦ N.A. Montante..... 551,90 m
- ✓ Elevação do Canal de Desvio
  - ✦ Montante ..... 548,00 m
  - ✦ Jusante ..... 547,00 m
- ✓ Galerias
  - ✦ Número de galerias.....2
  - ✦ Elevação do Fundo..... 548,00 m
  - ✦ Largura. .... 3,00 m
  - ✦ Altura. .... 4,00 m

O barramento do Projeto Jequitaíl é dotado de dois conjuntos de vertedouros. O vertedouro principal, localizado na parte central da seção de barramento, foi dimensionado para reter parte das cheias mais frequentes, liberando para jusante, vazões que não provoquem inundações nas áreas de irrigação e adjacências. Ultrapassada a vazão prevista de ser controlada entram em funcionamento os vertedouros auxiliares, posicionados lateralmente ao principal, promovendo aumento mais rápido de vazão e, conseqüentemente, diminuindo a área inundada a montante.

As principais características de dimensionamento do conjunto de vertedouros são:

- ✓ Controle de cheias
- ✓ Vazão afluyente (Estudo de 1996) .....2.144 m<sup>3</sup>/s
  - ✦ Período de retorno ..... 50 anos
  - ✦ N.A.máx.montante ..... 585,31 m
  - ✦ Vazão defluente ..... 736 m<sup>3</sup>/s
  - ✦ Período de retorno (natural) ..... 4 anos

✓ Capacidade de vazão

- ✧ Vazão afluente (Estudo de 1996) ..... 6.037 m<sup>3</sup>/s
- ✧ Período de retorno ..... 10.000 anos
- ✧ N.A.máx.montante ..... 588,40 m
- ✧ Vazão defluente ..... 3.360 m<sup>3</sup>/s

O vertedouro principal é uma estrutura de tipo gravidade, construída em concreto compactado a rolo, com cerca de 42 m de altura máxima. A soleira vertente é formada por um perfil Creager, sendo a parte à montante ajustada por uma elipse. Em seguida ao perfil vertente, uma declividade constante de 0,75H:1V faz a concordância com a concha defletora, a qual promove o lançamento do jato. Lateralmente dois muros divisórios separam os escoamentos do vertedouro principal e dos secundários.

As principais características do vertedouro são:

- ✓ Vazão de dimensionamento (Estudo de 1996) ..... 2.077 m<sup>3</sup>/s
- ✓ Vazão específica ..... 51,9 m<sup>3</sup>/s
- ✓ Carga máxima na soleira ..... 8,40 m
- ✓ Comprimento da soleira ..... 40,00 m
- ✓ Elevação da crista da soleira ..... 580,00 m
- ✓ Inclinação do paramento de montante ..... vertical

A dissipação de energia é realizada a jusante, através da penetração do jato em colchão de água. A pré-escavação de fossa de erosão, a jusante, garante um mínimo de dissipação de energia do jato e induz a progressão da erosão.

As principais características da dissipação de energia são:

- ✓ elevação do fundo da concha defletora ..... 558,00 m
- ✓ raio de curvatura ..... 12,00 m
- ✓ elevação do bordo de lançamento ..... 559,609 m
- ✓ ângulo de lançamento ..... 30°

- ✓ elevação dos muros laterais.....563,00 m
- ✓ elevação da fossa de erosão .....540,00 m
- ✓ comprimento da fossa de erosão.....46,00 m
- ✓ largura da fossa de erosão .....42,00 m

O capeamento da soleira vertente é executado em concreto moldado de segunda fase, prevendo-se armaduras de ligação deste elemento com o resto da estrutura.

O vertedouro auxiliar é responsável por aumentar rapidamente a capacidade de descarga total, após ser atingido o limite estabelecido para controle de cheias. É composto por duas estruturas vertentes, localizadas em ambos os lados do vertedouro principal. As estruturas são em concreto tipo gravidade construído em concreto compactado a rolo.

A soleira vertente tem perfil “Creager”, a jusante da crista. À montante, a concordância com o paramento é feita por curva elíptica. O paramento de jusante, com declividade 1V:0,75H, é composto por degraus, dissipando parcialmente a energia do escoamento. A concordância da soleira vertente com o paramento em degraus é feita com os degraus projetando-se sobre o perfil inferior da lâmina de água, induzindo a dissipação de energia.

O pé da estrutura é protegido por laje de concreto armado, com cerca de 8,0 m de extensão, formando uma bacia onde é feita a dissipação da energia remanescente do escoamento.

As principais características dos vertedouros auxiliares são:

- ✓ Vazão de dimensionamento (esquerdo e direito) ..... 1.284 m<sup>3</sup>/s
- ✓ Vazão específica ..... 19,5 m<sup>3</sup>/s
- ✓ Carga máxima na soleira .....4,20 m
- ✓ Vertedouro direito .....28,0 m
- ✓ Vertedouro esquerdo ..... 38,00 m
- ✓ Elevação da crista da soleira ..... 584,20 m
- ✓ Inclinação do paramento de montante .....vertical

- ✓ Parâmetro de jusante ..... em degraus
- ✓ Altura do degrau ..... 0,90 m
- ✓ Base do degrau ..... 0,675 m
- ✓ Elevação da bacia a jusante ..... 549,00 m

A Tomada d'água do Projeto Jequitaí será parte integrante do barramento e consiste num único bloco dotado de um portal de entrada, cuja finalidade é a captação e adução d'água para a unidade geradora através de conduto forçado embutido na barragem de concreto compactado a rolo.

As principais características da Tomada d'água são as seguintes:

- ✓ tipo ..... gravidade incorporada ao C.C.R.
- ✓ número de blocos ..... 1
- ✓ elevação de coroamento (m) ..... 589,60
- ✓ altura máxima sobre as fundações (m) ..... 31,90
- ✓ inclinação do paramento de montante ..... 1 (V):0,15(H)
- ✓ largura do bloco (m) ..... 9,20
- ✓ comprimento do bloco (m) (até a face montante da barragem) ..... 9,885
- ✓ largura do portal de entrada (m) ..... 5,90
- ✓ altura do portal de entrada (m) ..... 7,394
- ✓ submersão (m) ..... 3,25
- ✓ elevação do piso do portal de entrada (m) ..... 560,20
- ✓ largura livre da comporta vagão (m) ..... 3,50
- ✓ altura livre da comporta vagão (m) ..... 3,63
- ✓ vazão de engolimento (m<sup>3</sup>/s) ..... 38,70

Para o dimensionamento do portal de entrada foi considerada uma velocidade de escoamento na região das grades de 1,03 m/s, para o engolimento máximo de 38,7 m<sup>3</sup>/s. Foram previstas ranhuras para a inserção de comporta vagão na tomada d'água, que servirão também para a estocagem da mesma. A

movimentação dessa comporta será feita por um guincho apoiado em um pórtico de concreto localizado na crista.

A geometria da entrada da adução foi projetada de maneira a promover a aceleração gradual do escoamento até o conduto forçado. Na região da comporta, o piso é horizontal (El. 560,75 m) e cerca de 4,0 m à jusante do eixo da comporta vagão, inicia-se a transição de uma seção retangular para uma seção circular de 3,50 m de diâmetro.

Junto à fundação, próxima ao eixo da barragem, está prevista uma galeria de onde serão executados os furos de drenagem profunda e cortina de injeção.

Para garantia das vazões necessárias ao projeto de irrigação, está prevista a utilização de válvula dispersora. A válvula dispersora é do tipo "HowellBunger" com diâmetro de 2,0 m, sendo sua alimentação feita através de um conduto de derivação da adução para as turbinas. Para ancoragem do conduto da válvula dispersora foram projetados blocos de concreto nos pontos de mudança de direção.

Em situações de emergência e em casos de manutenção, o fluxo poderá ser interrompido através da válvula borboleta localizada antes da válvula dispersora. O lançamento do jato proveniente da válvula dispersora se dará na área de dissipação de energia do vertedouro.

As alternativas para o arranjo da Casa de Força foram estudadas considerando a premissa de permitir sua construção posteriormente à construção do barramento. Considerações quanto aos aspectos econômicos e energéticos levaram à instalação de apenas uma unidade geradora de 8,25 MW de potência, do tipo "Kaplan" de eixo vertical. A disposição da Casa de Força, do tipo abrigada, teve as suas dimensões definidas em função da implantação de apenas uma máquina.

Neste caso, o canal de fuga apresenta-se direcionado para a calha principal, não possuindo muro divisor. A seleção da melhor disposição para a Casa de Força foi feita considerando a minimização dos volumes de escavação e concreto, além das facilidades de acesso para construção e montagem.

A Casa de Força está localizada a jusante do barramento, junto à margem esquerda do rio e de forma totalmente desincorporada das obras e estruturas

da barragem. A não incorporação das obras de geração e de barramento permite à CODEVASF priorizar ou não a irrigação, caracterizando a geração de energia como subproduto, e, portanto, factível de ser realizada em etapas posteriores.

As escavações em solo e rocha na área de implantação da Casa de Força, no entanto, serão executadas à partida, procurando com isso contabilizar um maior volume de agregados para produção dos concretos necessários à obra e evitar o desmonte de rocha nas proximidades da barragem, caso esta já esteja em operação quando do início dos serviços da Casa de Força. Caso as obras de geração sejam iniciadas posteriormente ao término da barragem deverá ser feita uma ensecadeira sobre o canal de fuga, à jusante da Casa de Força.

As obras do barramento prevêem ainda a execução e incorporação de uma válvula dispersora, cujo conduto de adução deriva do conduto forçado da tomada d'água já citada, com o objetivo de garantir, à jusante, as vazões requeridas para o projeto de irrigação.

Nas extremidades dos tubos de sucção, serão construídas ranhuras para instalação de comportas ensecadeiras, que possibilitarão a execução dos serviços de manutenção da unidade geradora. As comportas ensecadeiras do tubo de sucção serão movimentadas com auxílio de uma talha, que correrá numa monovia fixada em vigas engastadas nos pilares de jusante da Casa de Força.

O caminho de rolamento da ponte rolante cobrirá toda a extensão da Casa de Força e Área de Montagem, apoiado em vigas de concreto com topo na elevação 565,00 m. A plataforma dos transformadores foi projetada na elevação 560,00 m, à montante da Casa de Força, havendo abaixo dela dois outros pisos. No primeiro, serão instalados os equipamentos elétricos (El. 554,10 m) e no segundo, os mecânicos (El.550,00 m), coincidente com o piso das turbinas.

Na lateral esquerda do bloco será construído o poço de esvaziamento, com piso na elevação 538,70 m. Na lateral direita do bloco foi projetado o poço de drenagem, com piso na elevação 538,70 m. A Área de Montagem consistirá



num prolongamento à esquerda da Casa de Força, possuindo 12,30 m x 15,40 m.

A área de descarga e o "hall" de montagem foram localizados na mesma elevação do pátio de manobras (El. 560,00 m). Ainda nesse piso foram previstos copa e banheiros. Nos pisos inferiores foram colocados os seguintes compartimentos:

- ✓ sala de comando, sala de baterias, sala de ar condicionado, sala de comunicação e sala de reunião, na elevação 554,10 m;
- ✓ sala de ventilação, na elevação 550,00 m.

Os estudos energéticos complementares realizados concluíram pela instalação de uma unidade geradora de 8 MW, correspondendo a 8.250 kW no eixo da turbina. Os níveis máximo e mínimo normal no reservatório foram definidos como 580,00 m e 567,50 m, admitindo a subida da água até a elevação 588,40 m em caso de enchente decamilenar.

Considerou-se então a curva-chave do canal de fuga, que indica o nível mínimo operacional de jusante de 550,00 m, que é mantido a nível constante. Em caso de cheia este nível do canal de fuga pode chegar à elevação 557,80 m. Chega-se assim à faixa de queda líquida de 29,25 m a 16,75 m para a condição de operação de uma turbina, uma vez que a perda de carga calculada para o circuito hidráulico completo é de 0,75 m. A simulação da operação do reservatório indicou como queda líquida mais freqüente, o valor 23,50 m, que foi então considerada como queda de referência para uma potência de 8.250 kW na turbina. As características principais da turbina são:

✓ tipo de turbina .....	Kaplan
✓ número de turbinas .....	1
✓ potência de referência (kW) .....	8.250
✓ vazão por unidade (m <sup>3</sup> /s) .....	38,7
✓ queda de referência (m) .....	23,50
✓ queda líquida máxima normal (m) .....	29,25
✓ queda líquida mínima (m) .....	16,75

✓ velocidade nominal (rpm) .....	257,14
✓ velocidade específica (rpm) .....	451,00
✓ diâmetro de descarga do rotor (m) .....	2,42

Em relação à disposição da unidade, o conjunto turbina-gerador está previsto com eixo vertical possuindo um mancal combinado guia-escora situado abaixo do rotor do gerador, montado em uma cruzeta apoiada no concreto envoltório.

Logo acima do rotor do gerador estará situado outro mancal de guia, enquanto que o terceiro será alojado na tampa de turbina, próximo à vedação do eixo.

O distribuidor será movimentado por dois servomotores colocados na parede do poço da turbina.

O poço da turbina terá acesso para permitir a manutenção dos mancais, das vedações e do acionamento do distribuidor, de um modo geral. A turbina terá um sistema de regulação próprio, com tanque de pressão, válvulas e dispositivos adequados.

À montante da caixa espiral será instalada uma válvula borboleta com diâmetro nominal de 3,50 metros. O acionamento para abertura da válvula será feito por meio de um cilindro hidráulico utilizando o óleo sob pressão do sistema de regulação da turbina. O fechamento será por ação de um contrapeso ligado ao braço externo da válvula. As características principais da válvula borboleta são:

✓ tipo da válvula .....	borboleta
✓ diâmetro nominal (m) .....	3,50
✓ pressão de trabalho (kPa) .....	3,85
✓ perda de carga (mca) .....	0,25

A adução da Tomada d'água contará, a partir da elevação da soleira, com um gradeamento de aproximadamente 43 m<sup>2</sup>, inclinado para a jusante de 1:0,15 (aproximadamente 8,53°) em relação ao plano vertical. A adução, dividida em dois vãos por um pilar metálico central, será protegida por uma grade constituída de 8 (oito) painéis iguais e intercambiáveis dispostos em duas colunas de 4 (quatro) painéis de grades sobrepostas. Os painéis serão do tipo removíveis, trabalhando independentemente um do outro.

Os painéis de grade ficarão apoiados sobre guias de aço embutidas no concreto e serão formados por barras chatas verticais, espaçadas de 150 mm e apoiadas em vigas horizontais. A operação de colocação ou retirada dos painéis será feita com o auxílio de uma viga pescadora, acoplada a talha elétrica montada em monovia. As características principais das grades da tomada d'água são:

✓ Tipo de grade .....	Removível
✓ N° de Tomadas d'água .....	1
✓ N° de aduções por Tomada d'água.....	2
✓ N° de grades por adução.....	1
✓ N° de painéis de grades por adução .....	4
✓ N° total de painéis .....	8
✓ N° de viga pescadora .....	1
✓ N° de jogos de peças fixas .....	1
✓ N° de conjuntos de peças fixas por jogo . .....	2
✓ Largura de um painel de grade (m) .....	2,75
✓ Altura de um painel de grade (m) .....	1,96
✓ Espaçamento entre linhas de centro das barras verticais (mm).....	150
✓ Elevação N.A. máximo maximorum (m) .....	588,40
✓ Elevação N.A. máximo normal (m).....	580,00
✓ Elevação da soleira da grade (m) .....	559,80
✓ Elevação do topo da abertura (m) .....	567,59
✓ Inclinação do paramento com a vertical .....	1:0,15
✓ Peso de 1 (um) painel de grade (kN) .....	13
✓ Peso de 1 (um) jogo de peças fixas (kN) .....	50

A adução da Tomada d'água será fechada por uma comporta com rodas, tipo vagão, que interromperá, sob qualquer nível a montante, o fluxo através da

turbina, possibilitando a inspeção geral e a manutenção da turbina e das válvulas borboletas. A comporta, constituída de 2 (dois) elementos acoplados, possuirá paramento e plano de vedação voltados para o lado montante, providos de rodas, destinadas à transmissão da carga hidráulica para as peças fixas. A operação de colocação e retirada da comporta vagão na ranhura de operação da tomada d'água, será efetuada por um guincho fixo montado em uma estrutura civil. Suas características principais são:

✓ Tipo de comporta.....	Vagão
✓ Nº de comportas .....	1
✓ Acionamento .....	Guincho fixo
✓ Nº de jogos de peças fixas .....	1
✓ Elevação topo da ponte de serviço(m) .....	589,60
✓ Elevação NA máximo maximorum (m) .....	588,40
✓ Elevação NA máximo normal (m) .....	580,00
✓ Elevação da soleira da comporta (m) .....	560,75
✓ Vão livre (m) .....	3,50
✓ Altura livre (m) .....	3,63
✓ Peso da comporta (kN).....	110
✓ Peso do jogo de peças fixas (kN).....	40

As comportas ensecadeiras destinam-se a permitir o ensecamento do Tubo de Sucção, a fim de possibilitar a manutenção da turbina. Serão necessárias duas comportas ensecadeiras capazes de fechar simultaneamente as duas aberturas do Tubo de Sucção. Em ranhuras localizadas no Tubo de Sucção serão instaladas guias de aço embutidas no concreto, por onde descerão e se apoiarão as comportas ensecadeiras.

Cada comporta ensecadeira será construída em um painel único, sendo dotado de duas válvulas "by-pass" para o equilíbrio de pressões entre montante e jusante da comporta, antes do seu içamento. Cada comporta ensecadeira será apoiada em molas instaladas nas cabeceiras de jusante, com a finalidade de garantir o encosto das vedações e permitir o esgotamento do Tubo de Sucção.

As comportas ensecadeiras serão manobradas por uma viga pescadora acoplada a talha elétrica pendurada em uma monovia. As operações de instalação e retirada da comporta serão realizadas sob equilíbrio de pressões hidráulicas. As características principais da comporta ensecadeira do Tubo de Sucção são:

✓ Tipo de comporta.....	ensecadeira deslizante
✓ Nº de comportas ensecadeiras.....	2
✓ Nº de painéis por comporta .....	1
✓ Nº de vigas pescadora .....	1
✓ Nº de jogos de peças fixas .....	2
✓ Vão livre (m) .....	3,1
✓ Altura livre (m).....	2,15
✓ Altura do painel (m) .....	2,20
✓ Elevação NA máximo de jusante (m) .	557,80
✓ Elevação NA normal (mínimo operacional) (m) .....	550,00
✓ Elevação da soleira da comporta (m).....	540,56
✓ Elevação do topo da ponte de serviço (m) .....	560,00
✓ Peso de 1 (uma) comporta ensecadeira (kN) .....	30
✓ Peso de 1 (um) jogo de peças fixas (kN) .....	20

O desvio do rio será feito por duas galerias de desvio com comprimento aproximado de 38,0 metros. Para o fechamento provisório das duas galerias de desvio, serão utilizadas duas comportas, tipo vagão, as quais serão movimentadas através de um guindaste móvel, operando no piso da plataforma de elevação 589,60 m, com o auxílio de hastes de movimentação e vigas de estocagem.

As comportas, constituídas por dois elementos acoplados e de mesma altura, serão metálicas de construção soldada com paramento e plano de vedação

voltado para o lado jusante, providas de rodas destinadas à transmissão da carga hidráulica para as peças fixas.

As comportas permanecerão na posição fechada até a conclusão dos tampões de concreto de fechamento definitivo das galerias de desvio. Após a conclusão desses, as comportas serão recuperadas para, posteriormente, serem reaproveitadas na Galeria de Desvio e Canais de Irrigação do barramento Jequitaí II.

As características principais das Comportas Vagão das Galerias de Desvio são:

✓ Tipo de comporta.....	vagão
✓ Nº de comportas .....	2
✓ Nº de galerias de Desvio.....	2
✓ Acionamento .....	guindaste móvel
✓ Nº de jogos de peças fixas .....	2
✓ Elevação do topo da ponte de serviço (m) .....	589,60
✓ Elevação NA máximo maximorum (m) .....	588,40
✓ Elevação NA máximo normal (m) .....	580,00
✓ Elevação NA máximo de desvio (m) .....	551,90
✓ Elevação da soleira da comporta (m) .....	548,00
✓ Vão livre (m) .....	3,00
✓ Altura livre (m) .....	4,00
✓ Peso de 1 (uma) comporta (kN) .....	140
✓ Peso de 1 (um) jogo de peças fixas (kN) .....	30

A previsão de custos é da ordem de R\$ 197.470.557,53. Deste total, está previsto que 33% serão destinados para cobrir os impactos sociais gerados pelo empreendimento.

Evidentemente, esses valores não são apenas para a construção da barragem e das obras do reservatório. Estão embutidas nesses valores as obrigações dos empreendedores com a compra de terras, indenizações e reparações pelas violações dos direitos adquiridos dos atingidos pela construção do empreendimento, os planos de gestão ambiental e de assistência social, com a construção de dois postos de assistência social, etc. São valores determinados pela legislação existente, que assumem compromissos com a concepção e a implementação de programas e projetos que visam minimizar os múltiplos impactos causados pela construção do empreendimento.

**d) Informação sobre a Mão de Obra Necessária, sua respectiva Qualificação e o Cronograma da Obra**

Em conformidade com os empreendedores, a construção das obras do Projeto Jequitaí irá requerer a contratação de 300 trabalhadores. Esses trabalhadores deverão ter qualificações para desempenhar as seguintes atividades: Ajudante geral, Armador, Cabo de fogo, Carpinteiro de esquadrias, Carpinteiro de formas, Eletricista, Encanador, Encanador (meio oficial), Encarregado de britagem, Encarregado de Concreto, Encarregado de pista, Encarregado de serviço, Encarregado de usina, Mangoteiro, Marteleiro, Mecânico, Motorista de caminhão, Op. Acabadora, Op. Bomba de concreto, Op. Caminhão betoneira, Op. Caminhão munck, Op. Central de britagem, Op. Central de concreto, Op. de basculante, Op. de compressor, Op. de grua, Op. de guindaste, Op. De perfuratriz, Op. Escavadeira hidráulica, Op. Escavadeira shovell, Op. Fora de estrada, Op. Motoniveladora, Op. Pá carregadeira, Op. Retro escavadeira, Op. Rolo compactador, Op. Trator agrícola, Op. Trator esteiras, Op. Usina de asfalto / mist. de solo, Pedreiro para alvenaria, Pedreiro para concreto, Pintor, Servente, Soldador / maçariqueiro, Vibradorista e Vigia. Considerando que a área a ser construída está localizada no município de Jequitaí, assume-se que esses trabalhadores ou a sua maioria, deverão se instalar nesse município ou nas áreas próximas a ele, como Claro dos Poções e Francisco Dumont. Portanto, a pressão demográfica maior sobre os recursos socioassistências será no município de Jequitaí. Não obstante, considerando as conexões entre esses municípios, essa pressão se estenderá, a princípio, aos municípios de Claro dos Poções e Francisco Dumont e, posteriormente, às

principais cidades da região, como Pirapora, Bocaiúva e Montes Claros, como centro de referências dos serviços socioassistenciais.

Em relação ao cronograma, o prazo das obras, incluindo as montagens eletromecânicas, está previsto em aproximadamente 03 (três) anos. Entre as etapas identificadas, a construção da barragem terá o maior prazo para a sua conclusão, estando as outras duas para serem iniciadas a partir do Ano 2. Essa proposição está ilustrada pelo Quadro 1.

Quadro 1 – Cronograma de execução do Projeto Jequitáí.

Etapas	Anos		
	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Barragem	xxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxx
Enchimento do lago		xxxxxx	xxxxxxxxxxxxxx
Casa de força		xxxxxx	xxxxxxxxxxxxxx

Deve-se destacar que o início do enchimento do lago está previsto para ocorrer nos meses de outubro ou novembro, no período chuvoso, favorável do ponto de vista hidrológico. Entretanto, o enchimento pode se prolongar por até 13 meses, dependendo das características do ano hidrológico e do mês de início do enchimento.

**e) Especificações da Área Total a ser Atingida: (alagamento; APP; canteiro de obras; sistema de transmissão; perímetro e cumprimento do reservatório; altura da barragem)**

A área total atingida pelo empreendimento é de 9.713 ha, para o N.A. de desapropriação (cheia centenária, considerando o remanso). Essa área é distribuída entre os três municípios, conforme apresentado na Tabela 1. De acordo com essa Tabela, 2,7% é a área total dos municípios que será ocupada pelo alagamento. Dos três municípios, Claro dos Poções terá 4,5% das terras



atingidas, enquanto o município de Jequitai possui a menor porcentagem da área atingida, que é de 1,4%. Mesmo com 5.940 ha atingidos, sendo a maior área atingida entre os municípios, Francisco Dumont possui apenas 3% da sua área atingida.

Tabela 1—Área dos municípios e relações com as áreas atingidas e densidade demográfica.

Município	Área em Km <sup>2</sup>	Hab/Km <sup>2</sup>	Área hectare	Área atingida	% da Aa/Aha
Claro dos Poções	720,42	10,7	72.042,3	3.283	4,5
Francisco Dumont	1.576,12	3,09	157.612,0	4.652	3,0
Jequitai	1.268,44	6,31	126.844,0	1.778	1,4
Total	3.564,98		356.498,3	9.713	2,7

Fontes: IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro. 2010 e Diagnóstico Socioeconômico. Relatório de Andamento V. Belo Horizonte. Framinas. 2012.

Ao associar a área do município com a população residente, tem-se que Francisco Dumont, com a maior área atingida pelo empreendimento, possui a menor densidade demográfica. Esses dados evidenciam que a ocupação do empreendimento pela área geográfica não atinge o número de habitantes por metro quadrado, especialmente ao considerar que esse município não se constitui no principal polo de recepção do contingente populacional gerado pelo empreendimento.

Por sua vez, Jequitai, município onde ocorrerá a construção da barragem, tem a sua sede municipal distante do eixo dessa construção, a qual está a 7.750 metros de distância. Deve-se acrescentar que a barragem possui o comprimento de 274,0 metros e a área do canteiro de obras ocupará, aproximadamente, 20 ha. Esta área deverá situar-se próximo à margem direita do Rio Jequitai, nas coordenadas (N=3.089.599,2182 E=247.616,4436) a uma distância de aproximadamente 800m do eixo da barragem.

Em função desses dados, pode-se registrar a tendência de que o município de Jequitai poderá concentrar o maior contingente de mão de obra envolvida com o empreendimento. Não obstante, a sua densidade demográfica é pequena, 6 habitantes por quilometro quadrado e apenas 2% da área será atingida pelo

empreendimento. Esse dado corrobora a constatação anterior, pois o município que será o maior receptor do contingente populacional, possui poucas pessoas por quilômetro quadrado e terá uma reduzida área atingida pela construção do empreendimento.

No geral, constata-se a baixa taxa de densidade demográfica acompanhada de pequenas proporções das áreas atingidas. Esses dados revelam, a princípio, que a pressão demográfica sobre a área geográfica será mínima. Não obstante, essa constatação transfere as preocupações com os impactos causados pela construção do empreendimento para outra dimensão, que será a pressão populacional sobre os equipamentos e os recursos socioassistências, educacionais, de saúde, de segurança, de transporte e de lazer atualmente ofertados nos três municípios em questão. Por isto, eles serão analisados como conteúdos específicos em outras partes deste plano.

Para completar os dados sobre a área do Projeto Jequitai, a altura da barragem será de 41,0 m, com a área inundada no N.A. normal de 9.000 ha, área de APP de 4.461 ha e o perímetro APP de 280 km. Por sua vez, a área indenizada será de 13.461 ha. Deve-se explicitar que, em função das características do Projeto Jequitai, não há instalações que instituem o sistema de transmissão do mesmo.

**f) Informação do Número Total de Atingidos: diretos (proprietários, trabalhadores e outros; pessoas/famílias residentes na propriedade; número de propriedades atingidas e o número de pessoas/famílias atingidas diretamente) e indiretos**

Assumindo que o Projeto Jequitai é um empreendimento complexo e de grande porte, a identificação dos atingidos é fundamentada por critérios abrangentes. Isto é, há os que dependem da terra e da água como fatores essenciais de produção, há os que dependem da terra pelas relações de trabalho e há os que residem nos municípios envolvidos pelo empreendimento e serão indiretamente atingidos. Além disso, os atingidos, de uma forma geral, poderão ser positivamente ou negativamente afetados, considerando-se a unidade familiar como referência para a análise.

Portanto, o termo atingido delimita a extensão das reparações necessárias aos segmentos sociais envolvidos pelo empreendimento. Essa proposição está em

consonância com a do CDDPH<sup>2</sup> (2010), que admite “que a definição de “atingido” decorre da amplitude do reconhecimento de direitos e a legitimidade de seus detentores”.

A legitimidade dos detentores dos direitos foi identificada pelas reuniões realizadas para a elaboração do Plano de Negociação. Entre os participantes foram identificados os seguintes segmentos sociais que serão afetados: produtores rurais parcialmente atingidos; produtores rurais totalmente atingidos; meeiros, parceiros e arrendatários; trabalhadores rurais; pescadores profissionais, areeiros e as comunidades em geral. Nota-se que a introdução do termo comunidades em geral representa a inclusão dos atingidos indiretamente pela construção do empreendimento, se constituindo em objetos de intervenção de setores governamentais, dos empreendedores e da empresa executora das obras. Nesse processo de reparações, mais do que identificar a natureza dessas reparações, que serão objeto de programas e projetos específicos deste programa de assistência social, está a forma articulada e coordenada de envolvimento com os referidos programas e projetos. Para maiores detalhes sobre as reparações em relação a esse segmento social, o projeto designado como Cenários para a Implementação da Negociação apresenta as alternativas que serão empregadas, tais como programas, projetos e ações específicas.

Por sua vez, com relação aos segmentos sociais identificados, estão registradas e identificadas no Anexo II, e que estão sintetizados na Tabela 2, 434 elementos diretamente atingidos Projeto Jequitaí. Inicialmente, tem-se que 185 propriedades serão atingidas e, a elas, estão vinculados os filhos de proprietários e os demais segmentos sociais envolvidos com as atividades produtivas.

---

<sup>2</sup> Comissão de Defesa de Direitos da Pessoa Humana. Comissão Especial “Atingidos por Barragens” Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília, DF, 2010.

Tabela 2: Descrição dos municípios por múltiplos indicadores.

Municípios Itens descritivos	Claro dos Poções	Francisco Dumont	Jequitaiá	Jequitaiá/ Claro dos Poções	Total
Propriedades atingidas	31	79	63	12	185
Propriedades totalmente atingidas	12	16	21	4	53
Propriedades parcialmente atingidas	18	43	20	8	100
Propriedades adquiridas	01	9	22	0	32
No. de filhos identificados*	08		22	1	31
No. de arrendatários	2	1	8	1	12
No. de meeiros	14	8	8	2	32
No. de trabalhadores	97	51	17	9	174
<b>Total**</b>	<b>152</b>	<b>128</b>	<b>118</b>	<b>25</b>	<b>434</b>

Fonte: dados da pesquisa.

\*Do total de 31 filhos identificados, há o registro de que 12 são trabalhadores rurais.

\*\* O total não inclui a soma da primeira linha.

O maior contingente de atingidos está no município de Claro dos Poções, especialmente pelo número de trabalhadores rurais atingidos, que é 97 no total de 30 propriedades total e parcialmente atingidas. Em seguida, está o município de Francisco Dumont, com destaque sobre o número de propriedades parcialmente atingidas, 43, e de trabalhadores rurais, 51. Na área de construção da barragem está o município de Jequitaiá, o qual possui o maior número de propriedades atingidas e de propriedades já adquiridas.

Por essas tendências, pode-se esperar que em cada município haverá demandas específicas, sobressaindo-se os atingidos do município de Jequitaiá pela necessidade de reassentamento dos proprietários e dos respectivos filhos, principalmente. Por sua vez, os municípios de Claro dos Poções e de Francisco Dumont, além do reassentamento irão requerer dos empreendedores projetos e ações direcionadas aos trabalhadores rurais. No conjunto, as proposições devem ser estendidas aos meeiros e arrendatários, sendo o primeiro nos três municípios e o segundo concentrado nos municípios de Claro dos Poções e Jequitaiá.

Especificamente, identifica-se na Tabela 2 que, pelo menos, 53 famílias deverão ser reassentadas, com o maior contingente de pessoas no município de Jequitaiá e, em menor número, nos municípios de Claro dos Poções e de Francisco Dumont. Se a indenização é uma origem natural dos conflitos de interesses, quando ela está associada ao reassentamento, o ambiente de negociação torna-se mais complexo. Portanto, em termo dos municípios, existem duas tendências distintas, mas complementares, que implicam em impactos e intervenções diferenciados.

Além desses dados, destaca-se, na Tabela 2, que já ocorreram 32 aquisições de propriedades, sendo o maior contingente em Jequitaiá, local onde será a construção da barragem. Considerando que a estrutura fundiária da região é caracterizada pela predominância de pequenas propriedades, das propriedades identificadas, 33% possuem até 10 ha e estão localizadas, em sua maioria, em Jequitaiá. Assim, em função do local de construção da barragem, o município mais afetado é Jequitaiá, em termos de pequenas propriedades totalmente atingidas. Por sua vez, Francisco Dumont é, dentre os

municípios atingidos pelo empreendimento, o que possui maior número de propriedades com maior extensão de área. Existem 20% das propriedades atingidas com mais de 100 ha.

Outro dado interessante é que ao se considerar o número de propriedades atingidas que possuem de 11 a 30 ha, pode-se assumir que alguns dos seus proprietários deverão optar pelo reassentamento. Isto é, ao diferenciar as propriedades entre total e parcialmente atingidas, pode-se esperar que a maioria dos proprietários deverá ser indenizada ou reassentada já que a exploração das áreas remanescentes destas propriedades parcialmente atingidas não será economicamente viável.

Além do impacto sobre esse segmento social, houve a identificação de 28 pescadores profissionais e de três areeiros, que dependem de forma distinta da água do rio como fator de produção e serão direta e parcialmente atingidos. Como foi descrito nos Cenários para a implementação do Plano de Negociação, os pescadores profissionais serão parcialmente atingidos, especialmente no período de enchimento do lago. Por sua vez, entre os areeiros, somente um deles será diretamente atingido. Deve-se ressaltar que, para cada categoria dos segmentos sociais identificados, os Cenários para a Implementação do Plano de Negociação recomendam medidas mitigadoras diferenciadas.

#### **g) Informação da Destinação do Produto Gerado pelo Empreendimento**

A identificação dos produtos gerados pelo Projeto Jequitaí I é consequência da perspectiva conceitual atribuída ao projeto. Em outros termos, se o Projeto Jequitaí foi concebido como sendo de grande porte, a perspectiva é de que os impactos negativos, os produtos gerados e o público alvo a ser beneficiado por ele, também terão a mesma proporção.

Inicialmente, tem-se, com o Projeto Jequitaí, a base de sustentação do potencial hídrico do rio Jequitaí, pela regularização da oferta de água e a das vazões, diminuindo os riscos de enchentes e da falta de água na época de estiagem. Nesse processo, os beneficiários são múltiplos, independentemente dos fatores socioeconômicos que diferenciam os segmentos sociais. A essa

proposição está o estabelecimento de áreas de conservação para a proteção da fauna e flora local, fortalecido pelos programas de educação ambiental que devem ser introduzidos junto às comunidades locais. Se há a formação ambiental por programas, aumenta-se a solidariedade e confiança entre os atores sociais e institucionais, fortalecendo o poder de intervenção e de reivindicação dos grupos sociais.

Associado a esses produtos, pode-se destacar outros produtos, tais como, a oferta de energia elétrica, cuja aplicação na produção e processamento de produtos agropecuários e no bem estar da coletividade, ao abastecer as cidades, proporciona a possibilidade de novas atividades industriais e induz o desenvolvimento regional. Como exemplo, a formação de parques agroindustriais irão possibilitar novas perspectivas de renda para as famílias. Além disso, existe o potencial para se intensificar o turismo de lazer, gerando novas oportunidades de emprego para os pescadores e demais categorias, gerado pela formação do lago. A expectativa é de que ocorra um novo ordenamento institucional que facilitará e induzirá o aparecimento de atividades complementares, com reflexos no sistema educacional, na formação de técnicos em diferentes especialidades, etc. Apenas para ilustração, estima-se que cada hectare irrigado proporcione a geração de um emprego direto e de dois empregos indiretos. Portanto, a perspectiva conceitual sobre o empreendimento é de otimizar as implicações do Projeto Jequitáí e de assumir, em conformidade com os Objetivos do Milênio, a multiplicidade de aspectos humanos, sociais, culturais, ambientais e históricos envolvidos e buscar proposições e intervenções voltadas para o desenvolvimento integral<sup>3</sup>.

## **Parte B – Diagnóstico da Área Atingida**

### **a. Metodologia e Fontes de Dados na Elaboração do PAS**

Considerando que a assistência social envolve múltiplos componentes interligados, os procedimentos metodológicos para apreender esta

---

<sup>33</sup> A Organização das Nações Unidas (ONU), ao analisar os problemas cruciais mundiais, definiu oito objetivos para o Milênio, denominados Objetivos do Milênio, que devem ser alcançados até 2015. Disponível em <[www.objetivosdomilenio.org.br](http://www.objetivosdomilenio.org.br)>. Acesso em 23/05/12.

complexidade foram múltiplos. Inicialmente, constatou-se que havia órgãos governamentais e representantes dos segmentos sociais atingidos que já tinham participado da mobilização para a elaboração do Plano de Negociação. Após esses contatos, foi possível identificar os órgãos municipais envolvidos com a assistência social, e que já atendem mais intensamente as populações designadas como de risco, ou seja, sujeitas à exclusão econômica, familiar, cultural, educacional, do lazer e dos serviços de saúde, como os envolvidos com as doenças especiais. Assumindo a complexidade do empreendimento e os seus impactos nas comunidades em geral, buscou-se, então, envolver diretamente os órgãos representantes da saúde, da educação, da segurança, do transporte, da moradia e do lazer<sup>4</sup> na coleta de dados e de informações para a descrição do diagnóstico dos serviços socioassistenciais existentes em cada município.

Há, portanto, o envolvimento interativo e articulado visando a coleta de dados para a fundamentação do PAS. O relevante nesse processo é o interesse dos representantes dos órgãos municipais em participarem da análise dos dados, visando a adequação às realidades dos municípios e a possibilidade de estruturar o PAS através de programas e planos de ações específicos. Nesse sentido, os relatórios parciais e finais para a elaboração do PAS passaram pela análise e sugestões dos envolvidos no processo, para que a proposição final seja submetida à comunidade em geral para avaliação, sugestões e encaminhamentos.

Como complemento a esses procedimentos, foram usados dados secundários fornecidos pelos respectivos órgãos, dados provenientes dos diagnósticos e relatórios já elaborados, especialmente o sócio-econômico, que será detalhado em outro capítulo deste Plano, e o uso de informações e dados que encontram-se disponibilizados nos sites de órgãos públicos federais, que tratam da matéria em questão. Esses sites, estão disponibilizados em nota de rodapé, identificando-se a fonte, o dia, o mês e o ano do acesso. Além disso,

---

<sup>4</sup> Apenas para ilustração participaram do processo de coleta de dados o Secretário da Saúde, Coordenadora do CRAS, Membros dos Conselhos Municipais de Assistência Social, Assistentes Sociais do CRAS, Secretarias do Meio Ambiente, Secretarias da Educação e a Coordenadora do CMS. Essa participação variou entre os municípios em função da disponibilidade dos mesmos no dia da reunião.



considerando o volume de dados apresentados, as demais fontes também estão citadas em nota de rodapé.

## **b. Os Recursos Socioassistenciais**

Os recursos socioassistenciais, para fins de elaboração do PAS/BARRAGEM, são concebidos sob duas perspectivas: a) pelas políticas de âmbito nacional, que estruturam e tornam possíveis as intervenções locais; e b) os equipamentos e serviços assistenciais locais juntamente com a identificação dos programas e de serviços que expressam a forma e a intensidade com que as políticas nacionais estão sendo operacionalizadas nos municípios. O objetivo da apresentação sob essas duas perspectivas é compreender, mais adequadamente, a forma de implementação da assistência social nos municípios a partir do que é possível e do que ocorre, para, então, identificar o que é ainda necessário ser feito em função das demandas locais.

### **b.1. As políticas de Âmbito Nacional**

A inclusão da assistência social como política integrante da seguridade social, numa espécie de sistema de proteção social em favor dos desamparados ao lado da previdência social e da saúde, ocorreu a partir dos anos 80 do século passado. Como política de direito, o Estado passou a assegurar, promover e amparar a família, a maternidade, a infância, a adolescência, a velhice, a integração ao mercado, a reabilitação de portadores de necessidades especiais, etc.

Enquanto as questões de proteção social induzem à política de seguridade social, os desafios oriundos dessa proteção levam à implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Evidentemente, o percurso é longo, conflituoso e constituído de diversas trajetórias, mas, sem entrar nesses detalhes, tem-se que, a partir de 2005, foi introduzido um novo reordenamento para a política de assistência social no país.

Um dos aspectos básicos que norteou esta nova política foi o acordo entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, respeitando-se a autonomia de

ação de cada um. Além disso, o foco para a ação passou a ser a família e seus membros, sendo o território a base de organização. Com isso, foi possível identificar as funções da família e delimitar o número de pessoas que efetivamente necessitam de assistência, bem como se determinar a complexidade dessas necessidades(PNAS, 2004)<sup>5</sup>.

O SUAS passou a organizar as ações de assistência social em dois tipos de proteção social. A primeira, a Proteção Social Básica, destinada à prevenção de riscos sociais e pessoais, por meio da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social e, a segunda, a Proteção Social Especial, destinada a famílias e indivíduos que já se encontram em situação de risco e tiveram seus direitos violados por ocorrência de abandono, maus-tratos, abuso sexual, uso de drogas, entre outros aspectos<sup>6</sup>.

Os serviços de proteção social básica são executados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e em outras unidades públicas de assistência social, bem como de forma indireta nas entidades e organizações da área de abrangência do CRAS. O CRAS é público e se constitui na referência para o usuário da rede assistencial. Para tanto, organiza a vigilância social, garante o acesso a serviços de proteção social básica, oferece serviços e ações, tendo como principal tarefa a implementação do Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), além de executar outros serviços, programas, benefícios, etc.

Especificamente em relação ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif)<sup>7</sup>, ele representa um trabalho de caráter continuado, que visa o fortalecimento das famílias, prevenindo a ruptura de laços, promovendo o acesso e usufruto de direitos e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida. O público atendido pelo PAIF é formado por famílias em situação de vulnerabilidade social.

Por outro lado, os serviços de proteção social especial (PSE) são destinados às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal ou social, cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados. Para integrar as ações da proteção

<sup>5</sup> Disponível em:<[www.sedest.df.gov.br/sites/300/382/00000877](http://www.sedest.df.gov.br/sites/300/382/00000877)>. Acesso em 07/06/2012.

<sup>6</sup> Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>>. Acesso em 05/05/2012.

<sup>7</sup> Disponível em:<<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protECAobasica/cras>>. Acesso em 07/05/2012.

especial é necessário que o cidadão esteja enfrentando situações de violações de direitos por ocorrência de violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual; abandono, rompimento ou fragilização de vínculos ou afastamento do convívio familiar.

Diferentemente da Proteção Social Básica, que tem um caráter preventivo, a PSE atua sob a forma de natureza protetiva. São ações que requerem o acompanhamento familiar e individual e maior flexibilidade nas soluções. As atividades da Proteção Especial são diferenciadas de acordo com níveis de complexidade (média ou alta) e conforme a situação vivenciada pelo indivíduo ou família.

Para ilustração, apresentam-se os programas e serviços ofertados pelo Governo Federal em parceria com os municípios, caracterizados como Proteção Social Básica e Proteção Social Especial. O objetivo é mostrar o que existe e o que sendo implementado nos municípios.

## Proteção Social Básica

### Bolsa Família<sup>8</sup>

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que beneficia famílias em situação de **pobreza** e de **extrema pobreza** em todo o País. O foco de atuação é em relação aos 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais. O Programa apresenta vários tipos de benefícios: básico, variável, variável vinculado ao adolescente (BVJ), variável gestante (BVG) e o benefício variável nutriz (BVN). O valor do benefício pago pelo PBF varia de R\$ 32,00 a R\$ 306,00, de acordo com a renda mensal da família por componente familiar, do número de crianças e adolescentes com até 17 anos e do número de gestantes e nutrizas que fazem parte da família.

O PBF possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social e, as ações e

<sup>8</sup> Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em 07/05/2012.

programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade em que se encontram.

### **Serviço para Crianças até 6 anos<sup>9</sup>**

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças de até 6 anos e suas famílias é complementar ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif). O trabalho é realizado junto às crianças pequenas e suas famílias, desenvolvendo atividades de convivência, estabelecimento e fortalecimento de vínculos e socialização, centrados em brincadeiras.

### **Serviço para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos<sup>10</sup>**

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Crianças e Adolescentes de 6 a 15 anos tem por foco a constituição de um espaço de convivência, formação para a participação e cidadania, desenvolvimento do protagonismo e de autonomia para crianças e adolescentes, a partir de interesses, demandas e potencialidades manifestados nessa faixa etária. As intervenções devem ser pautadas em experiências lúdicas, culturais e desportivas, como formas de expressão, interação, aprendizagem, sociabilidade e proteção social.

### **Projovem Adolescente<sup>11</sup>**

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Adolescentes e Jovens de 15 a 17 anos (Projovem Adolescente) tem por foco o fortalecimento da convivência familiar e comunitária, o retorno dos adolescentes à escola e sua permanência no sistema de ensino.

---

<sup>9</sup> Disponível

em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos/servico-para-criancas-ate-6-anos>> Acesso em 07/05/2012

<sup>10</sup> Disponível

em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos/servico-para-criancas-e-adolescentes-de-6-a-15-anos%20>> Acesso em 07/05/2012

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/projovem>>. Acesso em 07/05/2012

O público-alvo constitui-se, em sua maioria, de jovens cujas famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família, estendendo-se também aos jovens em situação de risco pessoal e social, que são encaminhados pelos serviços de Proteção Social Especial do SUAS ou pelos órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### **Serviço para Idosos**<sup>12</sup>

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Idosos tem como foco o desenvolvimento de atividades que contribuam no processo de envelhecimento saudável, no desenvolvimento da autonomia e de sociabilidades, no fortalecimento dos vínculos familiares e do convívio comunitário e na prevenção de situações de risco social.

### **Benefícios Eventuais**<sup>13</sup>

São benefícios da Política Nacional de Assistência Social (PNAS), de caráter suplementar e provisório, prestados aos cidadãos e às famílias em virtude de morte, nascimento, calamidade pública e situações de vulnerabilidade temporária. Os Benefícios Eventuais configuram-se como elementos potencializadores da proteção ofertada pelos serviços de natureza básica ou especial, contribuindo dessa forma, com o fortalecimento das potencialidades de indivíduos e familiares.

### **Benefício de Prestação Continuada-BPC**<sup>14</sup>

É um benefício individual, não vitalício e intransferível, que assegura a transferência mensal de 1 (um) salário mínimo ao idoso, com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais, e à pessoa com deficiência, de qualquer idade, com impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua

---

<sup>12</sup>Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/convivencia-e-fortalecimento-de-vinculos/servico-para-idosos>>. Acesso em 07/05/2012

<sup>13</sup>Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/beneficioseventuais/beneficios-eventuais>>. Acesso em 08/05/2012

<sup>14</sup>Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/beneficiosassistenciais/bpc/beneficio-de-prestacao-continuada-bpc>>. Acesso em 08/05/2012

participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

### **BPC na Escola**

O objetivo do programa BPC na Escola é desenvolver ações intersetoriais, visando garantir o acesso e a permanência na escola de crianças e adolescentes com deficiência, de 0 a 18 anos, beneficiários do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), com a participação da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

### **BPC Trabalho**

O Programa BPC Trabalho é uma iniciativa do Governo Federal que tem como objetivo articular ações intersetoriais para promover o acesso à qualificação profissional e ao trabalho às pessoas com deficiência e que são beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC, na faixa etária 16 a 45 anos, prioritariamente.

O BPC Trabalho também está inserido no Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC no âmbito do Plano Brasil Sem Miséria, desenvolvido pelo Ministério de Desenvolvimento Social - MDS em parceria com o Ministério de Educação - MEC e Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, visando ampliar a oferta de formação técnica e profissional para pessoas em situação de vulnerabilidade social, com o atendimento prioritário aos beneficiários de programas federais de transferência de renda, incluindo os beneficiários com deficiência do BPC.

## **Proteção Social Especial**

### **Serviços de Média Complexidade<sup>15</sup>**

A Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade oferta atendimento especializado às famílias e indivíduos que vivenciam situações de

---

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/protecaoespecial/media/complexidade>>. Acesso em 08/05/2012.

vulnerabilidade, com direitos violados, geralmente inseridos no núcleo familiar. Há cinco serviços de média complexidade, divididos por público. Um deles é direcionado aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e desenvolve atividades que possibilitem uma nova perspectiva de vida futura. Já no caso de indivíduos que enfrentaram afastamento do convívio familiar devido à aplicação de alguma medida judicial, é oferecido o serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Pessoas com deficiência, idosas e suas respectivas famílias também encontram acompanhamento específico. Nessa situação, os indivíduos são acompanhados para se prevenir o preconceito e a exclusão. Para pessoas em situação de rua, as atividades desenvolvem relações sociais para a construção de novos projetos de vida.

Os profissionais do CREAS ainda trabalham com um quinto e último serviço, o de abordagem social. Nesse caso, o objetivo é fornecer amparo e acompanhamento assistencial a pessoas que utilizam as ruas como forma de moradia e/ou sobrevivência ou que são vítimas de exploração sexual ou trabalho infantil. Enquanto alguns serviços devem ser ofertados obrigatoriamente no CREAS, outros podem ser apenas a ele referenciados.

### **Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti)**

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) articula um conjunto de ações visando à retirada de crianças e adolescentes de até 16 anos das práticas de trabalho infantil, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 anos. O Peti compõe o Sistema Único de Assistência Social (Suas) e tem três eixos básicos: transferência direta de renda à famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho, serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes de até 16 anos e, acompanhamento familiar através do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

### **Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC)**

Esse Serviço Proteção Social a Adolescentes tem como objetivo a oferta de atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em regime semiaberto, determinadas judicialmente. O Centro de Referência Especializada de Assistência Social (Creas) é obrigado a oferecer o Serviço de Proteção para Adolescentes em Cumprimento de Medida e atende adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos.

### **Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi)**

O Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (Paefi) oferta apoio, orientação e acompanhamento especializado a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos. As diversas situações de violação de direitos são: a violência (física, psicológica e negligência, abuso e/ou exploração sexual), afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção; tráfico de pessoas; situação de rua; mendicância; abandono; vivência de trabalho infantil; discriminação em decorrência da orientação sexual ou raça/etnia e outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações ou submissões.

### **Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias**

O Serviço de Proteção Social Especial para pessoas com deficiência, pessoas idosas e suas famílias integra os serviços propostos na Proteção Social Especial de Média Complexidade.

### **Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua**

Esse Serviço Especializado é ofertado nos Centros de Referência Especializado. O objetivo é assegurar o atendimento e atividades direcionadas



para o desenvolvimento de relações sociais e habilidades pessoais, com o intuito de fortalecer vínculos interpessoais ou familiares que oportunizem a construção de novos projetos de vida.

A partir da constatação dos programas e serviços possíveis de serem oferecidos nos municípios e assumindo que os programas e serviços municipais são demandados pela população, a etapa seguinte foi levantar os equipamentos existentes nos municípios atingidos e a situação dos programas e serviços existentes. Não obstante, essa pressuposição não implica em assumir que programas e serviços não constatados nos municípios signifique que as populações não demandam tais intervenções ou que eles não sejam necessários.

## b.2. Os municípios e os recursos socioassistenciais

Este item identifica os recursos assistenciais, programas e serviços existentes nos municípios atingidos pela construção do Projeto Jequitaí, com o propósito de associá-los às demandas atuais e as outras que poderão ser geradas pela implementação do referido projeto. Trata-se da constatação e comparação da atual situação da assistência social nos municípios em um momento de pré-introdução de um projeto de desenvolvimento local e regional. Como foi identificado no item anterior, a segurança social é resultado de políticas sociais diversas e complementares. Por isso, a descrição dos serviços oferecidos nos municípios, dentro dos vários componentes que compõem a proteção social dos seus cidadãos, será importante para balizar as ações sociais que serão apresentadas neste Plano.

### b.2.1. Claro dos Poções

A referência para o oferecimento de serviços sociais está no Plano Anual de Assistência Social do município.<sup>16</sup> Para esta descrição, tem-se o PAAS para o ano de 2012. Os equipamentos de referência, a princípio, se constituem do Departamento Municipal de Assistência Social, da Secretaria Municipal de Saúde e do Centro de Referência de Assistência Social/CRAS. A equipe da

---

<sup>16</sup> Plano de Assistência Social. Departamento de Assistência Social. Claro dos Poções. 2012.

Secretaria é constituída de: seis assistentes sociais e uma psicóloga. Por sua vez, o CRAS conta com uma assistente social, que é a Coordenadora, outra assistente social e uma psicóloga. Além disso, há uma equipe de expansão/volante, composta por uma assistente social, uma psicóloga, uma agente social e um motorista.

A infraestrutura do CRAS é constituída de uma sala de coordenação, duas salas de atendimento (Serviço Social e Psicologia), dois banheiros e um salão para realização de oficinas. Para a comunicação, existe a linha de telefone fixo, um computador, ligado à *internet*, impressora, um aparelho de DVD, uma televisão e um rádio. Não obstante, não há disponibilidade de um carro para os profissionais, carência essa que dificulta a realização de visitas às comunidades, especialmente na área rural.

Como órgãos de suporte ao controle social, o município conta ainda com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), com o Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA), com o Conselho Municipal Morar Melhor (CMMM), com o Conselho Municipal de Saúde (CMS) e com o Conselho Tutelar (CT).

O principal serviço ofertado pelo CRAS é o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), cuja execução é obrigatória e exclusiva. Além disso, o CRAS, bem como o Departamento de Assistência Social e a Secretaria de Assistência Social participam das seguintes ações:

- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil/PETI.
- Atividades socioeducativas.
- Projovem Adolescente.
- Bate Papo Jovem.
- Grupo de Convivência Curtindo a Vida: Idosos.
- Grupo de Convivência: Adolescentes Gestantes.
- Benefício Eventual – Auxílio Natalidade.

- Palestra informativa com Agente do INSS.
- Benefício Eventual – Auxílio Funeral.
- Claros Alfabetizados.
- Oficina de Geração de Trabalho e Renda.
- Oficinas de musicalização: Instrumento – Flauta Doce.
- Campanha de Documento Pessoal.
- Despesas de hospedagem, alimentação, viagens para capacitação, reuniões e treinamentos da equipe técnica e Conselhos Municipais.
- Mapeamento Social visando a identificação de demanda para oferta de serviços sociais.

Juntamente com a equipe volante, outras ações são executadas na área rural, Essas ações se referem aos serviços de proteção básica, à implementação do programa de segurança alimentar (Claro Alimenta) e à implementação do programa de habitação e moradia (Minha Casa Melhor). Para a execução dos programas e serviços constata-se que as referências são, usualmente, dois órgãos, o Departamento de Assistência Social e o CRAS, ou o CRAS e a Prefeitura, ou o Departamento de Assistência Social, o CRAS e a Secretaria de Educação/Posto de Educação Continuada, na execução do Claro Alfabetizados, etc. Entretanto, a execução em conjunto não se associa diretamente a ocorrência de redes, como é requerido pelos programas de assistência social sobre as parcerias institucionais na concepção e execução de serviços complexos.

O município vem ofertando programas e serviços da proteção social básica e especial, mas baseados nos mapeamentos das necessidades da população. Assim, como é constatado nos outros municípios, a implementação de programas e serviços está associada à demanda encontrada. Existe a preocupação com a ampliação da abrangência e a intensificação dessas ações, mas a dimensão assistencial é vista ainda sob a perspectiva de ser uma

obrigação do Estado e um direito dos cidadãos, do que ser uma prioridade do poder público.

As fracas trajetórias de desenvolvimento do município atingem a todos os tipos de serviços públicos oferecidos. No caso da proteção à saúde da população, os serviços disponíveis estão expressos pelo Plano Municipal de Saúde, período de 2009 a 2012<sup>17</sup>. Entre os objetivos desse Plano, destacam-se: propor ações de assistência, prever, curar e reabilitar a saúde; realizar estudos epidemiológicos e identificar prioridades; qualificar os trabalhadores do SUS; reforçar as Unidades de Saúde da Família, aprimorar o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde, aderir ao Pacto pela Vida, Pacto em Defesa do SUS e Pacto pela Gestão proposto pelo Ministério da Saúde e realizar as ações propostas pela V Conferência Municipal de Saúde.

A estrutura administrativa responsável pela gestão da assistência à saúde é a Secretaria Municipal de Saúde. No total, são 96 funcionários, dos quais, 77% são funcionários contratados temporariamente. O município possui um centro de saúde na sede e três postos de saúde, localizados no distrito de Vista Alegre e nos povoados de Pouso Alto e Boa Sorte. O Centro de Saúde é composto por quatro leitos para observação, duas enfermarias, salas de vacinação, curativos, consultório ginecológico, pequenas cirurgias, duas equipes do Programa de Saúde da Família – PSF, dois consultórios médicos e dois de enfermagem, consultório odontológico com três gabinetes dentários e alojamento do médico e do auxiliar de enfermagem. Conta ainda com uma estrutura composta de cantina, lavanderia, sala de esterilização e de recepção, arquivo e farmácia.

No caso de atendimentos básicos, as unidades dispõem de recursos materiais e humanos para prestar assistência à população usuária. Em função do grau de complexidade ou pela escassez de recursos físicos (equipamentos)<sup>18</sup>, os casos são encaminhados para os hospitais de Coração de Jesus e Montes Claros. Para tanto, a sede conta com uma ambulância para o transporte dos

<sup>17</sup> Plano Municipal de Saúde: 2009 – 2012. Secretaria de Saúde. Claro dos Poções. 2009.

<sup>18</sup> Conforme IBGE, Assistência Médica Sanitária 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010, havia, em 2009, apenas um eletrocardiógrafo.

pacientes que se encontram em estado de urgência ou emergência e uma *van*, para o transporte diário dos pacientes com procedimentos eletivos em Montes Claros. Há ainda uma ambulância para atender a população do distrito de Vista Alegre.

Conforme o diagnóstico apresentado no Plano Municipal de Saúde, as doenças infecciosas e parasitárias, além das cardíacas, respiratórias e dermatológicas, prevalecem no município. Entre as causas de mortes prevalecem as doenças cardíacas e respiratórias, especialmente na faixa etária acima de 50 anos. As noologias prevalentes são hipertensão e o diabetes, em adultos; doenças do aparelho respiratório e desnutrição, nas crianças. Não obstante, com o Programa Saúde da Família, instituído em 2002, houve melhoria nos indicadores de saúde.

Para o período de 2010 a 2013, as ações e serviços devem priorizar os seguintes eixos: Ações de Saúde da Criança; Ações de Saúde da Mulher; Ações de Saúde Mental e de Dependentes Químicos; Ações de Saúde Bucal; Controle de Hipertensão e da Diabetes Mellitus; Redução da Mortalidade Infantil e Materna; Controle de Doenças e Agravos Prioritários; Melhoria da Gestão, do Acesso e da Qualidade das Ações e dos Serviços de Saúde; Consolidação do Modelo Assistencial e Descentralização; Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Controle de Zoonoses; Ações de Atenção Básica ao Cidadão; Desenvolvimento de Recursos Humanos; Qualificação do Controle Social; Assistência Farmacêutica e Enfermagem; Ações de Saúde do Adolescente; Ações de Vigilância Nutricional; Violência Doméstica; Ações de Saúde do Trabalhador; Ações de Saúde Ambiental e Ações de Fisioterapia<sup>19</sup>.

Todavia, deve-se considerar que o município de Claro dos Poções depende fundamentalmente, do financiamento federal e estadual para alcançar as metas propostas para o setor.<sup>20</sup> Entretanto, os recursos que são repassados ao município são insuficientes.

---

<sup>19</sup> Plano Municipal de Saúde: 2009 – 2012. Secretaria de Saúde. Claro dos Poções. 2009.

<sup>20</sup> Conforme Relatório de Gestão: janeiro a dezembro de 2011. Secretaria Municipal de Saúde. Claro dos Poções. 2012, o município financiou 88,89% dos serviços de saúde, ficando o restante para o estado e o município.

O município de Claro dos Poções possui 7.775 habitantes, sendo 67% residente na zona urbana. Como nos outros municípios, Claro dos Poções tem no setor de serviços, o principal gerador de empregos, sendo que o setor agropecuário é o mais importante para a formação do PIB local. O município participa em 5,31% do PIB agropecuário, 0,27% na formação do PIB industrial e em 0,8% na participação do PIB de serviços da microrregião<sup>21</sup>.

A despeito da relativa importância econômica do setor agropecuário, ele é pouco importante em termos da economia regional, não exige qualificação da mão de obra empregada, apresenta baixa produtividade, pouca mecanização e é caracterizado por forte concentração fundiária. As pastagens, naturais, plantadas ou degradadas, ocupam 53% da área explorada economicamente nas propriedades, sendo que a agricultura ocupa somente 6%<sup>22</sup>. A área a ser alagada em Claro dos Poções abrange 39 propriedades, que empregam, principalmente, mão de obra familiar. Portanto, no atendimento a essas famílias, o que se infere para o PAS, é um ajuste na situação dessas pessoas em razão da pressão sócio psicológica que enfrentarão na situação de atingidos e de assentados e que vai requerer uma forma de assistência específica, visando proporcionar uma nova inserção social dos mesmos à esta nova realidade, contribuindo para a redução de conflitos dentro e fora do ambiente familiar.

A análise do nível de ocupação (pessoas com 10 anos ou mais) aponta para uma situação preocupante de desemprego no município. A PEA – População Economicamente Ativa do município de Claro dos Poções distribui-se da seguinte forma: há 2.344 pessoas do sexo masculino, que representam 68,5% da população economicamente ativa, e 1.078 pessoas do sexo feminino, que representam 31,5% desta população. Por sua vez, a população não economicamente ativa (NPEA) é constituída de 1.029 pessoas do sexo masculino, que representam 32,4% desta população, e 2.148 pessoas do sexo feminino, que representam 67,6% da NPEA<sup>23</sup>.

<sup>21</sup> Diagnóstico Socioeconômico. Relatório de Andamento V. Belo Horizonte: Framinas. 2012.

<sup>22</sup> IBGE: Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro. 2010.

<sup>23</sup> Diagnóstico Socioeconômico. Relatório de Andamento V. Belo Horizonte: Framinas. 2012.

O Plano Diretor do Município identifica como um dos entraves ao desenvolvimento econômico de Claro dos Poções a falta de qualificação da mão-de-obra. Esta realidade reflete o baixo desempenho econômico e caracteriza o círculo vicioso da pobreza na qual a economia local está submetida, com forte correlação entre a baixa qualificação da mão-de-obra, em razão da fraca demanda dos setores econômicos existentes, que geram baixa produtividade, baixo nível de renda e um alto índice de pobreza. O Plano Diretor identifica que a proporção de indigentes e de pobres no município de Claro dos Poções é maior do que a média do Estado de Minas Gerais. Apesar disso, o IDH-M é de 0,685, estando entre as regiões classificadas como de médio desenvolvimento humano, assim como os demais municípios aqui analisados.

Contrastando com o Índice de Desenvolvimento Humano-M, tem-se que 25,2% da população, em 2010, possuíam domicílios com instalações sanitárias adequadas. Por sua vez, a proporção de domicílios com condições de saneamento semi-adequadas era de 59,3% e, em condições inadequadas, era de 15,5%<sup>24</sup>.

A tendência que pode ser inferida é que os serviços e os programas federais de assistência social têm ampliado a sua abrangência e intensificado a sua ação no município. Paralelamente, as condições de geração de renda tem se mantido na agricultura e no setor de serviços, sem a ocorrência de nenhum fator novo indutor de desenvolvimento. Por isso, a evolução dos indicadores econômicos e sociais em valores nominais, os quais revelam a baixa participação dos três setores em comparação com os indicadores regionais e estaduais, conforme é demonstrado no Diagnóstico Socioeconômico.

É relevante enfatizar que a dimensão assistencial é introduzida como a obrigação do Estado em oferecer serviços como direito dos cidadãos e que nas atividades produtivas o Estado emerge como indutor de alternativas para os

---

<sup>24</sup> IBGE: Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro. 2010.

cidadãos, organizados ou não como empreendedores. O mesmo papel se atribui ao Estado quanto à dimensão de saúde dos cidadãos. Ele se institui como interventor para cobrir as consequências negativas geradas por estruturas de produção que não oferecem condições adequadas de remuneração e de sobrevivência digna para a maioria das pessoas.

Não obstante, esse mesmo papel é atribuído ao setor público na educação, mas sob uma perspectiva inversa. Isto é, que a intervenção do Estado seja para qualificar as pessoas para a inclusão econômica e, conseqüentemente, social. Enquanto essa proposição é, teoricamente, de formação, para a saúde é de prevenção, de recuperação e de curas. Entretanto, no ambiente econômico de abrangência municipal, onde os indicadores econômicos evoluem em ritmo menor que os regionais e do Estado, a hipótese é de que os serviços públicos assumam o atendimento das necessidades e das demandas locais, uma vez que o sistema de produção não recompensa adequadamente e gera desigualdades que se acumulam ao longo dos anos. Há, assim, um hiato constante entre as demandas necessárias e as ofertas efetivas, hiato este que procura ser coberto por os programas sociais dos governos federal e estadual, especialmente, os de transferência de renda.

Portanto, em relação aos serviços assistenciais, identificou-se que há intervenções do poder público municipal, mas que existem dificuldades, usualmente de infraestrutura, de recursos financeiros e de recursos humanos. Do mesmo modo, em relação à educação, apesar dos esforços e intervenções do poder público municipal, os dados indicam que a estrutura educacional existente não consegue alterar a realidade econômica local. Claro dos Poções possui cinco escolas, sendo duas estaduais, voltadas para o ensino médio, e três municipais<sup>25</sup>, voltadas para o ensino fundamental, além de dois centros de educação infantil, distribuídos na sede e no distrito Vista Alegre. A primeira vista, como é constatado ao longo das últimas décadas, essa estrutura educacional não tem sido suficiente para atrair novas alternativas econômicas para o município.

---

<sup>25</sup> Os dados são provenientes do Plano de Assistência Técnica Social. Educação 2012. Secretaria Municipal de Educação. Claro dos Poções. 2012.



Na constatação dos dados, tem-se que entre as escolas estaduais, uma está localizada na cidade e a outra no distrito de Vista Alegre. A que está localizada na cidade possui seis salas de aula e atende a 12 turmas, com o total de 179 alunos, existindo uma lista de espera de 30 alunos para os que possuem dois anos de idade. Há 13 professores e 11 técnicos, ambos com qualificações adequadas, mas necessitando de formação continuada.

O prédio onde funciona a escola é cedido e encontra-se em condições precárias, com banheiros inadequados e área de recreação restrita. Não existe acessibilidade e os utensílios domésticos precisam ser substituídos. A escola ainda não tem o programa Escola de Tempo Integral, curso de informática para os alunos, oficinas pedagógicas para os professores e cursos na área de relacionamento e ética profissional.

A escola estadual localizada na zona rural possui duas salas de aula, com quatro turmas, perfazendo o total de 63 alunos, mas existe uma demanda não atendida, de 25 alunos de dois anos, que estão na lista de espera. Existem seis professores e quatro técnicos com qualificação. Não obstante, necessitam de formação continuada. O prédio atual é cedido e está em fase de construção. Os programas necessários para a sua adequação seriam os mesmos apresentados anteriormente, registrando-se que não há programas ou projetos sendo implementados.

Entre as escolas municipais, duas estão localizadas na zona urbana e uma no Povoado Boa Sorte. As que estão na zona urbana possuem, no total, nove salas, atendem 20 turmas, perfazendo 421 alunos. São 33 professores e 33 técnicos, com qualificação, mas requerendo formação continuada. Os prédios são próprios, mas em condições distintas, pois uma necessita de uma reforma geral, como troca de telhado, novas instalações elétrica e hidráulica. Enquanto a outra requer a ampliação no número de salas de aula. Entretanto, ambas necessitam de novas bibliotecas, de ampliação do acervo pedagógico e literário e de reformas nos banheiros, nas cantinas, além de construção de caminhos de acessibilidade e aquisição de novos utensílios.

Essas escolas admitem o regime de ciclos, o que assegura a aprovação progressiva. Ambas possuem a sala de recursos multifuncionais e laboratório

de informática, participando do Proinfo, mas ainda requerem, o programa de Escola de Tempo Integral, curso de informática para os alunos, oficinas pedagógicas para os professores e cursos na área de relacionamento e ética profissional.

Em relação à escola municipal localizada na zona rural, existem cinco salas de aulas, para seis turmas, perfazendo o total de 63 alunos. Existem oito professores e quatro técnicos, com qualificações adequadas, necessitando de formação continuada. As condições de infraestrutura são regulares, requerendo reformas no banheiro, na cobertura da varanda do refeitório, a ampliação da cantina, do acervo pedagógico e literário, além da aquisição de novos utensílios.

A escola municipal adota o regime de ciclos, o que assegura a aprovação progressiva. Há um laboratório de informática, que permite a participação no Proinfo, mas ainda requer o programa da Escola de Tempo Integral, curso de informática para os alunos, oficinas pedagógicas para os professores e cursos na área de relacionamento e ética profissional.

Apesar da disponibilidade dos serviços educacionais, tem-se que a taxa de analfabetismo do município de Claro dos Poções, quando comparada com a do estado de Minas Gerais para todas as faixas etárias, é sempre superior. Por exemplo, a taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade, em 2010, era de 16,9%<sup>26</sup> e a taxa de analfabetismo, envolvendo toda a população, era de 22%. Isto revela que muitos adolescentes ainda não foram alfabetizados. A questão social envolvendo esse segmento emerge quando houver o início e o desenvolvimento das obras relacionadas ao empreendimento. Em outros termos, qual o tipo de serviço social que esse segmento irá demandar. É o de educar, é o de amparar, é o de recuperar, cursos de capacitação profissional, etc, pois, senão, ele ficará à margem da trajetória desenvolvimentista.

---

<sup>26</sup> IBGE: Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro. 2010.

O que se constata em Claro dos Poções é que a estrutura educacional existente requer reformas e ampliações, com a intensificação da formação continuada, independentemente do início do empreendimento. Se a pressão atual sobre a educação já existe, ela será mais intensa com o empreendimento, com o agravante, da dificuldade de contratação de mão-de-obra local para trabalhar no empreendimento, em razão da alta taxa de analfabetos que o município possui.

A despeito disso, as capacitações técnicas requeridas pelas ocupações associadas ao empreendimento podem fortalecer a proposição do segmento educacional para o fortalecimento da estrutura que já existe e a possibilidade de abertura de cursos técnicos profissionalizantes no município, uma vez que há demanda para isso, pois os egressos do ensino médio se deslocam à cidade de Montes Claros para obter essa formação. A expectativa é de que com o início das obras do empreendimento pode-se induzir mudanças e obter o apoio dos empreendedores junto aos órgãos governamentais para reduzir a pressão sobre os serviços educacionais e melhorar a qualidade desses serviços, com a expansão de cursos para estas novas qualificações requeridas.

Em relação à promoção da segurança pública<sup>27</sup>, o município de Claro dos Poções conta com um efetivo de sete policias militares, sendo um cabo e seis soldados. Para uma população de 7.775 pessoas, existe um policial para cada 1.110 habitantes. Essa relação é extremamente alta, uma vez que a ONU projeta um policial para cada 250 habitantes<sup>28</sup>. Por conseguinte, quando há necessidade de reforços, há o apoio dos efetivos dos outros municípios da microrregião. Para obter essa cooperação, o meio de comunicação é o telefone fixo, além do celular para plantões e um computador conectado a internet.

O Judiciário e a Polícia civil que atende esse município está localizado na cidade de Montes Claros e não possui Juiz ou Promotor específico para atender as demandas do município. Como esse atendimento também é estendido a outros municípios, o plantão regionalizado torna vulnerável a segurança pública local.

---

<sup>27</sup> Dados obtidos junto à Polícia Militar do Município de Claro dos Poções.

<sup>28</sup> Disponível em: <<http://www.nevusp.org>>. Acesso em 16/05/12.

A estrutura física do quartel está passando por reformas e o policiamento conta com um veículo gol para atender as comunidades rurais e a sede. Entretanto, esse é inapropriado para o deslocamento até a zona rural. Os crimes mais comuns ocorridos em Claro dos Poções são: uso de drogas, uso de armas de fogo, roubo de veículos, arrombamentos e furtos e crimes violentos. Sob o propósito de redução das infrações, constatou-se o propósito de implementar o Programa Educacional de Resistência às Drogas e Violência, bem como a criação do Conselho Comunitário de Segurança (CONSEP).

Deve-se considerar também que o turismo local, além das festas tradicionais que atraem grande número de pessoas, oferece outras formas ainda não exploradas, como o circuito da Serra do Cabral, as grutas e as cachoeiras<sup>29</sup>, os quais poderão ser incrementadas pelo alagamento da área. Isto é, a exploração dos atrativos naturais, poderão expandir-se, pelo incentivo advindo das atividades turísticas proporcionadas pelo uso do lago. Não obstante, para se intensificar essas atividades, sem colocar em situação de vulnerabilidade a segurança pública local, será necessário o reforço da corporação, a implantação do corpo de bombeiros, além da revitalização da infraestrutura e capacitação das pessoas envolvidas com esta atividade econômica. Neste contexto, pode-se inserir também a questão do transporte e da rodoviária, pois entre o município e Montes Claros há dois ônibus diários e entre a sede municipal e as comunidades rurais existe apenas um ônibus escolar que atende as 15 comunidades.

#### b.2.2. Francisco Dumont

O espaço físico da Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS) possui uma sala para a recepção, três salas de atendimento mobiliadas, uma cozinha mobiliada, um banheiro (que não é adaptado a pessoa com necessidades especiais) e uma área de serviços com capacidade para realizar reunião com até 20 pessoas. Para a comunicação, a SMAS possui linha de telefone fixo, computadores e impressoras. A princípio, pode-se considerar que a estrutura física da SMAS é suficiente. Não obstante, identifica-se que existe uma carência de mais equipamentos par atender a demanda dos assistidos. Essa,

<sup>29</sup> Conforme está disponível em: <[www.minastour.com.br](http://www.minastour.com.br)>. Acesso em 30/05/2012.

por sua vez, decorre da pouca disponibilidade de recursos financeiros para compra dos equipamentos, o que tem dificultado a garantia dos direitos dos cidadãos, conforme preconizado no SUAS.

Por exemplo, há apenas um veículo, adquirido em fevereiro/2012, que atende a Secretaria, o CRAS e o Conselho Tutelar. Considerando a extensa área rural, esse veículo não é suficiente para suprir as necessidades dos três setores. Além disso, em função do índice de desemprego nos setores urbano e rural; da necessidade de qualificação de mão-de-obra; da ocorrência de alcoolismo em homens, mulheres e adolescentes e com o aumento da violência doméstica, com agressões físicas e verbais; roubos; envolvimento com drogas; aumento da exploração sexual infanto-juvenil, a SMAS não possui uma rede completa de serviços. Para tanto, vem solicitando constantemente os serviços de assistência social dos municípios de Bocaiúva e Montes Claros, que possuem redes sócio-assistenciais mais consolidadas.

A assistência social em rede, no município de Francisco Dumont, ocorre, mas não de forma intensa, a despeito das articulações com as políticas nacionais para a saúde e da estruturação da assistência social municipal mediante parcerias com o Governo Federal e Estadual e das diversas instâncias que tratam das questões dos direitos dos cidadãos. Apenas para ilustração, essas instâncias são as seguintes: Conselho Municipal de Assistência Social- CMAS; Conselho Municipal dos direitos das crianças e adolescentes- CMDCA; Conselho Municipal Antidrogas- COMAD; Conselho Tutelar; Conselho Municipal de Saúde e Comitê da Erradicação da Mortalidade Infantil.

Ao instituir o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), tem-se a base municipal para aqueles que estão em situação de vulnerabilidade e risco social. No município em Francisco Dumont, o CRAS está situado no bairro Alto Esplanada, área em que se encontra o maior número de famílias em situação de risco. Nessa área, o CRAS possui três banheiros, adaptados aos portadores de necessidades especiais; uma sala de recepção; uma sala de atendimento; uma sala socioeducativa, uma brinquedoteca; uma sala da coordenação, uma cozinha e um almoxarifado. Esse espaço tem sido utilizado para o trabalho social com as famílias, objetivando a operacionalização do PAIF.

As equipes do CRAS se dividem em duas equipes: a de referência do CRAS urbano e uma equipe volante. A primeira é composta de um Coordenador (Assistente Social); dois técnicos de nível superior, sendo um Assistente Social e o outro Psicólogo; um técnico de nível médio e um auxiliar de Serviços Gerais. A segunda equipe por uma Assistente Social, uma Psicóloga e um técnico de nível médio. Essas equipes têm ofertado os seguintes serviços:

- Atendimento às famílias submetidas a risco de vulnerabilidade social, visando a orientação e o fortalecimento do convívio sócio familiar e comunitário;
- Acompanhamento psicossocial das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social na zona urbana e rural;
- Cadastro e recadastramento do programa bolsa família;
- Visitas domiciliares pela equipe técnica;
- Reuniões e palestras com famílias;
- Grupo da 3ª idade;
- Oficinas de Artesanato;
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI;
- PROJOVEM adolescente;
- Projeto de esporte para crianças e adolescentes “Esporte para a Cidadania”
- Encaminhamento para o BPC (Benefício de Prestação Continuada);
- Atendimento jurídico;
- Encaminhamento para aquisição 2º via de certidão de nascimento e casamento;
- Entrega de cestas básica as famílias em situação de vulnerabilidade social;
- Cadastro de Famílias para aquisição da Casa Própria pelo Programa “Minha Casa Minha Vida” em parceria com a COHAB-MG

Pelos serviços ofertados, nota-se que as parcerias da assistência social municipal com os Governos Federal e Estadual têm ocorrido por meio dos seguintes programas, os quais, em função de suas características, não podem



ser potencialidades pelas dificuldades encontradas. A seguir está a relação desses programas com a identificação de algumas características.

Programa de Atenção Integral à Família-PAIF

FINANCIADOR	PÚBLICO ATENDIDO	FAIXA ETÁRIA	Nº DE ATENDIMENTOS MENSAL	PERIODICIDADE	DIFICULDADES ENCONTRADAS
Governo Federal e Municipal	Famílias e indivíduos	Todas	80 Famílias	Semanal	<ul style="list-style-type: none"><li>• Meio de transporte insuficiente;</li><li>• Equipamentos de informática e de multimídia insuficientes;</li><li>• Ampliação da brinquedoteca;</li></ul>



Programa Bolsa Família

FINANCIADOR	PÚBLICO ATENDIDO	FAIXA ETÁRIA	Nº ATENDIDOS	PERIODICIDADE	DIFICULDADES ENCONTRADAS
Governo Federal e Municipal	Famílias e indivíduos	Todas	1063 famílias cadastradas e 677 beneficiárias	Mensal	<ul style="list-style-type: none"><li>• Dificuldade para fiscalizar os beneficiários que recebem indevidamente;</li><li>• Falhas na versão 7 do CAD ÚNICO</li></ul>

**Programa Adolescente Jovem**

FINANCIADOR	PÚBLICO ATENDIDO	FAIXA ETÁRIA	Nº ATENDIDOS	PERIODICIDADE	DIFICULDADES ENCONTRADAS
Governo Federal e Municipal	Adolescentes	15 a 17 anos	40	03 vezes por semana	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Baixa adesão por parte dos adolescentes;</li> <li>• Rotatividade dos adolescentes;</li> <li>• Pouco interesse nas atividades oferecidas;</li> <li>• Infraestrutura no desenvolvimento de atividades</li> </ul>

**Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI**

FINANCIADOR	PÚBLICO ATENDIDO	FAIXA ETÁRIA	Nº ATENDIDOS	PERIODICIDADE	DIFICULDADES ENCONTRADAS
Governo Federal e Municipal	Crianças e Adolescentes	06 a 16 anos	40	04 vezes por semana	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Espaço físico insuficiente;</li> <li>• Poucos Equipamentos adequados para o desenvolvimento das atividades;</li> </ul>

### Projeto Oficina da Terceira Idade

FINANCIADOR	PÚBLICO ATENDIDO	FAIXA ETÁRIA	Nº ATENDIDOS	PERIODICIDADE	DIFICULDADES ENCONTRADAS
Governo Federal e Municipal	Idosos	60 anos acima	40	15 em 15 dias	<ul style="list-style-type: none"><li>Nada constatado</li></ul>

### Projeto Esporte para Cidadania

FINANCIADOR	PÚBLICO ATENDIDO	FAIXA ETÁRIA	Nº ATENDIDOS	PERIODICIDADE	DIFICULDADES ENCONTRADAS
Governo Municipal	Crianças e Adolescentes	12 a 16 anos	70	04 vezes por semana	<ul style="list-style-type: none"><li>Por ser custeado apenas com recursos municipais o Projeto enfrenta dificuldades para manter-se, uma vez, que o recurso destinado pelo município não é suficiente para oferecer um serviço de qualidade como seria necessário para um melhor desenvolvimento das praticas esportivas pelos adolescentes.</li></ul>

**Programa de Ações Integradas e Referenciais de Enfrentamento  
à Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes - Pair**

FINANCIADOR	PÚBLICO ATENDIDO	FAIXA ETÁRIA	Nº ATENDIDOS	PERIODICIDADE	DIFICULDADES ENCONTRADAS
Governo Municipal	Crianças e Adolescentes	0 a 18 anos	Não definido	Ações continuadas	<ul style="list-style-type: none"><li>Inexistência de dotação orçamentária do Governo Estadual e Federal específico para esse Programa.</li></ul>

**Fortalecimento de Parcerias; Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - Apae**

FINANCIADOR	PÚBLICO ATENDIDO	FAIXA ETÁRIA	Nº ATENDIDOS	PERIODICIDADE	DIFICULDADES ENCONTRADAS
Doações e parcerias com a Prefeitura Municipal	Pessoas com necessidades especiais	Todas	30 alunos	Semanal	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estrutura física inadequada sem acessibilidade;</li> <li>• Falta veículo para transportar os alunos dificuldade de locomoção;</li> </ul>

O município vem ofertando 7(sete) programas e serviços de proteção social básica e especial, e mais 1 (um) junto à APAE, que se constitui em um sistema de ações visando o fortalecimento de novas parcerias. Não obstante, tanto os serviços e programas financiados pelo governo federal como os oferecidos pelo governo municipal, encontram dificuldades no que se referem às condições inadequadas da infraestrutura, restrição de recursos financeiros e número reduzido de profissionais. Em síntese, os serviços e programas passam a requerer, em função das demandas existentes, necessidades de melhoria na infraestrutura e nos recursos financeiros e profissionais.

A exceção é o Programa Adolescente Jovem, pois as dificuldades são provenientes do baixo interesse dos jovens adolescentes e muita rotatividade nos participantes. Considerando a faixa etária do público alvo e os fatores determinantes, novos trabalhos passam a ser requeridos para melhor fundamentar a proposição desse tipo de programa, uma vez que a cidade, em si, oferece poucas oportunidades de trabalho e de estudos a esses jovens.

Para uma população de 4.863 pessoas, sendo 66% residentes em áreas urbanas<sup>30</sup>, a atividade agropecuária é, ainda, o setor que mais ocupa mão-de-obra<sup>31</sup>. No entanto, a mão de obra requerida é de baixa qualificação, pois o setor apresenta baixa produtividade, pouco uso de tecnológicas modernas na produção e forte concentração fundiária. As pastagens, para a pecuária de leite, ocupam as maiores áreas dos estabelecimentos em Francisco Dumont, sendo que as lavouras, permanentes e temporárias, como banana e cana-de-açúcar, ocupam apenas 4,8% das áreas das propriedades. A área a ser alagada cobre 56% das propriedades, que possuem áreas de até 10 ha e empregam, principalmente, mão-de-obra familiar, o que se infere é que a mão-de-obra afetada pelo empreendimento está vinculada à exploração da pecuária, principalmente.

Do total da população com 14 anos e mais em condições de trabalho, que é de 3.002 hab., 54% estão envolvidas em atividades produtivas. Segundo dados do

---

<sup>30</sup> IBGE: Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro. 2010.

<sup>31</sup> Diagnóstico Socioeconômico. Relatório de Andamento V. Belo Horizonte: Framinas. 2012.



IBGE, Censo Demográfico 2010, havia 858 homens sem rendimento mensal e 1.485 residentes com salários que variavam de meio salário mínimo a um salário mínimo. Não obstante, o município de Francisco Dumont não se encontrava estagnado economicamente, apenas apresentava evolução nominal dos indicadores abaixo da média da região Norte de Minas Gerais. Por exemplo, há elevação do PIB a preços correntes, mas a contribuição do PIB dos quatro municípios atingidos pelo empreendimento não ultrapassou 1,35% do PIB da região Norte de Minas<sup>32</sup>. Estudo da Fundação João Pinheiro (1998)<sup>33</sup> demonstra que a agropecuária, nessa região, apresenta resultados expressivos, entretanto, não é suficiente para a geração dos empregos que são demandado pela população.

Em Francisco Dumont existem três escolas públicas com quatro salas para a educação infantil, totalizando 184 alunos. Além disso, há o Centro Municipal de Educação Infantil com 102 matrículas e com o corpo docente constituído por oito professores habilitados com o curso normal superior e pós-graduação<sup>34</sup>. O apoio é dado por cinco técnicos, nas funções de supervisor, secretário, Diretor, nutricionista e Psicóloga da Educação, que atende todas as escolas da rede do município. Esse número não é suficiente, pois há necessidade de uma Psicóloga da Saúde e um Psicopedagogo para melhor desenvolver o processo de ensino/aprendizagem.

No ensino fundamental há quatro escolas, sendo três públicas municipais e uma estadual. O número de matrículas é de 940 alunos, sendo 609 em escolas municipais. Em relação aos docentes, há 14 nas escolas estaduais e 38 nas municipais. Para o ensino médio, há apenas uma escola, que é estadual. Nessa escola existem 214 alunos matriculados e a participação de 16 docentes<sup>35</sup>.

Em número de escolas, alunos e docentes, constatou-se, a princípio, de que essa composição não é suficiente para atender a demanda do município. Há

---

<sup>32</sup> Diagnóstico Socioeconômico. Relatório de Andamento V. Belo Horizonte: Framinas. 2012.

<sup>33</sup> Fundação João Pinheiro e Funivale. Centro de Estudos Regionais. Belo Horizonte, dezembro de 1998.

<sup>34</sup> Dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação. Francisco Dumont. 2012.

<sup>35</sup> Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP - Censo Educacional 2009. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em 17/05/2012.

dificuldades comuns às escolas visitadas na região, quais sejam: a infraestrutura não atende a demanda em termos de disponibilidade e de condições de assistência e de uso. Como por exemplo, salas pequenas e necessitando de reformas. Falta de serviços de acesso à internet e poucos computadores, a biblioteca e a sala de merenda escolar são pequenas, a quadra poliesportiva requer melhor conservação, o corpo docente e técnico precisam de maior capacitação e há a necessidade de novas contratações para completar o quadro necessário.

Sob esse contexto, as escolas participam de vários programas e projetos: o PROINFO, que é o Programa Mídia na Educação, para a capacitação dos professores da rede municipal; o Programa Travessia Nota 10 para a capacitação para a alfabetização de adultos; o Projeto de Capacitação de Braille, módulos 1 e 2 e o Projeto de Capacitação Código Matemático.

Evidentemente, com o início das obras do empreendimento, pressupõem-se duas implicações: a primeira, é que pode ocorrer forte pressão sobre as condições de educação existentes e que, a segunda, independentemente do empreendimento, a estrutura educacional atual tem que ser fortalecida em relação às condições de infraestrutura e de capacitação dos docentes e técnicos. Se ocorrer o propósito de contratação de mão-de-obra local para o empreendimento, haverá necessidade de capacitação intensiva, uma vez que se constata, entre a população acima de 10 anos, que há 16,8% de analfabetos, 35% que possuem de um a três anos de estudo e de 34,1% que possuem de 4 a 7 anos de estudos<sup>36</sup>.

Em outros termos, a atual proposição educacional convive com a realidade da principal atividade econômica local, que é a agropecuária com baixos níveis tecnológicos e não consegue reverter esta situação atual. No entanto o empreendimento pode ser o indutor de mudanças e o apoio dos empreendedores junto aos órgãos governamentais pode ser fundamental para reduzir a pressão sobre os serviços educacionais e melhorar a qualidade desses serviços.

---

<sup>36</sup>IBGE. Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro. 2010.  
Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat>>. Acesso em 29/05/2012.

No que se refere aos serviços de saúde a situação de Francisco Dumont não é diferente da grande maioria dos pequenos municípios brasileiros e está associada às doenças e problemas comuns de segurança familiar e social. Especificamente em relação às doenças, as mais preocupantes no município são: parasitoses e infecções gastrointestinais; doença do aparelho respiratório e circulatório; hipertensão arterial; alcoolismo; diabetes; Doença de Chagas; tuberculose; infecções urinárias + litíase renal; prostitite; infecções do aparelho genital feminino; câncer de útero; cárie dentária e infecção respiratória aguda.

Para tanto, o município é habilitado na Gestão Plena de Atenção Básica à Saúde. A administração está vinculada à Secretaria de Saúde e os atendimentos ocorrem no Centro de Saúde, nas duas unidades de PSF do Bairro Alto Esplanada e no Centro. Além disso, a promoção da saúde ainda conta com as Unidades de Saúde das comunidades rurais de Covancas e Santo Antônio e com o serviço de Vigilância de Epidemiológica e Sanitária.

Como há dois PSFs, cada um possui uma equipe, constituída pelos seguintes profissionais: dois médicos, um dentista, uma ACD, 13 agentes de saúde, duas auxiliares de enfermagem, duas enfermeiras. No Centro há uma equipe composta por quatro auxiliares administrativos, seis técnicos em enfermagem, um técnico em laboratório, um farmacêutico, um fisioterapeuta, uma enfermeira, um fonoaudiólogo, uma nutricionista, uma psicóloga, uma educadora física, e um médico ginecologista. Essas equipes de profissionais são responsáveis pelas seguintes atividades: clínica geral, pediatria, obstetrícia, ginecologia e odontologia (preventiva e curativa), atendimento básico a população, controle da tuberculose, hanseníase, hipertensão, diabetes, saúde bucal, saúde da criança, saúde da mulher, imunização, controle de endemias, vetores e outros.

A equipe da vigilância epidemiológica e controle de doenças é composta por um gerente técnico, uma educadora de saúde e cinco agentes de saúde, que realizam as ações de controle de endemias, vetores e outros, educação em

saúde, promoção da saúde, gincanas educativas em saúde, palestras, seminários e intercâmbios<sup>37</sup>.

Sob essa estrutura e organização, os procedimentos de atenção básica e alguns de média complexidade nas áreas médica, odontológica, de enfermagem, fonoaudiologia, psicologia, atividade física, farmácia, assistência social e fisioterapia são realizados nas UFPs. Para os procedimentos de média complexidade há o encaminhamento para os municípios da microrregião, em função do acordo pela Programação Pactuada e Integrada (PPI) de Média Complexidade. Os procedimentos de alta complexidade são encaminhados para Montes Claros, de acordo com o acordo da PPI de Alta Complexidade. Deve-se registrar que o município de Francisco Dumont integra o Consórcio Intermunicipal de Saúde Portal do Norte (CISPORTAL).

A despeito das equipes existentes e das parcerias institucionais estabelecidas, há a necessidade de se investir para melhorar a infraestrutura de saúde existente., com a reforma e a ampliação dos postos de saúde, aquisição de equipamentos<sup>38</sup>, remédios, e, em especial, estender o atendimento à área rural.

Em relação à promoção da segurança familiar e social, o município de Francisco Dumont conta com sete policias militares, sendo um Sargento e seis Soldados. Para uma população de 4.863, existe um policial para cada 695 habitantes. Essa relação é extremamente alta, uma vez que a ONU projeta um policial para cada 250 habitantes<sup>39</sup>. Por conseguinte, quando há necessidade de reforços, há o apoio dos efetivos nos municípios da microrregião. Para obter essa cooperação, o meio de comunicação é o telefone.

A Delegacia de Polícia Civil e a comarca judiciária que atende Francisco Dumont estão localizadas na cidade de Bocaiuva, distante a 70 km. São dois

---

<sup>37</sup>A fonte desses dados é: Secretaria Municipal de Saúde do Estado de Minas Gerais. Promoção da Saúde: em busca de qualidade de vida saudável. Francisco Dumont. Setembro, 2009.

<sup>38</sup> Conforme dados do IBGE, Assistência Médica Sanitária 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010, havia apenas um eletrocardiógrafo em 2009.

<sup>39</sup> Disponível em <<http://www.nevusp.org>>. Acesso em 16/05/12.

Delegados, dois Juízes de Direito e Promotores de Justiça, que atendem, também, os municípios de Engenheiro Navarro, Guaraciama e Olhos D'água.

Associado a essa dependência de outras cidades, está o problema da falta de verbas e a dependência em relação à prefeitura municipal. Esta dependência está no fornecimento de gasolina e no pagamento de consertos de equipamentos. Em função dessas características, há o destaque sobre as necessidades para a promoção de melhor estrutura de segurança pública, em função do forte potencial turístico existente; necessidade de implantação da telefonia móvel para o número de emergência 190; criação de uma unidade da polícia civil; viatura adequada às condições das estradas; moto patrulha; melhoria nos armamentos e reforma do quartel da polícia militar.

Em termos de crimes registrados, entre os anos de 2011 e 2012 ocorreram os seguintes: furto, agressão, roubo, lesão corporal, estupro, violência sexual infanto-juvenil e violência doméstica. Esses crimes, conforme o Controle de Ocorrências da Polícia Militar local tem tendência decrescente entre aqueles anos. Por exemplo, de 40 furtos registrados em 2011, houve, até então, 15 registros em 2012.

Com o início do empreendimento, a despeito do possível migração de trabalhadores, pelo fato do município estar no Circuito da Serra do Cabral, contando com cachoeiras, nascentes, rios e o clube lazer e turismo designado como Açudão, com três piscinas naturais, quadra poliesportiva e área de camping, haverá grande atração turística, o que colocará, principalmente, a segurança pública em vulnerabilidade. Além dessa atração, há, também, os eventos tradicionais, que usualmente atraem habitantes da microrregião. Entre esses eventos estão o circuito de vaquejada; festa tradicional no mês de julho com shows artísticos e concurso de pratos e derivados de mandioca; circuito de corrida de argolinha; torneios de futebol; dia da manifestação cultural evangélica, em setembro; festas juninas; festa tradicional na Comunidade de Buriti Grande, em julho; festa tradicional na comunidade de Covancas, em agosto e leilões nas associações comunitárias. A despeito dessas potencialidades, o turismo no município é pouco explorado, o que pode ser melhor estruturado com as ações de apoio aos órgãos governamentais de

desenvolvimento por parte do empreendedores e da construtora. Portanto, há a necessidade de assimilação de desenvolvimento integrado do turismo envolvendo as atrações naturais locais com as introduzidas pelo empreendimento.

Evidentemente, potencializar essas atrações não é suficiente para o desenvolvimento. Deve-se considerar que o município possui poucos imóveis ofertados para aluguel, os imóveis colocados à venda são poucos, o transporte coletivo para as comunidades rurais não possui regularidades, há o uso de transporte escolar e, além disso, há apenas um horário de saída da cidade para outros municípios. Portanto, a integração está além dos recursos naturais que induzem ao turismo de lazer, mas os demais organismos governamentais que compõem os serviços públicos de segurança público para as populações.

### b.2.3. Jequitaiá

O Plano Municipal de Assistência Social foi elaborado, em 2009, pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Assistência e Ação Social para o período de 2009 a 2012<sup>40</sup>. A Secretaria é o órgão gestor da assistência social, que é responsável pelo controle e apoio técnico à implementação da política de Assistência Social no Município. Por sua vez, o Conselho Municipal de Ação Social (CMAS) fiscaliza e monitora as ações na área social no município.

A estrutura física do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é constituída de sala de recepção, de sala de atendimento social, de sala de atendimento psicológico, de sala para coordenação, de banheiro e de sala de grupo de convivência. Essa estrutura é parcialmente adaptada para o atendimento a cadeirante e ainda requer algumas modificações para melhor atender àqueles que têm necessidades especiais. Além disso, o CRAS não possui veículo próprio, utilizando, quando disponível, o do Conselho Tutelar ou do Conselho Municipal da Saúde.

---

<sup>40</sup> Os dados apresentados neste item são derivados do Plano Municipal de Assistência Social, elaborado pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento da Assistência Social: 2009-2012. Jequitaiá. 2009.

A equipe técnica é composta por uma Assistente Social, uma Coordenadora, um Psicólogo, uma Secretária e dois Orientadores Sociais. Essa equipe visa à assistência integral à criança e ao adolescente; o apoio a crianças em creches; o apoio a pessoa idosa; o apoio a pessoa portadora de deficiência; participa de programas de geração de rendas; participa de ações para combater a pobreza e procura por recursos financeiros de programas específicos para viabilização CMAS.

Como órgãos de suporte ao controle social, o município conta ainda com o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Departamento Municipal de Desenvolvimento da Assistência Social (DMDAS), Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM), Conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CMDCA), o Conselho Municipal da Segurança Pública (COMSEP), o Conselho Municipal da Saúde (CMS) e o Conselho Tutelar (CT).

Apesar das instâncias que tratam das questões dos direitos dos cidadãos, das articulações das políticas nacionais para a saúde e da estruturação da assistência social municipal mediante parcerias com o Governo Federal e Estadual, não há evidências de que a assistência social ocorra em rede. É o enfoque assistencialista que não envolve o conjunto de instâncias apresentadas anteriormente, apesar de um dos objetivos gerais do PMAS é envolver-se com as ações assistenciais nos setores da educação, da habitação e da saúde.

O CRAS oferece diversos cursos e oficinas para a comunidade, para todas as faixas etárias. Não obstante, admite-se que há alguma dificuldade em despertar o interesse e motivação do público alvo, ou seja, o público a ser atingido não adere ao que lhe é ofertado. Além dos cursos e oficinas, o CRAS atende 23 famílias, totalizando 70 pessoas, que residem em áreas ribeirinhas, em residências que não oferecem o mínimo de segurança, até mesmo fora do período chuvoso. Muitas dessas moradias são cobertas por lonas; onde as paredes e telhados já ruíram e não possuem banheiros. Grande parte desses moradores são semianalfabetos e estão em situação de risco (alta).

Além disso, há o envolvimento com o PETI, Projovem Adolescente e de ações junto ao Grupo de Convivência “MÃOS QUE FAZEM”, para mulheres acima de 20 anos, com reuniões todas as quarta-feira, desenvolvendo as habilidades para o crochê, a pintura, vagonite e o ponto russo. Em conformidade com as proposições apresentadas no PMAS, tem-se que os programas e ações existentes conseguem atender as demandas que surgem no município.

Em relação à assistência à saúde, a população conta com os serviços de apenas uma unidade mista, cinco centros de saúde municipais, dois postos de saúde municipais, uma unidade de vigilância em saúde, que é municipal, e a Secretaria da Saúde. Esta Secretaria não possui sede própria, funcionando na sede do Centro de Saúde da cidade.

A equipe do setor de saúde é composta por seis médicos, 16 auxiliares de enfermagem, dois dentistas com dois auxiliares, além do pessoal dos serviços ambulatoriais. No geral, o Relatório anual categoriza os profissionais da saúde da seguinte forma: oito servidores estatutários, 43 com vínculos públicos e 41 com vínculos temporários. São, no total, 92 funcionários. Além disso, há à disposição uma ambulância, a qual não é suficiente para atender as necessidades do município.

A maior ocorrência de mortalidade está nas faixas etárias de 30 a 59 anos e de 70 a 79 anos<sup>41</sup>. As causas estão associadas a tumores, doenças do aparelho respiratório, doenças do aparelho circulatório, doenças do aparelho digestivo e às causas externas de morbidade e mortalidade. As internações, num total de 429 no ano de 2011, foram devidas às diferentes causas. Entre elas, a mais frequente foi gravidez, em 23% dos casos. Em seguida, aparecem lesões e doenças do aparelho circulatório, com 17%, respectivamente, e doenças do aparelho digestivo, em 12% dos casos.

Os programas implantados no município são os seguintes:

- Prevenção de Câncer.
- Campanha de Vacina Infantil.
- CD (Crescimento e Desenvolvimento)

---

<sup>41</sup> Os dados são apresentados pela Secretaria Municipal de Saúde. Relatório Anual de Gestão. Jequiá. 2011.



- SINASC (Sistema de Informação de Nascidos Vivos).
- SIM (Sistema de Informação de Mortalidade).
- SISVAM (Sistema de Informação de Vigilância Sanitária).
- SINAM (Sistema de Informação de Agravo).
- PSF ( Programa de Saúde da Família).
- DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis)

Sob essas circunstâncias, as prioridades apresentadas no Relatório de Gestão são: controle do câncer de colo de útero e de mama; redução da mortalidade infantil e materna; ampliar a cobertura populacional da atenção básica por meio da estratégia saúde da família e aumentar a identificação e a notificação dos agravos à saúde do trabalhador. Associado a essas prioridades, há, também, a referência à contratação de um técnico em contabilidade e da capacitação dos profissionais da saúde para inteirar-se da parte financeira e orçamentária municipal. Isto justifica a pouca análise crítica sobre a disponibilidade financeira do setor de saúde no município. Há o registro de que o município aplicou 17,28% de sua receita no setor, cumprindo a legislação existente, ao mesmo tempo em que se constata a não transferência de recursos da Federação e do Estado.

Os recursos financeiros provenientes do município têm-se mostrado insuficientes para adequar a infraestrutura da Secretaria, o que pode influir negativamente na disponibilidade desses serviços quando do início da construção do empreendimento. Deve-se considerar que a barragem será construída na área desse município, atingindo o maior número de pequenos proprietários e com a possibilidade de receber a maior porcentagem de trabalhadores envolvidos com o empreendimento.

Jequitaiá, como os demais municípios atingidos pela construção do empreendimento, possui forte dependência econômica do setor agropecuário, apesar da população rural representar 31% dos 8,005 residentes no município. O setor possui pequenas, médias e grandes propriedades, com predominância da agricultura nas pequenas propriedades e da mão-de-obra familiar<sup>42</sup>. O setor não emprega mão-de-obra qualificada, pois apresenta baixa produtividade,

---

<sup>42</sup> Diagnóstico Socioeconômico. Relatório de Andamento V. Belo Horizonte: Framinas. 2012.

com pouco uso de tecnológicas modernas na produção agropecuária, gerando empregos temporários. A pecuária ocupa a maior área do setor, com 38% da área explorada, estando a agricultura com 21% da área explorada. Como consequência, a geração de renda é pequena, isto é, em 2010 havia 3.414 pessoas que ganhavam até um salário mínimo<sup>43</sup>.

Não obstante, o município não estava estagnado, apenas com evolução nominal de indicadores abaixo do que ainda ocorre na região Norte de Minas Gerais. Por exemplo, há elevação do PIB a preços correntes, mas a contribuição do PIB dos quatro municípios atingidos pelo empreendimento não ultrapassou 1,35% do PIB da região Norte de Minas<sup>44</sup>. Estudo da Fundação João Pinheiro (1998)<sup>45</sup> demonstra que a agropecuária, nessa região, apresenta resultados expressivos, entretanto, não é suficiente para a geração de emprego demandado pela população.

Isto pode ser ilustrado pela análise dos valores adicionados da agropecuária, da indústria e dos serviços aos preços correntes. Enquanto a agricultura adicionava 12.794 mil reais em 2010, a indústria acrescentava 3.966 mil reais, o setor de serviços adicionava 26.339 mil reais<sup>46</sup>. O que se destaca é que o aumento é em termos nominal. Comparado com o setor industrial, constata-se a relevância do setor agropecuário para o desenvolvimento do município. Teoricamente, tem-se que 325 empregos são gerados para cada R\$ 1 milhão de produtos agropecuários negociados nos mercados internos ou externos. Em contraposição, tem-se que a construção civil gera 197 empregos<sup>47</sup>. O diferencial é a qualificação da mão-de-obra requerida, empregando pessoas com baixo nível de escolaridade.

Essa tendência, conforme evidenciada pelo Plano Diretor do Município, é difícil de reversão, a não ser que ocorresse uma mudança no cenário regional, pois a dependência sobre as variáveis exógenas ao sistema local é muito grande. O

---

<sup>43</sup> IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA. Disponível em [www.ibge.gov.br/cidadesat](http://www.ibge.gov.br/cidadesat). Acesso em 28/05/2012.

<sup>43</sup> Diagnóstico Socioeconômico. Relatório de Andamento V. Belo Horizonte: Framinas. 2012.

<sup>44</sup> Idem, idem.

<sup>45</sup> Fundação João Pinheiro e Funivale. Centro de Estudos Regionais. Belo Horizonte, dezembro de 1998.

<sup>46</sup> IBGE. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro. 2010.

<sup>47</sup> Plano Diretor do Município de Jequiitá. Jequiitá. 2010.

setor industrial, que participava com 11,83% na formação do PIB total em 2000, teve sua participação reduzida para 7,70% em 2005<sup>48</sup>. Não obstante, essa redução também ocorreu com o setor de serviços. Essa participação que era de 60,43% na formação do PIB total em 2000 foi reduzida para 58,39% em 2005. Em consequência, o município ficou fortemente dependente, devido as suas características, das receitas correntes provenientes do Fundo de Participação do Município (FPM).

A despeito disso, o IDH-M de Jequitaiá segue a mesma tendência de evolução que ocorre nos demais municípios brasileiros<sup>49</sup>. Assim, no período 1991-2000, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Jequitaiá aumentou em 14,68%, passando de 0,572 em 1991 para 0,656 em 2000. Com isso, o município está entre o índice médio, tendo a educação, a longevidade e, em menor proporção, a renda como os determinantes na melhoria das condições de vida das pessoas. Não obstante, a proporção de indigentes e de pobres em Jequitaiá é sempre superior à encontrada no Estado.

No ambiente econômico de abrangência municipal, onde os indicadores econômicos evoluem com valores menores aos da região e aos do Estado, a hipótese é de que os serviços públicos atendem as necessidades locais, mas os setores produtivos não compensam as desigualdades que geram e que acumulam ao longo dos anos. Em relação aos serviços assistenciais, identificou-se que há intervenções, mas que há dificuldades, em especial de infraestrutura e de recursos financeiros. Em relação à educação, há escolas e programas, mas ainda permanece o grande contingente da população, no caso 4.514 pessoas, sem instrução e com o ensino fundamental incompleto. Para completar, existem 1.064 pessoas com o ensino fundamental completo e o ensino médio incompleto<sup>50</sup>.

---

<sup>48</sup> Conforme análise apresentado no Plano Diretor do Município de Jequitaiá. Jequitaiá. 2010.

<sup>49</sup> Plano Diretor do Município de Jequitaiá. Jequitaiá. 2010.

<sup>50</sup> IBGE: Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro. 2010.

No município, existem duas creches no setor urbano, cada uma com duas salas, sendo que uma dessas salas passa a ser refeitório ou berçário. Essas escolas não possuem área de recreação e possuem 114 e 144 alunos, respectivamente. Pela infraestrutura, elas não conseguem atender a demanda de alunos entre 0 a 2 anos de idade, apesar de uma escola possuir seis professores e a outra oito. As creches ainda requerem a presença de um supervisor em cada uma delas.

Existem oito escolas municipais. Destas, sete estão localizadas na zona rural, sendo apenas uma localizada no Barroirão, que possui quatro salas e está voltada ao ensino fundamental, com as séries iniciais e finais. Esta escola possui quadra de recreação, mas sem cobertura. As demais possuem apenas uma sala e estão centradas na série inicial do ensino fundamental. Essas escolas não possuem quadra de recreação. As escolas rurais possuem números diferenciados de professores. Enquanto a do Barroirão possui 13 professores, outras seis possuem um professor e a escola localizada na Água Espreada, possui dois professores. Todos possuem curso superior.

A escola municipal localizada na zona urbana possui 10 salas, e está voltada para as séries iniciais do ensino fundamental. Há uma quadra de recreação, mas sem cobertura. Essa escola possui 33 professores, todos com formação universitária. Todas as escolas, independente da zona em que está localizada, não possuem condições adequadas de acesso para crianças com necessidades especiais.

Por sua vez, todas as escolas municipais atendem a demanda existente. Entretanto, a localizada no Barroirão ainda requer a contratação de um supervisor e de técnicos. A relação aluno/professor é satisfatória, registrando-se a superlotação apenas na escola localizada na zona urbana, especialmente do 1º. ao 5º. ano. De forma geral, essas escolas estão envolvidas com os seguintes programas: Projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA), Proinfo Rural e Programa Escola Ativa. Deve-se registrar que existem 12 ônibus para transporte dos alunos e que há, no município, 20 comunidades rurais.

O município conta também com duas escolas estaduais, ambas localizadas na cidade. Uma possui 11 salas de aula e a outra nove, além das demais

dependências, como quadra de esporte coberta, refeitório, etc., estando todas em ótimo estado de conservação, atendendo a demanda existente. Não há superlotação. Não obstante, se a demanda aumentar, a infraestrutura e os recursos humanos existentes não serão suficientes para atendê-la. Uma das escolas possui 32 professores e a outra 28, todos com qualificações em nível superior. Além disso, o corpo técnico é composto por 10 pessoas em uma escola e por sete em outra. Tanto em número quanto em qualificações, os técnicos apoiam adequadamente o desenvolvimento das atividades para atender os 820 alunos em uma escola e os 475 na outra, considerando-se os diferentes níveis e períodos. Se a relação professor/aluno é considerada como excelente em uma das escolas, na outra essa relação é apenas regular.

Uma das Escolas Estaduais é uma escola inclusiva, pois atende alunos do AEE – Atendimento Educacional especializado, que são alunos com deficiência física, mental e intelectual. Para tanto, possui sala própria, que é a Sala de Recursos. Esse atendimento consiste de um projeto do governo para atender estes alunos. São duas turmas, no período matutino e vespertino, e há dois docentes, com qualificação universitária e com cursos de qualificação para o atendimento educacional especializado.

Além deste projeto especial, a escola também participa do Projeto de Educação em Tempo Integral (PRORETI). O objetivo desse projeto é ampliar as oportunidades educativas dos alunos, visando à formação de novas habilidades e conhecimentos. Isto ocorre pela expansão do período de permanência diária dos alunos nas atividades promovidas (na) pela escola. O público alvo consiste de alunos em condição de maior vulnerabilidade social. Para tanto, há seis docentes, todos com curso superior.

Especialmente em relação à Escola Estadual, as capacitações técnicas requeridas pelas ocupações associadas ao empreendimento podem fortalecer a proposição do segmento educacional para a abertura de cursos técnicos profissionalizantes no município. Para tanto, há a necessidade de introduzir novas parcerias, envolvendo de forma especial os empreendedores, a empresa construtora e os órgãos públicos locais e estaduais. A expectativa é de que com o início das obras do empreendimento pode-se induzir mudanças e obter o

apoio dos empreendedores junto aos órgãos governamentais para reduzir a pressão sobre os serviços educacionais, para melhorar a qualidade desses serviços e para expandir a os cursos para novas qualificações.

Em relação à promoção da segurança familiar e social, o município de Jequitaiá conta o efetivo de sete policias militares para executar o trabalho em todo o município. Para uma população de 8.005 pessoas, existe um policial para cada 1.144 habitantes. Essa relação é extremamente alta, uma vez que a ONU projeta um policial para cada 250 habitantes<sup>51</sup>. Por conseguinte, quando há necessidade de reforços, há o apoio dos efetivos do município de Pirapora. Para obter essa cooperação, o meio de comunicação é o telefone celular, pois não há telefonia fixa.

A Delegacia de Policia Civil e a comarca judiciária que atende Jequitaiá estão localizadas na cidade de Pirapora, distante a 80 km. A estrutura física para o policiamento não é adequada, necessitando de reformas e ampliação. Apenas para ilustração, há a necessidade de caminhonetes para o policiamento na área rural, motocicletas, rádios, *notebook*, capacetes, binóculos, coletes salva vidas, barco de alumínio, telefone fixo para a linha 190, microcomputador, armas longas, fuzis e reforma total das instalações do quartel, com estacionamento e garagem.

Em termos de crimes registrados nos meses de 2012, foram registrados os seguintes: ameaças, lesão corporal, furto à residências, furto de gado, arrombamento, furto contra o patrimônio, etc.<sup>52</sup>. Decorrente das condições de infraestrutura da Polícia Militar e do reduzido número de efetivos pode-se pressupor que, com o início do empreendimento, é possível que a pressão sobre a segurança pública local possa ocorrer. Não obstante, isto não é tudo. Deve-se considerar que o turismo local, além das festas tradicionais que atraem grande número de pessoas, há tipos de turismo ainda não explorados, mas que podem ser induzidos pelo alagamento da área. Isto é, é a exploração dos atrativos naturais, também conhecido como turismo para o lazer, o turismo

---

<sup>51</sup> Disponível em <<http://www.nevusp.org>>. Acesso em 16/05/12.

<sup>52</sup> Dados fornecidos pelo CMT DST PM de Jequitaiá.

da pesca, canoagem, trekking, rafting e o turismo pedagógico ao longo do lago e do rio<sup>53</sup>.

Não obstante, intensificar essas atividades pode colocar não só a segurança pública em vulnerabilidade como também requerer novas corporações como a do corpo de bombeiros, investimentos em infraestrutura do município e de melhoria no sistema de transporte no município e entre os municípios. Por exemplo, o município não possui transporte coletivo interno. Existe terminal rodoviário que recebe algumas linhas regulares, inclusive interestaduais, mas não há linha regular direta entre os municípios mais próximos<sup>54</sup>. Como identifica o Plano Diretor do Município, o município possui potencialidades na agricultura, na indústria, no comércio e serviços e no turismo. Entretanto, há muitas limitações, tais como: malha rural extensa e mal conservada, deficiência nos canais de comercialização, baixa produtividade, assistência técnica deficitária, carência de agroindústrias, infraestrutura hoteleira e de lazer inexistentes, fraca organização do turismo, alto grau de informalidade das atividades, falta de estação de tratamento de esgoto, uso do lixão, etc. Em função dessas limitações, elas passam a requerer intervenções estruturadas dos órgãos públicos locais, estaduais e federais, pois a integração está além dos recursos naturais que induzem ao turismo de lazer, mas os demais organismos governamentais que compõem os serviços públicos de desenvolvimento municipal e de segurança pública para as populações.

Apenas para ilustração, é extremamente oportuna a sugestão apresentada no Plano Diretor do Município sobre as possibilidades de desenvolvimento do município com a apresentação de subprojetos sugestivos. De acordo com esse Plano, o município pode ter no Projeto Combate a Pobreza Rural (PCPR) do governo federal, algumas alternativas de intervenções. Como sugerido, elas podem ocorrer nas áreas de potencialidades do município, como agricultura, indústria de processamento e turismo.

---

<sup>53</sup> Plano Diretor do Município de Jequiá. 2010.

<sup>54</sup> Plano Diretor do Município de Jequiá. 2010.

#### b.2.4. Síntese Comparativa

A comparação inicial é entre a proposição do Estado sobre a assistência social e a implementação dessa assistência nos municípios em questão, a qual é sintetizada, inicialmente, pela Tabela 3. De acordo com essa Tabela, constata-se a ênfase sobre a proteção social básica, a qual é complementada por outras atividades e ações, conforme descritas nos itens anteriores, como, por exemplo, grupos de convivência, benefícios eventuais, oficinas, campanhas, palestras, mapeamentos, etc. Há somente um programa de proteção social especial implementado, o qual se refere à erradicação do trabalho infantil.

Apesar da não disponibilidade da demanda efetiva pelos serviços socioassistenciais nos municípios, pode-se pressupor, considerando as necessidades de infraestrutura, recursos humanos e financeiros identificados, que a rede de proteção e promoção social ofertada é deficitária. Se há o aparato institucional, conforme apresentado no Anexo I, expresso pelos Centros de Referências como estratégia para consolidar o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), a implementação não ocorre sob a mesma intensidade. Institucionalmente, pode-se pressupor que as regiões estão avançando no enfrentamento da pobreza e nas atividades que visam a redução da incidência dos riscos e vulnerabilidades sociais que afetam as pessoas e as famílias. Não obstante, operacionalmente, a implementação apresenta vulnerabilidades, à qual, deve-se destacar, não repara e não repõe as desigualdades e oportunidades que a própria trajetória desenvolvimentista instituiu entre os segmentos sociais. Além disso, conforme identificado no Diagnóstico Socioeconômico, os serviços socioassistenciais se concentram na área urbana, devido talvez, como descrito pelos envolvidos com os Centros de Referência, a ausência de transporte e condições das estradas rurais.

O instituído pelo Estado e a União e o assegurado pelo município não permitem atender totalmente as demandas socioassistenciais, de educação, de saúde, de segurança, de transporte e de lazer. Os diversos planos municipais apresentam essa defasagem. Como fator determinante dessa defasagem, há a constatação de que a União e o Estado não cumprem as determinações da



Emenda 29 ao não repassar os recursos necessários para as atividades socioassistenciais.

A despeito da constatação da defasagem, há iniciativas de avaliação da situação da assistência social introduzido pelo SUAS. Isto se constata pela Resolução no. 360/2011 – CEAS/MG, que determina que as Conferências de Assistência Social possuem esse papel, especialmente após os municípios realizarem as suas conferências municipais. A consequência é o não atendimento adequado aos usuários dos serviços de saúde, por exemplo. Mas isto se estende aos serviços educacionais, de transporte, de segurança, etc., pois reparações, reformas, novas construções e novos investimentos tornam-se necessários ao longo dos anos, não somente pelo uso intensivo, mas pelas novas exigências, como os atendimentos aos usuários com necessidades especiais.

Em momentos de escassez de recursos financeiros, há a sugestão de procurar por alternativas e, uma delas, se constitui em acessar programas e projetos especiais, como o Projeto Combate a Pobreza Rural (PCPR) do governo federal. Para tanto, torna-se necessário trabalhar em equipe e de forma transdisciplinar, onde novas capacidades individuais e institucionais tornam-se necessárias para identificar as oportunidades, para elaborar as propostas e para encaminhá-las com robustez.

Por capacidades individuais, assume-se que elas devem emergir dentro da estrutura e organização dos próprios municípios, mas pela capacidade institucional foi sugerido que ela pode ocorrer com a articulação e o apoio dos empreendedores e a construtora. São dois novos atores institucionais com possibilidades de convergir intervenções visando a associação entre o empreendimento e o desenvolvimento local sob os seus múltiplos aspectos.

O fator determinante da intervenção pode ser a indústria do turismo de lazer atrelado às atividades pluriativas e multifuncionais das propriedades rurais. Sob a perspectiva de desenvolvimento integrado, este fator determinante deve articular-se com a educação, com a segurança pública, com a saúde e aos serviços socioassistenciais. Portanto, propõe-se que antes das soluções pontuais, isoladas e imediatistas, haja a intervenção coordenada dos novos

atores institucionais para inserir os quatro municípios atingidos pelo empreendimento em um modelo de desenvolvimento que possa se constituir em referência nacional para os atingidos por empreendimentos de construção de barragens. Essa proposição torna-se mais evidente pela análise do diagnóstico socioeconômico apresentado a seguir, onde se constata a inércia desenvolvimentista em que se encontram os quatro municípios atingidos pelo Projeto Jequitai.

Tabela 3 – Relação dos programas e serviços de proteção social básica implementados nos municípios.

Municípios Prog.eServ	Claro dos Poções	Francisco Dumont	Jequitai
Programa Bolsa Família	1015 famílias beneficiárias	677 famílias beneficiárias	1600 famílias beneficiárias
Crianças até 6 anos			
C & A de 6 a 15 anos	50	70	
Projovem de 15 a 17 anos	66	40	100
Serviços para Idosos	60	40	80
Benefícios Eventuais	20	20	23
BPC	68	70	380
BPC na Escola	15	Em fase de adesão	38
BPC no Trabalho			
Total de PSB	7	6	5

Continuação Tabela 3: programas e serviços de proteção social especial implementados nos municípios.

Municípios Prog. e Serv	Claro dos Poções	Francisco Dumont	Jequitaiá
SMC			
Peti	60	40	115
SPS a Adolescentes			
Paefi			
SPS a P.D. e Idosos			
S P de rua			
Total de PSE	1	1	1

ANEXO I  
RECURSOS SOCIOASSISTENCIAIS

Dados	Claro dos Poções	Francisco Dumont	Jequitaiá
População urbana e rural Fonte: IBGE	5.251 – 2534 (7.775)	3.197 – 1.666 (4.863)	5.504 – 2501 (8.005)
Principal atividade econômica Fonte: IBGE	Agropecuária	Agropecuária	Agropecuária
IDH Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano	0,685	0,656	0,705
Abastecimento de água Fonte: Planos Municipais	COPASA: cobertura em 98,5%	COPASA: cobertura em 90%	COPASA: cobertura em 96%
Rede de esgoto Fonte: Planos Municipais	Fossa séptica	Fossa séptica	Fossa séptica
Coleta de lixo Fonte: Planos Municipais	Prefeitura: lixão	Prefeitura: Lixão em aterro	Prefeitura: lixão sem destino
Sistema Educacional (Fonte:) INEP – Censo Educacional 2009	Municipal: pré-escolar e fundamental Estadual: ensino fundamental e médio	Rede Municipal e Estadual	Rede municipal e estadual
Serviços de Saúde Fonte: Plano Municipal	Secretaria Municipal	Secretaria Municipal	Secretaria Municipal

## GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS

Dados	Claro dos Poções	Francisco Dumont	Jequitaiá
Equipamentos sociais Públicos em funcionamento (CRAS / CREAS)	SMS; CRAS	CRAS	CRAS
Serviços / Programas ofertados da proteção social básica	PAIF; Projovem; G. Convivência; Oficinas; CA; Benefícios; SA	PAIF;BF; Projovem; EC; OFTI	Projovem; G. Convivência;
Serviços / Programas ofertados da proteção social especial	PETI	PETI; PAIR	PETI;
Conselhos de garantia de direitos em funcionamento	CMAS; CMDCA; CMMM; CMS; CT	CT; CMAS; CMDCA; COMAD; CMS; COMDEC; CODEMA; CAE; CFUNDEB; CME; CMT	CMAS; DMDAS; CMDM; CMDCA; COMSEP; CMS; CT, COMDEC
Rede prestadora de Serviços socio-assistenciais em funcionamento	SMAS; CRAS; Conselho Tutelar; Conselhos de Direito; Secretarias de Saúde; Educação e Transporte; Poder Judiciário; Ministério Público; Defensoria Pública; Polícia Militar; Associações Comunitárias	SMAS; CRAS; Conselho Tutelar; Conselhos de direito; Secretarias de Saúde; Educação e Transporte; Departamento de Esportes; Poder Judiciário; Ministério Público; Defensoria Pública; Polícia Militar; Serviço de Acolhimento Institucional(em parceria e ofertado em outro Município); Associações Comunitárias	SMAS, CRAS, Conselho Tutelar, Conselhos de direito, Secretarias de Saúde, Educação e Transporte, Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Militar, Associações Comunitárias

Fonte: Dados da Pesquisa.

### c. Relatório do Estudo Socioeconômico dos Atingidos

O Diagnóstico Socioeconômico foi concluído em abril de 2012 e considerou as variações ocorridas entre os anos de 2000 e 2012, sob a perspectiva estadual, regional e local. Para tanto, foram utilizadas fontes secundárias e primárias na coleta dos dados e informações. As fundamentações para as inferências foram consideradas a partir das políticas do estado para a região Norte de Minas Gerais e as tendências identificadas em estudos realizados pelas instituições governamentais e não governamentais de pesquisa.

Os municípios foco do diagnóstico socioeconômico foram os seguintes: Claro dos Poções, Francisco Dumont, Engenheiro Navarro e Jequitaiá<sup>55</sup>. Desses municípios, a cidade de Jequitaiá é o núcleo urbano mais próximo da barragem, estando aproximadamente a 9,4 km de distância. Os demais municípios atingidos estão em áreas proporcionais diferentes, em função do alagamento, situando-se num raio de 50 km da cidade de Jequitaiá.

Os quatro municípios possuem menos de 10.000 habitantes. Claro dos Poções possui 7.775, Francisco Dumont 4.863, Engenheiro Navarro 7.122 e Jequitaiá 8.005 habitantes. Com essa característica, as dinâmicas geográfica, econômica, social, política e cultural seguem aquelas típicas de municípios em transição demográfica urbana, baixa densidade populacional, sustentado pela produção agropecuária, com baixa remuneração, poucas oportunidades de emprego, requerendo o fortalecimento da infraestrutura e dos recursos humanos da assistência social, da educação, da saúde, da segurança pública e para o lazer.

---

<sup>55</sup> Deve-se destacar que quando da realização do diagnóstico socioeconômico, o mesmo seguiu a orientação de estudos anteriores, elaborados pela ENGEORPS contratada pela CODEVASF, que considerou limite da área de indenização a cota centenária de 586,5 m, que englobava a área inundada mais a faixa de APP. Como a legislação ambiental estabelece que a área indenizada deve ser a área inundada, correspondente à cota normal, que é de 580 m, + 100 m de faixa de área de preservação permanente, a CODEVASF fez um ajuste no projeto, o que proporcionou uma redução na área indenizada de 3.648 ha, passando a atingir somente os municípios de Jequitaiá, Claro dos Poções e Francisco Dumont. Com isto, a CODEVASF encaminhou ofícios às prefeituras e está comunicando os atingidos a alteração na operação da barragem. Portanto, identificam-se as diferenças entre os dados do relatório socioeconômico e os apresentados no Apêndice II do PAS/BARRAGEM. Por exemplo, o número de propriedades atingidas diminuiu de 275 para 185 e o município de Engenheiro Navarro que estava incluído como diretamente atingido, apesar da pequena área e do número de propriedades, passa a constar como indiretamente atingido, estando além dos limites estabelecidos pela legislação.

Do total de 27.765 habitantes nos quatro municípios, foi identificado que 553 famílias seriam diretamente atingidas, totalizando 1.694 pessoas (representando 6% da população dos quatro municípios). Por atingidos, utilizou-se a definição abrangente, identificando os que dependem da terra e da água como meios de produção, tais como proprietários rurais, posseiros, ocupantes, trabalhadores rurais, pescadores, e areeiros. Por municípios atingidos, o diagnóstico registrou que há, não considerando as cinco famílias entrevistadas em Montes Claros, 148 em Claro dos Poções, 183 em Francisco Dumont, 29 em Engenheiro Navarro e 188 em Jequitaiá.

O número de propriedades analisadas foi de 275. Na média, existe mais de uma família por propriedade, sendo que o maior número de propriedades atingidas (129) está no município de Francisco Dumont. Claro dos Poções tem 44 propriedades atingidas, Engenheiro Navarro 12 e Jequitaiá 79. Além disso, existem 12 propriedades que estão localizadas em áreas dos municípios de Jequitaiá e Claro dos Poções. É interessante destacar que o Projeto Jequitaiá atinge a maior porcentagem de propriedades nos quatro municípios, 17,4%, do que de pessoas, que é 6%.

Portanto, em um primeiro momento, há o número de propriedades e, em segundo, o número de famílias. Pelos dados apresentados, o maior número, 197, é de propriedades parcialmente atingidas, das quais, 107 estão em Francisco Dumont. Por outro lado, existem 39 propriedades totalmente atingidas, das quais, 18 estão no município de Jequitaiá, local onde ocorrerá a construção da barragem. Concretizando a intervenção na área, 39 propriedades já foram adquiridas pelos empreendedores, desde 2005, entre as quais estão 23 localizadas no município de Jequitaiá, 14 em Francisco Dumont, uma no município de Engenheiro Navarro e a outra localizada em Francisco Dumont.

A princípio, tem-se que o impacto pela construção da barragem está no município de Jequitaiá, especialmente pelo número de propriedades totalmente atingidas. Por sua vez, o impacto pelo alagamento do empreendimento está no município de Francisco Dumont. Considerando que a estrutura fundiária da região é caracterizada pela predominância de pequenas propriedades, das 275 propriedades identificadas, 34% possuem até 10 ha e elas estão localizadas, em sua maioria, em Jequitaiá, com 39 propriedades, e em Francisco Dumont, com 31 propriedades. Portanto, em função do local da construção da barragem, o

município de Jequitaiá é mais afetado em termos de propriedades totalmente atingidas. Por sua vez, Francisco Dumont é, entre os municípios atingidos pelo empreendimento, o que possui propriedades com maior extensão de área, sendo mais afetada pelo alagamento. Apenas para ilustração, entre as 79 propriedades atingidas com mais de 100 ha nos quatro municípios, 34 delas estão localizadas em Francisco Dumont.

Tendo-se como referência essas duas características, o plano de negociação foi concebido para ser desenvolvido por segmentos sociais e por áreas atingidas. Em cada uma dessas particularidades, os cenários construídos apontaram para trajetórias e tratamentos diferentes<sup>56</sup>. Para ilustração, em função das negociações introduzidas, constatou-se que há dois momentos distintos na construção do Projeto Jequitaiá. O primeiro, instituído em 2005, que implicou na aquisição de propriedades que estavam localizadas na área onde a barragem seria construída, e, outro, introduzido a partir de 2011. O primeiro se estruturou pela aquisição de áreas de propriedades e de propriedades que seriam parcialmente e totalmente atingidas. O segundo, pela forma como o empreendimento passa a se constituir como indutor de mudanças socioeconômicas na região, inserido no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), seguindo as novas fundamentações para a concretização desse processo. Conforme pode ser corroborado pelos documentos pertinentes, o Plano de Negociação, característica do segundo momento, foi estruturado e aprovado pelos segmentos sociais e empreendedores participantes do processo.

Apenas para ilustração, é interessante destacar como a indenização passa a ser abordada. Isto é, tendo como referências as proposições apresentadas no relatório “Comissão Especial Atingidos por Barragens. Resoluções números 26/06, 31/06, 01/07, 02/07 e 05/07”<sup>57</sup>, as indenizações para os segmentos sociais atingidos pela construção do empreendimento são diferentes devido a natureza da atividade econômica executada e devido o impacto social, cultural, psicológico e histórico do empreendimento sobre esses segmentos sociais. Por exemplo, os proprietários totalmente atingidos podem ser indenizados, dentro dos parâmetros

---

<sup>56</sup> Deve-se explicitar que os fundamentos e procedimentos metodológicos empregados, bem como as proposições apresentadas pelos diferentes segmentos sociais e empreendedores estão relatados e apresentados nos referidos documentos, quais sejam, Projeto Plano de Negociação e Projeto Cenários para a Implementação do Plano de Negociação.

<sup>57</sup> Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Comissão Especial “Atingidos por Barragens” Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília, DF. 2010.



estabelecidos pela legislação, ou ser reassentados, considerando-se as diferentes etapas que esse processo requer, que se inicia com o processo de aquisição da propriedade, passando para o deslocamento das famílias e chegando à emancipação, o que deve ocorrer após três anos de monitoramento do processo de reassentamento<sup>58</sup>.

Assim sendo, há um Plano de Negociação e há Cenários para a implementação desse Plano, que orientará a negociação definida pelos diferentes segmentos sociais atingidos pelo empreendimento. São dois momentos distintos, mas complementares, os quais orientarão as ações de implementação que ocorrerão por segmentos sociais e por áreas geográficas específicas, implicando nos deslocamentos da Comissão de Negociação. Para esta segunda etapa identificou-se, inclusive, que entre os proprietários já indenizados pelas áreas totalmente atingidas há a necessidade de se adotar procedimentos e iniciativas para aqueles que ainda permaneceram nas propriedades, procedimentos e iniciativas essas que poderão ser trabalhadas pelos profissionais que comporão a equipe interdisciplinar de assistentes sociais situada no Posto de Assistência Social a ser proposto neste documento.

Se este é um dos focos de atuação dessa equipe, há outros decorrentes de dois outros contextos, ou seja, o apresentado pelo diagnóstico das unidades físicas dos municípios que alojam os serviços assistenciais e os serviços que podem ser demandados pelos segmentos sociais atingidos, em função dos dados socioeconômicos que estão apresentados no referido diagnóstico. Enquanto o primeiro contexto foi apresentado em item anterior, o segundo passa a ser detalhado a seguir.

Inicialmente, o Diagnóstico Socioeconômico identifica a existência de um areeiro, 13 arrendatários, 14 garimpeiros, 32 meeiros, 18 pescadores, 226 proprietários rurais e 204 trabalhadores rurais. Considerando os que exploram a terra como meio de produção, existem **273** propriedades para o total de 553 famílias identificadas, no qual residem 1.694 pessoas. Dessas, 53% são do sexo masculino e 63% possuem entre 26 e 64 anos de idade. Não obstante, 73% da população economicamente ativa possuem atividades ocupacionais. Essas

---

<sup>58</sup> A identificação dos segmentos sociais atingidos bem como a construção do processo de negociação com os seus conteúdos, extensão e especificidades para os meeiros, trabalhadores rurais, pescadores, etc. estão detalhados nos Projetos Plano de Negociação e Cenários para Implementação do Plano de Negociação.

atividades, por sua vez, permitem que 56% da população estejam restritas ao recebimento de até dois salários mínimos por mês. Por sua vez, apenas 7% dos atingidos recebem transferências dos programas governamentais, para o sustento, em média, de três pessoas nas famílias. A esses dados se acrescenta o nível de escolaridade, onde 62% da população acima de 15 anos possui o ensino fundamental incompleto.

Em relação às moradias, 45% foram construídas há mais de 20 anos, sendo que 83% estão satisfeitos com as suas condições. Em relação às condições das moradias, 57% admitem como ótimas, 35% consideram que as condições são regulares e 6% admitem as condições como ruins ou péssimas. Emerge, assim, a preocupação com as novas condições das residências a serem construídas e a adaptação a elas pelos segmentos sociais. Outro aspecto é que esses imóveis possuem de quatro a nove cômodos, em função do número de membros na família. Mais especificamente, são 88 imóveis com cinco cômodos, 111 com seis e 59 imóveis com sete cômodos. Com oito cômodos a até mais de dez cômodos estão 26% das residências. Outro aspecto a destacar é que, aparentemente, as residências são pequenas, mas subdivididas em vários cômodos. Portanto, áreas maiores de residências com número menor de cômodos podem inviabilizar o reassentamento das famílias e a adaptação ao novo ambiente familiar. É uma das situações de risco que emerge no novo ambiente, como, por exemplo, a família que é constituída de 10 pessoas e que deverá ser removida para uma residência com um número menor de cômodos, especialmente, em caso de seguir o modelo de casa padrão.

O material de construção das residências é, principalmente, alvenaria com reboco. Tem-se que 84% das casas são construídas com esse material. Além dele, há 7% das casas construídas com alvenaria, mas sem reboco, 5% das residências são de adobe e pouco mais de 2% das casas são construídas pela combinação de outros materiais, como madeira e alvenaria, pau a pique, etc. Em relação ao material de cobertura, 77% das casas são cobertas com telhas de barro. Por sua vez, o piso é de cimento em 59% das residências.

Há o acesso geral à água, mas sob uma diversidade de fontes, tais como a rede geral de distribuição, em 276 imóveis, o poço ou nascente, em 80, assim como a água do rio, açude e lago, em 73 imóveis e cisterna em 7 outros. Apesar das fontes, 79% das residências consomem água filtrada. Apesar de ser pequena a

proporção, há, entre os atingidos, famílias numerosas, vivendo em poucos cômodos, sem tratamento de água e sem energia elétrica. Identificou-se que 2% dos atingidos não possuem energia elétrica na residência.

Em relação ao acesso à rede de esgoto e a destinação do lixo, os atingidos residentes na zona rural carecem das redes de distribuição e de coleta e tratamento do lixo, como é comum no Brasil rural. Dessa forma, fossas sépticas são utilizadas como alternativas, bem como o despejo do lixo doméstico em valas e buracos, o que não diferente de outras zonas rurais do país. Se esses serviços assistências não se estendem aos habitantes da zona rural, os residentes, em geral, e os atingidos em particular possuem acesso aos bens de consumo de consumo duráveis. A Tabela 4 apresenta as categorias dos afetados e a posse dos bens, conforme é apresentado no Diagnóstico Socioeconômico.

Tabela 4 – Posse de bens de consumo por categorias de afetados. 2012.

Condição de afetado	Televisão					Computador					Telefone Fixo					Telefone Celular				
	0	1	2	3	4	0	1	2	3	4	0	1	2	3	4	0	1	2	3	4
Areeiro		1					1				1									1
Arrendatário	1	10	2			11	2				12			1		2	6	4	1	
Garimpeiro	2	36	4	2		36	8				33	11				5	20	8	5	6
Meeiro	2	29	1			31	1				31	1				4	16	10	2	
Outra	5	6	3		1	11	3			1	11	4				3	4	7		1
Pescador	3	15				16	2				18						8	6	2	2
Proprietário rural	29	158	27	10	2	180	39	4	2	1	197	27	2			29	79	67	36	15
Trabalhador rural	19	169	14	1	1	175	26	2	1		192	11		1		20	90	60	22	12
<b>Total</b>	<b>61</b>	<b>424</b>	<b>51</b>	<b>13</b>	<b>4</b>	<b>460</b>	<b>82</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>495</b>	<b>54</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>63</b>	<b>223</b>	<b>162</b>	<b>69</b>	<b>36</b>
Condição de afetado	Rádio					Videocassete e/DVD					Antena Parabólica					Aspirador de pó				
	0	1	2	3	4	0	1	2	3	4	0	1	2	3	4	0	1	2	3	4
Areeiro			1					1			1					1				
Arrendatário	4	8	1			6	7				4	9				13				
Garimpeiro	17	25	1	1		23	20		1		28	16				44				
Meeiro	3	28	1			12	20				6	26				32				
Outra	2	11	2			8	7				7	7		1		15				
Pescador	7	11				6	12				11	7				18				
Proprietário rural	67	138	18	2	1	117	99	9	1		72	150	4			213	12	1		
Trabalhador rural	60	133	10		1	67	134	3			56	145	3			198	6			
<b>Total</b>	<b>160</b>	<b>354</b>	<b>34</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>239</b>	<b>299</b>	<b>13</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>185</b>	<b>360</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>534</b>	<b>18</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

Continuação da Tabela 4.

Condição de afetado	Máquina de lavar					Tanquinho					Geladeira					Freezer				
	0	1	2	3	4	0	1	2	3	4	0	1	2	3	4	0	1	2	3	4
Areeiro	1					1					1					1				
Arrendatário	13					2	11				1	11		1		12	1			
Garimpeiro	39	5				19	25				7	34	2	1		42	2			
Meeiro	31	1				8	24				2	30				30	2			
Outra	12	3				7	8				3	11	1			12	2	1		
Pescador	17	1				8	10				18					11	7			
Proprietário rural	193	30	3			79	144	3			19	189	17	1		181	41	3	1	
Trabalhador rural	190	13	1			52	151	1			25	172	7			182	21	1		
<b>Total</b>	<b>496</b>	<b>53</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>175</b>	<b>374</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>57</b>	<b>466</b>	<b>27</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>471</b>	<b>76</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Condição de afetado	Banheiro com Chuveiro Elétrico					Banheiro sem Chuveiro Elétrico														
	0	1	2	3	4	0	1	2	3	4										
Areeiro		1				1														
Arrendatário	3	10				13														
Garimpeiro	6	37	1			38	6													
Meeiro	8	24				28	4													
Outra	6	8		1		10	4		1											
Pescador	6	12				15	3													
Proprietário rural	48	144	26	7	1	180	44	2												
Trabalhador rural	42	156	3	3		168	36													
<b>Total</b>	<b>119</b>	<b>392</b>	<b>30</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>453</b>	<b>97</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>										

Fonte: Diagnóstico Socioeconômico. Relatório de Andamento V. Belo Horizonte. Framinas. 2012.

Um dos aspectos que sobressai na Tabela 4 é o uso, não diferenciado entre as categorias de afetados, do celular e da televisão. Além do uso, o que se destaca é o número desses aparelhos por famílias. As famílias, independentemente da categoria de afetado, possui, em termos do número de aparelhos, uma quantidade não diferenciada. Por sua vez, outros itens, como freezer, máquina de lavar, aspirador de pó e computadores, não foram adquiridos pela maioria das famílias, apesar da constatação de que algumas famílias possuem esses bens, independente da categoria de afetado.

O número de pessoas residindo no imóvel varia, mas a tendência é a de possuir até quatro membros. Isso ocorre em 84% das famílias. Não obstante, existem quatro famílias que possuem oito e nove membros e 110 famílias com apenas um membro. A identificação dessa variação torna-se relevante, pois permite evitar o deslocamento das famílias para ambientes residenciais não adequados aos seus membros, especialmente se o ciclo em que estão essas famílias passa a ser referenciado. Isto é, pelas idades dos seus membros, pode-se constatar que os filhos estão residindo com os pais, havendo poucas famílias constituídas de duas pessoas e de outras famílias em que reside a família nuclear juntamente com os genros, noras e avós, além de famílias que exploram a atividade agropecuária apenas por um dos seus membros. É a tendência da dinâmica demográfica geral com os ciclos de vida familiar que se verifica junto aos atingidos pelo empreendimento.

Do mesmo modo, conforme destaca o Diagnóstico Socioeconômico, a pirâmide populacional não se afasta da tendência usual, ou seja, concentração menor de crianças nas faixas até nove anos e a concentração menor de idosos nas faixas após 69 anos. Para ilustração, a Figura 1 apresenta, mais detalhadamente, essa tendência.

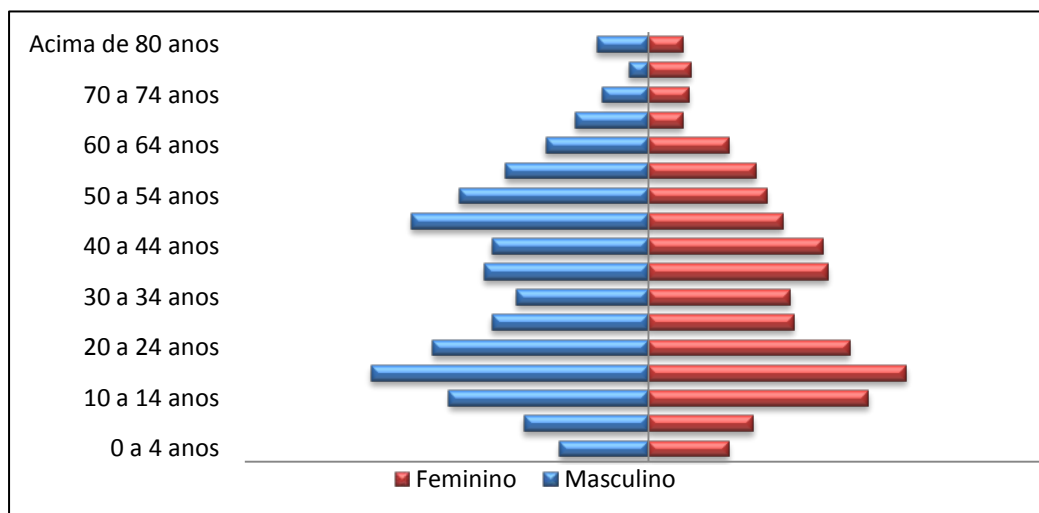


Figura 1 – Pirâmide Populacional

Conforme análise das unidades físicas dos municípios que alojam os serviços sociais, a abrangência desses serviços se estende aos jovens e idosos, os quais estão nos estratos inferiores e superiores da pirâmide. Além desses serviços, há vários outros que se destinam às diferentes situações de riscos, especialmente centrados nos estratos intermediários da pirâmide. O que se apresenta é que,

com o empreendimento, há duas novas situações que são: a) deslocamentos de pessoas nesses três estratos, que são as famílias dos proprietários totalmente atingidos, com tendência a requerem assistência social diferenciada causada pelo deslocamento, e b) migração de trabalhadores que irão engrossar o número de pessoas que podem estar nos estratos intermediários e nos estratos inferiores. Em ambas as situações, o Posto de Assistência Social deve estar preparado para que a equipe atue de forma interdisciplinar e estruturada para interagir transdisciplinarmente, destacando-se o papel intermediador dos empreendedores na implementação das políticas sociais pelos órgãos governamentais.

Mais especificamente, com relação à faixa etária de até 15 anos, há a questão de escolas para as crianças e adolescentes, bem como a inserção dos jovens adolescentes em atividades complementares. Não obstante, a frequência às escolas está na dependência, especialmente para os que residem na zona rural, de transportes. Esse transporte, como é constatado por 38 famílias no Diagnóstico Socioeconômico, não se estende a elas. Nesse caso, há a utilização de moto, de charrete, de bicicleta e até a caminhada. A consequência é a alta porcentagem de analfabetos e pessoas com poucos anos de estudo que estão acima da faixa etária de 10 anos. Apenas para ilustração, na faixa de 4 a 7 anos de estudos estão 37% da população em Claro dos Poções, 39% em Engenheiro Navarro, 34,1% em Francisco Dumont e 35,5% em Jequitaiá. Esse dado constata que a educação não se estendeu, ao longo dos anos, a todos. O aspecto relevante desses dados é que em função desse contexto que possíveis cursos de capacitação deverão ser oferecidos para o envolvimento das pessoas economicamente ativas nas novas oportunidades de emprego.

Emprego esse que está concentrado no setor de serviços urbanos, resultado da urbanização dos municípios. Mas é a urbanização dos municípios que contrasta com a sua dependência econômica do setor agropecuário, em um contexto industrial não induzido. O Diagnóstico Socioeconômico constata a pequena participação dos municípios analisados na geração de riqueza no período de 2000 a 2009, onde a o valor adicionado pela agropecuária, que foi em torno de 3%, foi maior que os dois outros setores. A participação do setor industrial foi de 0,59% e o de serviços foi de 1,35%.

Em relação a produção animal, a bovinocultura voltada para a produção de leite é a que apresenta maior expressão, sendo voltada para a comercialização. Além

dela, destaca-se a produção de suínos, aves, equinos e peixes. Os produtos comercializados são o leite, ovos, queijo e requeijão. Em relação à agricultura o cultivo da banana é a principal atividade agrícola permanente, seguida pela de café e laranja. Entre os cultivos da lavoura temporária encontra-se a cana-de-açúcar, seguida pelo feijão, mandioca, arroz, milho, abacaxi, abóbora, melancia, quiabo, entre outros. Na maioria, são produzidos para a subsistência, sendo o restante da produção comercializado pelos produtores nos próprios municípios.

As propriedades são conduzidas por proprietários, arrendatários, parceiros e meeiros. Entre eles, 77% sobreviviam com até dois salários mínimos, que, na época da pesquisa de campo, era de R\$ 545,00. Apenas 17% ganhavam acima de seis salários mínimos. Conseqüentemente, 86% das famílias viviam com dificuldades. Segundo a renda gerada pelas 553 famílias, o Diagnóstico Socioeconômico constata que 198 famílias (36%) estão abaixo da linha de pobreza, sendo 83 em situação de pobreza extrema e 115 famílias acima da linha de pobreza extrema e abaixo da linha de pobreza absoluta. Ao estender essa análise para o total de pessoas que compõem as famílias, tem-se que 753 pessoas estão abaixo da linha de pobreza, sendo 43% em situação de pobreza extrema e 57% em pobreza absoluta. O que se infere é que os atores econômicos, sejam famílias ou indivíduos, proprietários rurais ou trabalhadores rurais, eles estão envolvidos com atividades econômicas que não têm lhes permitido sair do nível de pobreza.

Ao investigar as características dos indivíduos que estão em estado de pobreza extrema, constata-se que 51% são do sexo masculino, mas todos com diferentes anos de escolaridade. Há, portanto, indivíduos analfabetos e indivíduos com ensino médio completo, sendo que a maioria, 17 deles, possui até quatro anos de estudo. Assim, a associação da condição de pobreza extrema com anos de estudo não está fortemente correlacionada, o que permite inferir sobre o pouco dinamismo do processo econômico local, conforme aponta o Diagnóstico Socioeconômico. Corroborando essa tendência, entre os que estão em condição de pobreza absoluta há um número maior de analfabetos, mas, constata-se, também, a existência de pessoas com formação universitária.

Portanto, os níveis de pobreza não dizem respeito somente a presença de trabalhadores rurais permanentes ou temporários. Essa categoria, apesar de possuir os mesmos direitos dos demais trabalhadores, eles não são aplicados no

setor rural. Um deles, como é o estabelecimento de vínculo formal, inexistente e esta inexistência está implicando em dificuldades legais para os mesmos receberem as devidas indenizações pela perda do posto de trabalho. Nesse sentido, no documento “Cenários para Implementação do Plano de Negociação” consta que na ausência dos documentos legais, o trabalhador rural deve procurar pela certificação que ocorrerá mediante escritura pública declaratória, que será paga pelo empreendedor. Além disso, a indenização, visando a compensação pela perda da oportunidade de trabalho, deverá ocorrer pela disponibilidade de uma cesta básica e um salário mínimo para o período de quatro meses, necessários à adequação dos trabalhadores rurais à nova situação. Para complementar, cada trabalhador rural receberá 5 ha ou o equivalente em dinheiro, sendo também compensados pelos programas e serviços sociais constantes do Plano de Assistência Social, o PAS/BARRAGEM, requerido pelo Conselho Estadual de Assistência Social.

Sob esse contexto de compensações e possibilidades advindas do Projeto Jequitai, juntamente associado aos impactos sobre as pessoas nas condições apontadas anteriormente que emerge outro foco de ação para a equipe do PAS. A prestação de serviços socioassistenciais passa a ser envolvente e abrangente, requerendo competências técnicas e políticas para a efetividade das unidades que alojam aqueles serviços. Uma das especificidades é o atendimento dos atingidos pelas políticas públicas socioassistenciais. Entretanto, pela descrição das atividades dos Centros de Referências, identificou-se o envolvimento com essas políticas, mas pelos dados apresentados pelo Diagnóstico Socioeconômico tem-se que apenas 7% da renda mensal dos atingidos são provenientes das transferências do governo. Entre essas transferências estão as pensões, as aposentadorias e o Programa Bolsa Família. O que se depreende é que o foco da política de transferência de renda está mais direcionado para a zona urbana.

Na zona rural, especificamente tendo como referência os atingidos pela construção do empreendimento, a assistência social ocorre, principalmente, pelas visitas dos Agentes Comunitários de Saúde às Famílias. Por exemplo, 89% das famílias pesquisadas admitem ter recebido a visita desse agente. Além disso, há a procura pelo posto de saúde, o que ocorreu com 38% das famílias pesquisadas, e pelo hospital credenciado pelo SUS, envolvendo 16% daquelas famílias.



Deve-se considerar que esses dados constatarem outra especificidade da assistência social nos municípios. Isto é, a sua não ocorrência em termos das múltiplas dimensões que a caracteriza, como foi constatado em item anterior, o que é devido a infraestrutura dos Centros de Referências de Assistência Social. Isto é, constatou-se a ausência de veículos e a precariedade das estradas rurais, apesar de existir equipes volantes nos CRAS dos municípios de Claro dos Poções e Francisco Dumont, por exemplo. Portanto, a estrutura do PAS e a organização da equipe de profissionais devem focalizar essas vulnerabilidades a fim de prestarem os serviços sociais necessários aos atingidos pela construção do empreendimento.

## ANEXO II

### ESTUDO SOCIOECONÔMICO

Devido ao conjunto de informações complexas sobre os atingidos, esta planilha está colocada no final do documento, na página 201.

**d. Informação sobre os Impactos Sociais Previstos: identificar tipos de impactos e ações para evitar ou minimizar tais impactos**

Os impactos sociais identificados na construção do Projeto Jequitáí decorrem dos registros e proposições identificados no processo de elaboração do Plano de Negociação aprovado pelos atingidos pela construção do empreendimento. Não obstante, não há apenas essa referência empírica, uma vez que ela foi estruturada sob um quadro extensivo de resoluções e de documentos que tratam do assunto. Há, assim, a construção dos impactos sob dois pilares: o empírico e o institucional legal.

Um desses documentos é o que apresenta as recomendações da Comissão Especial “Atingidos por Barragens” do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH)<sup>59</sup>. Nesse documento, que se constitui no orientador para a identificação dos impactos sociais, está a introdução e a definição de três conceitos importantes, que são de participação da sociedade civil, atingidos e reparação, os quais podem ser empregados para contextualizar a confiabilidade e a validade das proposições que serão aqui apresentadas.

Em conformidade com as recomendações da Comissão, a participação da sociedade civil deve ser abrangente e aberta. Ao assumir essa estratégia foi possível identificar e reconhecer os direitos e a avaliação dos riscos da população direta e indiretamente atingida, envolvida em um ambiente pautado pela discussão, conflitos, consensos e dissensos. Para tanto, o envolvimento da sociedade, conforme é registrado na elaboração do Plano de Negociação, ocorreu sob diferentes formas: ela foi iniciada com a visita às lideranças locais. Posteriormente, ocorreram a realização de três reuniões em cada um dos quatro municípios, a população diretamente atingida e a sociedade em geral. Além disso, houve reuniões com os segmentos sociais específicos, além da disponibilidade de um escritório permanente em Jequitáí, com o deslocamento semanal da equipe técnica para os diferentes municípios. Para facilitar os contatos, foi disponibilizado um telefone fixo, um endereço eletrônico, um blog e um portal para as manifestações diversas e amplas sobre o empreendimento e os seus impactos.

---

<sup>59</sup>Comissão Especial “Atingidos por Barragens” Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Ministério da Justiça. Brasília, 2010.

Em relação à definição de atingidos, seguiu-se a orientação da Comissão ao compreender que o termo deve ser apreendido pelo seu significado extensivo. Com isso, afastou-se da predominância da propriedade da terra para definir esse segmento social para introduzir a noção de ocupações, sendo elas agrícolas e não agrícolas, além de introduzir a noção de deslocamentos dos modos de vida para caracterizar os impactos sociais. Assim sendo, foi possível se afastar das categorias tradicionais de atingidos para introduzir, além delas, os que possuem atividades não agrícolas, residentes tanto no setor rural quanto no setor urbano. Por isso, o emprego do termo comunidades em geral.

Para completar, o conceito de reparação foi empregado em conformidade com o proposto pela Comissão. O seu significado consiste em formas de satisfação dada ao prejudicado/atingido, podendo ocorrer como reposição, restituição ou recomposição, quando o bem ou a infraestrutura é destruído, ou ainda a situação social prejudicada, são repostos ou reconstituídos. A reparação também pode ocorrer como indenização, quando ela assume a forma monetária, e como compensação, quando se oferece outro bem ou outra situação que, embora não reponham o bem ou situação perdidos, são considerados como satisfatórios em termos materiais ou morais. Portanto, a reparação envolve formas de satisfação material e ou moral.

Tendo como referência essas formas de reparações, há valores e situações sociais que não podem ser indenizados, mas que podem ser reconstituídos e compensados. Não obstante, valores e situações sociais, como referências para identificar a dimensão social dos impactos dos empreendimentos são, em geral, difusos, mas um dos mais relevantes que influenciam o processo de construção das obras. A princípio, nos impactos identificados, a referência é o ser humano, o ser social, estruturado e determinado pela posição ocupada em relação à terra e à água como meios de produção. Ao perder ocupações e bens materiais, perdem-se valores sociais que foram historicamente construídos e consolidados pela estrutura familiar, pelos grupos de vizinhança e pela sociedade mais abrangente. Portanto, o impacto social não está na base econômica da atividade, mas na constituição sociocultural dessa base econômica que é historicamente estruturada.

Se, por um lado, estudos socioeconômicos e de comunicação enfatizam a relevância da base econômica inovadora na geração e introdução de valores, os

estudos sociológicos, por outro lado, evidenciam a relevância dos valores, das situações sociais e do conhecimento local diante das inovações. Mais, especificamente, no contexto das mudanças agropecuárias, a construção de barragens, diferentemente de se constituir em um empreendimento inovador em si, ele é um indutor de mudanças que afeta diretamente o deslocamento físico, o deslocamento econômico e o deslocamento sociocultural. Portanto, é no contexto do deslocamento sociocultural, reestruturado pela base econômica das atividades agrícolas e não agrícolas, que ocorrerão as constatações dos impactos sociais, bem como as ações possíveis para minimizá-los.

Nesse sentido, anomia é o termo que melhor expressa a natureza do primeiro impacto pela construção de barragem. Esse termo caracteriza a situação social pela ausência de valores, em um ambiente confuso de dados e de informações, pela ausência de normas e pela fraca regulação social. Assim, têm-se três componentes que retratam o ambiente social da construção de barragem com diferentes implicações, os quais podem ser minimizados pelo Projeto de Comunicação a ser apresentado neste PAS/BARRAGEM.

No primeiro momento, há a ocorrência da desinformação, tanto em relação ao início ou não do empreendimento quanto pelas repercussões dos impactos negativos que esse tipo de empreendimento tem causado sobre as populações atingidas, especialmente a constatação das perdas materiais e não materiais devido às não reparações.

Assim, há o histórico das negligências, do descaso e o fortalecimento dos movimentos sociais que advogam em favor dos atingidos. Portanto, associado à anomia causada pela desinformação, os grupos sociais são apresentados como dispares, em constantes conflitos, gerando discussões apropriadas sobre o modelo energético do país. Conseqüentemente, pela ausência das informações a sociedade local começa a ser organizar, defendendo direitos e interesses. Deste modo, de um impacto negativo, que é a anomia, identifica-se outro positivo, que é a reorganização de grupos. Por isso, a relevância não está apenas na identificação do impacto em si, como a anomia, mas das implicações sociais desse impacto na reorganização e fortalecimento dos segmentos sociais a partir da ausência de informações e de normas de comportamento.

Nesse sentido, há a proposição de defender o direito a informação, o acesso a dados e procedimentos, ocorrendo de forma transparente e contínua, especialmente quando há, por parte do Projeto Jequitai, a proposição de construir a barragem sob novos princípios, conceitos e perspectiva teórica. Essa orientação estrutura os fundamentos que determinam as diretrizes dos projetos e planos de ações obrigatórios e específicos a serem elaborados neste Plano de Ação Social/BARRAGEM. Um deles, é justamente o Plano de Negociação de Terras/Benfeitorias que é elaborado de forma articulada com os demais projetos e planos de ações do PAS/BARRAGEM visando mitigar os efeitos negativos, na magnitude e abrangência, além de repor, indenizar e compensar os atingidos de forma satisfatória.

Considerando as novas proposições de desenvolvimento com sustentabilidade social e ambiental, apoiadas por organismos nacionais e internacionais, é impossível continuar com empreendimentos fundamentados em bases tradicionais de relações sociais. Para tanto, torna-se necessário utilizar dos múltiplos meios e estratégias, conforme definidos no Projeto de Comunicação, envolvendo todos os atingidos e a sociedade mais abrangente, expondo e construindo uma nova proposição que inibe e supere o estado anômico da desinformação. A princípio, por múltiplos meios se entende o contato face a face, as reuniões coletivas, as reuniões por segmentos dos atingidos, as reuniões com as comunidades em geral, o uso da internet, a disponibilidade do *site* com conteúdos informativo, de denúncias e de contestações, a disponibilidade de telefones, escritório de referência, com regularidade de deslocamentos dos técnicos para prestar informações e serviços, o uso do blog e a disponibilidade das informações do empreendimento em portais.

No procedimento de superação do estado anômico da desinformação está, ao mesmo tempo, a institucionalização de um estado de prospecção sobre as novas atividades e potencialidades que podem ser impulsionadas pelo empreendimento. Sem a pretensão de listar todas as atividades, tem as usuais, como oportunidades de emprego pela empresa construtora e as demais oportunidades atreladas ao empreendimento, como a prestação de serviços variados, até a introdução de novas atividades, como a indústria do turismo pela pesca, revalorizando o pescador profissional. As proposições sobre essas alternativas constituem o

núcleo do Projeto de Reativação Econômica estruturado por projetos e planos de ações envolvendo os atingidos, os residentes e as comunidades em geral.

Há, assim, as potencialidades que são apoiadas pelos órgãos dos governos municipais e estaduais, principalmente, com a possível interveniência dos empreendedores, visando facilitar a interlocução entre os atores institucionais voltados para a implementação de estratégias de desenvolvimento local. Não obstante, essas potencialidades podem gerar muitas expectativas e entusiasmos. Por isso, requerem informações e dados, pois essa propensão ao empreendedorismo ou ao risco pode, também, causar impactos negativos. Isto é, negócios individuais que surgem e que não se sustentam com o tempo. Para evitar a mortalidade dessas iniciativas, há a necessidade de outro tipo de intervenção, que se constitui em ações esclarecedoras sobre os pequenos negócios, o que pode ocorrer em parceria com outras instituições, como o SEBRAE, que possui experiência acumulada nesse sentido. Essa proposição consta dos Planos de Ações de Reativação Econômica envolvendo tanto os atingidos quando os residentes nos municípios atingidos.

A implicação da supervalorização das potencialidades do empreendimento, juntamente com as propensões assumidas em relação aos riscos, induz a mudanças sócio-políticas locais, com fortalecimento de segmentos sociais tradicionais e de possibilidades de segmentos sociais emergentes. Nesse plano de novas disputas, os poderes públicos locais requerem conscientização sobre o processo de mudança e as implicações dos riscos sócio-políticos para o ajustamento e a adequação da organização sócio-política local aos novos cenários. Portanto, ações de esclarecimentos, conforme estruturam o Projeto de Comunicação, também devem ser induzidas pelos empreendedores e executadas pelos órgãos públicos locais, estaduais e federais.

Como consequência, há a identificação de impactos positivos associados ao cenário de riscos. Isto é, a introdução de novos saberes nas sociedades atingidas pelo empreendimento se estende de novas especializações a ocupações tradicionais, passando pelos novos saberes na política local se estendendo pelos novos conhecimentos adquiridos pela emergência de novas profissões no novo ambiente ocupacional. Essas possibilidades de novos saberes podem ser introduzidas por ações e por projetos a serem elaborados pelos empreendedores como forma de restituição e de recomposição de perdas. Essa dimensão da

potencialidade também se constitui em objeto de ações do plano instituído no Projeto de Reativação Econômica. Como será fundamento nos itens que tratam dos projetos, há a proposição de diferenciação entre programas, projetos e planos de ações visando estruturar intervenções que visem a emancipação do público alvo na proposição de mudança.

Outro impacto negativo decorrente do conceito de anomia é identificado pela fraca regulação social. Nota-se que não é a ausência de normas, mas que instituições públicas locais não estão adequadamente aparelhadas pelos recursos humanos e técnicos, além da infraestrutura, para aplicar as normas no ambiente social complexo de construção de barragens. Nesse sentido, a construtora, em associação com as organizações locais, pela intermediação dos empreendedores, pode acessar o governo estadual e federal para o aparelhamento adequado das instituições, permitindo a convivência sem conflitos entre populações residentes e os imigrantes da construção. Nota-se que é um processo que transcende as instituições públicas, o que requer a assimilação de novos procedimentos para que as parcerias institucionais possam ocorrer. É uma implicação em outro nível, em que as instituições públicas e privadas não estão preparadas para interagirem, mas que, em função do novo contexto, requerem novas capacidades para ser operacionalizadas. Neste sentido, habilidades em articulação e coordenação institucional são requeridas neste novo contexto, conforme é apresentado no Plano de Ações para os Residentes e o Plano de Ações para a Comunidade em Geral. Neste Plano constam as proposições para a recuperação e a expansão dos recursos socioassistenciais e a intervenção dos empreendedores e da construtora para que as metas sejam atingidas. Sob o mesmo propósito, há a definição das intervenções no Plano de Reestruturação Viária e Garantia de Acessibilidade, atingindo a comunidade em geral. O propósito é assegurar as reparações sobre o trânsito de veículos, tratores, etc., e o livre exercício das locomoções dos residentes. Este impacto deve ser solucionado pela construção de novas vias de acesso e de disponibilização de meios de transporte alternativos aos atingidos, envolvendo empreendedores, construtora e órgãos públicos municipais e estaduais.



Não obstante, esse mesmo objeto se constitui em um dos conteúdos abordados pelo Plano de Gestão Ambiental, visando cobrir, sob diferentes perspectivas, as perdas e reparações que possam atingir as comunidades em geral.

Outro impacto relevante é a ocorrência do comportamento desviante causado pelo empreendimento. Empiricamente, é um impacto negativo ao considerar que esse tipo de comportamento é gerado, principalmente entre os atingidos, pelo sentido da perda material e não material, envolvendo pessoas, famílias e comunidades. É a perda da solidariedade, da cooperação e da afetividade. Nota-se que essa perda atinge tanto quem é deslocado quanto os que permanecem. Perdas sociais e culturais são rompidas, que podem ser mitigadas por programas específicos de reorganização social e de assistência social, ambos introduzidos e monitorados pela equipe técnica do Posto de Atendimento Social. Neste sentido, a introdução do PAS pode induzir à recuperação e expansão dos recursos socioassistenciais nos municípios, bem com a capacitação dos seus recursos humanos.

Além disto, há a constatação de um impacto positivo sobre as propriedades rurais em geral, e não somente as atingidas pelo empreendimento. O efeito direto incide mais sobre as propriedades atingidas que precisam da regularização jurídica para qualquer tipo de negociação. Essa necessidade tem-se estendido às demais propriedades, instituindo-se o direito de posse pela sua regularização jurídica. Esse processo, especificamente para os atingidos, será conduzido pelas ações da equipe jurídica contratada pelos empreendedores, sem custo para os atingidos, conforme está explícito no Plano de Negociação. Com isso, se inicia a tendência de valorização das propriedades e, com ela, a especulação imobiliária, não somente pela referência em relação ao Projeto Jequitaí, mas, sobretudo, pela legalização da propriedade. É uma tendência que o próprio mercado tende a apresentar as alternativas, uma vez que os órgãos públicos pouco fizeram para impedir ou controlar a especulação imobiliária. Não obstante, as instituições precisam estar fortalecidas para a governança desse processo, utilizando-se dos processos comunicativos inseridos no projeto a ser apresentado neste Plano de Assistência Social/BARRAGEM.

Enquanto esses impactos retratam a dimensão sociocultural e econômica dos atingidos, essa dimensão analisada pelas características do Projeto de Jequitaí, como sendo de grande porte, envolvendo os residentes dos municípios atingidos,

apresentam outras preocupações. Uma delas é com a segurança da sustentabilidade ambiental que afeta a saúde coletiva. Em outros termos, em sendo um impacto negativo, as operações dos canteiros de obras, dos alojamentos, o transporte de combustíveis e o armazenamento de óleos representam riscos de contaminação que afetam as comunidades em geral. Somente o Plano de Gestão Ambiental, como apresentado em outro documento, poderá estruturar intervenções para a gestão adequada na apropriação dos recursos naturais.

Do mesmo modo, a perda de grande quantidade do *habitat* pode tornar as espécies da flora e da fauna remanescentes insuficientes para garantir a qualidade de vida, o controle de doenças causadas pela proliferação de mosquitos e a disposição de alimentos necessários aos residentes atingidos pelo empreendimento. Neste sentido, o Plano de Gestão Ambiental, conforme apresentado em outro documento, apresenta uma composição de programas complementares visando a gestão do meio físico, do meio biótico e do meio antrópico de forma integrada.

Pelo tipo de empreendimento, tem-se que os impactos se sobressaem pela dimensão social atrelada aos determinantes históricos, econômicos e culturais das populações atingidas. Se há esta interdependência entre esses fatores, por outro lado, a associação entre a dinâmica demográfica e a ocupação do espaço físico não apresenta os mesmos efeitos. Como constatado anteriormente, as dimensões das áreas dos municípios, o número de pessoas associada à dinâmica demográfica da região, e as áreas atingidas pelo empreendimento não implicam em impactos que possam preocupar instituições, entidades e atingidos de forma geral. A questão que emerge é a disponibilidade de recursos socioassistenciais, os *déficits* existentes e a superação dessas deficiências, a qual pode ser alcançada por meio das intervenções previstas nos programas, projetos e planos de ações a serem elaborados. Para tanto, arranjos institucionais são previstos e responsabilidades são definidas.

ANEXO III

IMPACTOS SOCIAIS PREVISTOS E AÇÕES PREVISTAS

Descrição do Impacto Social	Tipo (se é um impacto positivo ou negativo)	Ação prevista para potencializar, minimizar e/ou erradicar tal impacto social
Anomia: ausência de valores	Impacto negativo	Projeto e ações de esclarecimentos para erradicar a desinformação
Reorganização social	Impacto positivo	Projeto de esclarecimentos e interações potencializa a reorganização
Prospecção de novas ocupações	Impacto positivo	Potencializado por ações de prospecção
Propensão ao risco de empreendedor	Impacto negativo	Projetos de esclarecimentos para minimizar os propensos aos riscos dos novos negócios
Riscos sócio-políticos	Impacto negativo	Ações esclarecedoras que visem minimizar as tensões políticas locais
Novos saberes	Impacto positivo	Potencializado por projetos de capacitação de novas habilidades
Aparelhamento das Instituições	Impacto positivo	Introdução de ações de articulação e coordenação para potencializar as instituições
Anomia pela fraca regularização social	Impacto negativo	Ações que fortalecem as instituições para minimizar os impactos
Comportamento desviante	Impacto negativo	Projetos de reorganização social e de assistência social para minimizar os impactos
Melhoria dos recursos socioassistenciais	Impacto positivo	Potencializado pelas ações do PAS nos municípios
Regularização das terras	Impacto positivo	Ações para erradicar o problema
Especulação das terras	Impacto positivo/negativo	Ações comunicativas para minimizar o problema
Sustentabilidade ambiental-social	Impacto negativo	Plano de Gestão Ambiental para minimizar problema
<i>Habitat</i> e a saúde coletiva	Impacto negativo	Programas integrados no Plano de Gestão Ambiental para minimizar problema

Fonte: Dados da pesquisa.

**e. População Indiretamente Atingida: areeiros, pescadores e garimpeiros**

Pescadores, garimpeiros e areeiros foram segmentos sociais identificados tanto pelas reuniões mantidas com as comunidades sobre a elaboração do Plano de Negociação quanto pela realização do Diagnóstico Socioeconômico da área atingida pela construção do empreendimento.

Esses segmentos sociais foram apreendidos não somente pela sobrevivência às margens do rio, mas, principalmente, como atores econômicos que dependem da água como fator de produção. A sobrevivência pessoal e da família está na disponibilidade da quantidade e da qualidade da água. Não obstante, a compreensão do envolvimento desses segmentos sociais com o rio adveio da elaboração do projeto designado como “Cenários do Plano de Negociação”, que se constitui no complemento do Programa do Plano de Negociação. Enquanto esse Programa delimita os pontos de negociação, os Cenários inserem esses pontos sob a proposição legal e institucional, sob os interesses dos atingidos e sob as possibilidades dos empreendedores atuarem sob o aparato legal e, ao mesmo tempo, estarem atingindo os interesses dos atingidos.

Em relação aos pescadores, eles foram identificados e certificados como profissionais, totalizando 28 elementos no município de Jequiá. Desses, apenas um está no distrito de Barroão, pertencente a esse município. Os pescadores profissionais serão afetados durante um período de construção da barragem, período esse em que os empreendedores se dispõem a fornecer um salário mínimo e uma cesta básica referente ao período. Além disso, sobre o uso futuro do lago, há a proposição dos pescadores para os empreendedores apoiarem a intensificação da fiscalização do uso do lago, bem como disponibilizar uma área de acesso ao lago, delimitando essa área para a construção de uma casa sede para a Associação que está se regularizando e a introdução de espécies de peixes da bacia do rio São Francisco. A partir dessa disponibilização, os pescadores se prontificam em participar de cursos sobre o turismo da pesca e a profissionalização de barqueiros. Ambas as atividades visando a geração de emprego e de renda para eles e seus familiares.

Sobre os garimpeiros, foram identificados 44, todos localizados no município de Jequitaiá. Eles pertencem a uma associação, mas o trabalho é manual e informal. Se há décadas a exploração do diamante no leito do rio era de excelente qualidade, atualmente, a atividade, para os garimpeiros, é secundária. Em qualquer situação, a atividade consiste em retirar os cascalhos dos depósitos, transportá-los até a beira do rio e lavá-los com a água do rio. O produto pode ser diamante, cristal ou os cascalhos. Na grande maioria das vezes, é o cascalho que o garimpeiro separa, ajunta e vende para a construção civil. Por conseguinte, o empreendimento não afetará a atividade do garimpo, nem no período da construção da barragem e nem no período de enchimento do lago.

Em relação aos areeiros, foram identificados três, no total, sendo dois deles residentes no município de Jequitaiá e um no Barrocão, distrito de Jequitaiá. Os que estão localizados em Jequitaiá executam outras atividades além de areeiros, o que não ocorre com o areeiro no Barrocão. Portanto, como explicitado nos Cenários da Negociação, esse ponto é passível de indenização e de introdução de capacitação para a inserção em novas atividades produtivas. Não obstante, identificou-se também que esse areeiro é ajudante da mãe para cuidar da pecuária bovina de corte.

ANEXO IV

POPULAÇÃO INDIRETAMENTE ATINGIDA

DESCRIÇÃO DA CATEGORIA	NUMERO DE PESSOAS IDENTIFICADAS	MUNICÍPIO RESIDENTE
Pescadores Profissionais	28	Jequitaiá
Garimpeiros <sup>60</sup>	44	Jequitaiá
Areeiros	3	Jequitaiá
Total	75	

Fonte: Dados da pesquisa.

<sup>60</sup> Identificados nas reuniões realizadas, esse segmento social não será atingido, conforme descrito anteriormente.

## Parte C – Projetos Obrigatórios

### 1. Projeto de Monitoramento e Avaliação

#### 1.1. Objetivos

Em conformidade com a Resolução no. 131/2007 – CEASMG, o projeto de monitoramento e avaliação tem como objetivo apresentar uma proposição de intervenção visando à gestão dos demais projetos e planos elaborados, seja em função das recomendações contidas naquela Resolução sobre os programas apresentados, seja em função dos projetos que respondem às necessidades ou características locais. Não obstante, deve-se ressaltar que a Resolução no. 317/2010 – CEAS/MG recomenda que os projetos devem apresentar apenas os indicadores de avaliação.

O que se infere é que ambas as Resoluções admitem a monitoria e a avaliação como instrumentos de gestão, mas a forma dessa concepção é diferente. Isto é, a Resolução de 2007 sugere um projeto de monitoramento e de avaliação como um dos projetos componentes do PAS/BARRAGEM e a Resolução de 2010 enfatiza a inserção de indicadores de avaliação nos projetos do PAS/BARRAGEM. Apesar das proposições apresentadas pelas Resoluções, se assume que de acordo com os fundamentos, objetivos e procedimentos metodológicos da pesquisa de avaliação, ambas podem não ser suficientes, pois permitem conceber e estruturar programas e projetos inadequados à avaliação.

Por isso, a proposição deste projeto de monitoramento e avaliação sob os fundamentos, objetivos e procedimentos da pesquisa de avaliação, é permitir a complementação das duas Resoluções com o propósito de que as intervenções, estruturadas como programas, projetos e ações, possam ser monitoradas e avaliadas. Para tanto, a exposição seguinte se fundamenta em teorias sobre a pesquisa de avaliação. Por exemplo, em conformidade com Weiss (1998)<sup>61</sup>, planejadores, elaboradores de programas e avaliadores podem ser figuras distintas em um processo de intervenção para a mudança. Não obstante, eles

---

<sup>61</sup>WEISS, Carol. H. Evaluation – methods for studying programs and policies. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

devem interagir de forma integrada para que todos exerçam as suas funções desde a concepção do programa/projeto, visando à estruturação do programa/projeto para ser monitorado e avaliado. Objetivamente, o que essa autora sugere é que programas e projetos para serem avaliados precisam ser concebidos e estruturados de forma que facilitem o processo de avaliação.

## 1.2. Objetivos específicos

Por conseguinte, a aplicação dos fundamentos da pesquisa de avaliação é necessária para a identificação dos componentes de programas e projetos, mas isto não é tudo. Esses componentes devem expressar uma proposição de mudança, de alteração, caso contrário, não há justificativas para a concepção e implementação da intervenção. O usual é que programas, projetos e ações apresentem objetivos delimitados no geral e de forma específica apresentem justificativas que delimitam a abrangência da intervenção, definindo o público alvo; as metas, bem como a identificação dos recursos econômicos, a forma de gestão, as responsabilidades das pessoas envolvidas, juntamente com um cronograma, os critérios de monitoramento e o modelo de avaliação, os procedimentos para a coleta e análise dos dados. Entretanto, se esses componentes não estão atrelados a uma teoria de mudança, a intervenção não pode ser monitorada e nem avaliada.

## 1.3. Metodologia

Weiss (1998)<sup>62</sup> identifica que a teoria de mudança explícita no programa/projeto envolve a integração dos objetivos às metas e às definições das ações a serem implementadas, mas em função das necessidades identificadas. Em outros termos, a teoria determina que os objetivos sejam delimitados pelas metas, associando resultados teóricos às mudanças esperadas em relação àquelas necessidades. Nessa dualidade, a integração posterior é com as ações, específicas aos objetivos e metas. Esse procedimento metodológico, que será assumido nos programas, projetos e ações a serem propostos, evita a elaboração de objetivos que não podem ser avaliados, pois estes são abrangentes e imprecisos, e de metas que não podem ser alcançadas, devido às definições imprecisas das ações ou intervenções.

---

<sup>62</sup> Idem, idem.



#### 1.4. Área de Ação

Os procedimentos propostos devem se estender a todos os programas e projetos constantes do PAS/BARRAGEM, evitando, como sugere Weiss (1998)<sup>63</sup>, elaborar programas inadequados à avaliação, apesar de apresentarem os componentes estruturais como é sugerido pelas Resoluções. Por programas inadequados entendem-se intervenções com resultados vagos, incertos ou com poucos resultados, decorrentes de objetivos difusos e sem delimitação das metas.

#### 1.5. Plano Operacional do Programa

A operacionalização depende do modelo de avaliação possível de ser empregado. Como concepção, o modelo delimita como o programa ou projeto social é problematizado. De acordo com Owen e Rogers (1999)<sup>64</sup>, os modelos são formas e perspectivas que delimitam as intervenções em termos de vários aspectos, quais sejam:

- a) A de necessidades, designada de avaliação pro-ativa, Esse tipo de avaliação revela se o programa é necessário. Por exemplo, se as necessidades são identificadas (N), define-se o estado desejado (D) a partir do estado atual (A). A intervenção deve apresentar formas de superar ao estado atual.
- b) A da estrutura do programa, designada como avaliação clarificadora. Sob essa perspectiva é possível identificar se o programa pode ou não ser avaliado.
- c) A relação entre os objetivos e a implementação das ações e a relação entre as ações e os resultados. Esse tipo é conceituado como avaliação interativa, ressaltando a eficiência e a efetividade dos programas.
- d) A relação entre a concepção da mudança e a implementação do programa, que é designada de monitoria. Nessa perspectiva, a monitoria revela o progresso do programa na superação das necessidades.

Ao associar os modelos de avaliação às proposições apresentadas sobre a elaboração de programas têm-se, teoricamente, as orientações necessárias para

---

<sup>63</sup> Idem, idem.

<sup>64</sup> OWEN, J.. M.; ROGERS, P.. J. Program evaluation – forms and approaches. California: Sage Publications, 1999.

a elaboração do PAS/BARRAGEM para o Projeto Jequitaí. Pela fundamentação e estrutura do PAS/BARRAGEM, a referência empírica decorre dos dados coletados e analisados para a elaboração de diferentes diagnósticos, de planos, programas, projetos e das proposições apresentadas pelos instrumentos legais como suporte para a fundamentação dos diferentes documentos.

Da análise integrada entre eles é possível demonstrar os impactos sociais do empreendimento, os quais se constituem na constatação das necessidades locais. Portanto, seguindo os pressupostos da pesquisa de avaliação, cada programa, projeto e plano de ações será justificado e estruturado a partir das necessidades locais, decorrentes das consequências da construção da barragem e da formação do reservatório. Por sua vez, as proposições de intervenções não são concebidas de forma unidirecional e estanque. Pelo contrário, assumindo a complexidade do contexto socioambiental em que se insere o empreendimento dessa natureza, as intervenções são concebidas de forma integrada, associando as necessidades e as proposições de superação aos esforços locais, envolvendo empreendedores, empresas e as organizações governamentais, com o apoio das instituições estaduais e federais.

Nesta fase ressalta-se a importância da monitoria, a qual consiste em identificar as interações existentes entre o proposto, as ações e os seus direcionamentos na obtenção dos resultados. É uma atividade que permite reordenar e reorientar as intervenções, sobretudo pela regularidade, intensidade e abrangência das ações introduzidas. Por isso, a monitoria e a avaliação precisam ser executadas por *experts* em pesquisa de avaliação.

Não obstante, essa intervenção não é isolada. Em síntese, tem-se que considerar a proposição de atuar de forma articulada e coordenada sob a estrutura do PAS/BARRAGEM proposto, seguindo as orientações apresentadas pelas Resoluções identificadas ao longo da construção do Plano de Assistência Social/BARRAGEM.

#### 1.6. Recursos Materiais

Material de escritório, meios de comunicação e meios de transporte.

#### 1.7. Produtos/Resultados

Todos os programas, projetos e planos monitorados e avaliados, conforme a apresentação dos relatórios pertinentes à monitoria e à avaliação, visando adequar as ações para o alcance das metas estabelecidas. O resultado é a ausência de reclamações e reivindicações dos atingidos com o alcance das metas estabelecidas.

### 1.8. Equipe

A equipe é transdisciplinar envolvendo a equipe do PAS; representante dos Empreendedores e representantes dos diferentes segmentos sociais atingidos. Esse representante será diferente para cada tipo de programa, projeto e plano de ação introduzido. Por exemplo, o Programa de Reassentamento possui um representante nessa equipe. Por sua vez, o Plano de Ação para os pescadores terá um representante desse segmento social na monitoria e avaliação daquele plano. Portanto, sobressai o papel de um coordenador na equipe de monitoria e avaliação, o qual terá o papel de articular e coordenar as diferentes equipes de monitoria e avaliação, sendo responsável pela elaboração dos diferentes relatórios de andamento, de alcance de resultado e de impactos. Para tanto, há a necessidade de que esta equipe transdisciplinar seja coordenada por um *expert* em monitoria e avaliação de programas, projetos e planos de ação, com a participação de um técnico administrativo, de nível superior.

### 1.0s Custos

Os custos envolvem: salários para o coordenador e para o(a) técnico(a) administrativo(a), além da infraestrutura de escritório para os registros, para os encaminhamentos de relatórios e para os deslocamentos, visando a gestão das intervenções introduzidas. Total de R\$ 754.807,55

### 1.10. Cronograma

Em conjunto com o início da implementação dos programas, projetos e planos de ações constantes do PAS/BARRAGEM e será concluído quando for finalizado o último programa, projeto e plano de ação implementado, que deverá ser o Posto de Atendimento Social, pois é o projeto que assegura as condições totais dos cidadãos atingidos pela construção do empreendimento.

## 2. Projeto de Comunicação

### 2.1. Objetivos

O objetivo está em identificar as necessidades que justificam o projeto de comunicação, o qual decorre de várias fontes. Inicialmente, há o Plano de Negociação proposto, o qual consiste em um dos documentos requeridos pelos órgãos governamentais para a obtenção da licença prévia. Em conformidade com o Plano de Negociação, os segmentos sociais identificados admitem que não há informações e dados suficientes para esclarecer a natureza, especificidades e impactos do Projeto Jequitaí.

O foco era o Projeto como um todo, não só pela abrangência das dimensões socioambientais, econômicas e culturais envolvidas, mas pela abrangência temporal, uma vez que o Projeto foi apresentado em 2005, período em que 39 propriedades foram adquiridas e seus proprietários indenizados. Por isso, são diferentes necessidades que surgiram pela dúvida em relação à continuidade do reinício efetivo das atividades ou se o reinício não se constituía apenas em um novo momento de aquisição de terras e não de construção da barragem.

À necessidade de explicitar o novo contexto em que se insere o Projeto, o que implica em apresentar elementos que tornem efetivos o seu reinício, surgem novas necessidades explicativas, como as indenizações pagas e o que acontecerá com os proprietários indenizados e seus dependentes, uma vez que alguns deles permaneceram e realizaram novos investimentos nas áreas adquiridas pelos empreendedores.

### 2.2. Objetivos específicos

Esses objetivos decorrem da identificação das necessidades específicas que os atingidos apresentam em relação aos esclarecimentos requeridos. Deve-se ressaltar que essas necessidades não deixam de estar associadas às dúvidas que os atingidos transportam para o Projeto Jequitaí devido às incoerências e as experiências negativas associadas aos projetos de construção de hidrelétricas. Há, assim, a transposição de questões sobre o reassentamento e o abandono dos

reassentados pelos empreendedores e órgãos públicos. Além disso, sobressaem como dúvidas específicas dos segmentos sociais atingidos, os seguintes pontos: o valor das terras nas propriedades atingidas e o valor das terras a serem adquiridas, a regularização das terras, as formas de indenização, o cálculo e o pagamento da indenização, a identificação e aquisição das terras para o reassentamento, a qualidade do solo, as etapas do reassentamento, a infraestrutura para a produção, a assistência técnica, a infraestrutura da residência, a regularização das relações de trabalho, a ocorrência do monitoramento e a garantia de que a emancipação do reassentamento ocorrerá, o posto de assistência social e suas ações no âmbito dos atingidos, a pressão demográfica sobre os equipamentos socioassistenciais dos municípios atingidos, os cursos de capacitação e o uso e a manutenção das estradas rurais e das vias públicas municipais.

Por conseguinte, os objetivos específicos que são comuns a todos os seguintes sociais atingidos são os seguintes.

- a. Dados, informações e esclarecimentos sobre o início das obras da construção da barragem, etapas e conclusão: a especificidade desse objetivo está em apresentar e esclarecer o cronograma de construção da barragem, as etapas a serem consideradas nesse processo e a previsão de conclusão. O público alvo é amplo, formado tanto por atingidos quanto por não atingidos, o que implicará no emprego de múltiplas estratégias de comunicação para o devido esclarecimento, destacando-se as rádios locais, os contatos interpessoais e grupais já estabelecidos, manuais e cartilhas. Esse objetivo deverá ser alcançado antes do início das obras relacionadas à barragem. Evidentemente, nas reuniões com os grandes grupos, realizadas em todas as sedes municipais atingidas pelo empreendimento, o esclarecimento deverá se estender aos impactos e as providências a serem asseguradas pelos empreendedores, pela construtora, pelos órgãos públicos municipais, estaduais e federais.
- b. Dados, informações e esclarecimentos sobre o início das obras para a formação do reservatório, etapas e conclusão: a especificidade desse objetivo está em apresentar e esclarecer o cronograma da formação do reservatório, as etapas a serem consideradas nesse processo e a previsão de conclusão. O público alvo é amplo, formado tanto por atingidos quanto

por não atingidos, o que implicará no emprego de múltiplas estratégias de comunicação para o devido esclarecimento, iniciando-se com os contatos interpessoais e grupais já estabelecidos, passando pelas rádios locais, reuniões grupais, elaboração de manuais e de cartilhas. Esse objetivo deverá ser alcançado antes do início das obras relacionadas ao alagamento, paralelamente à etapa final de construção da barragem. Evidentemente, nas reuniões com os grandes grupos, realizadas em todas as sedes municipais atingidas pelo empreendimento, o esclarecimento deverá se estender aos impactos e as providências a serem asseguradas pelos empreendedores, pela construtora, pelos órgãos públicos municipais, estaduais e federais.

- c. Dados, informações e esclarecimentos sobre o Posto de Atendimento Social: a especificidade desse objetivo está em apresentar e esclarecer os objetivos do posto de atendimento social, a sua estrutura e organização, o funcionamento, o período de atuação, as funções e as responsabilidades junto a população direta e indiretamente atingida pela construção do Projeto Jequitaí, bem como em relação aos produtores rurais que tiveram as propriedades adquiridas, mas que permaneceram na propriedade. O início desses esclarecimentos ocorrerá tão logo o PAS seja aprovado pela CEAS. Para tanto, múltiplas estratégias de comunicação serão empregadas, especialmente as reuniões interpessoais com os grupos de atingidos nas quatro sedes municipais envolvidas pelo empreendimento e a elaboração de recursos textuais autoexplicativos, como *folders*, cartilhas e manuais.

Os objetivos específicos definidos por segmentos sociais, o que se justifica pela situação específica desses segmentos em relação ao uso da terra e da água como fatores de produção, são os seguintes:

- a. Produtores rurais totalmente atingidos: esse público alvo requer dados, informações e esclarecimentos sobre os seguintes aspectos: processo de aquisição de terras por parte do empreendedor e as áreas de destino; critérios para a indenização dos segmentos sociais e não apenas a indenização dos produtores rurais totalmente atingidos, uma vez que esses produtores advogam que a área disponibilizada a eles no reassentamento deve ser a mesma que será oferecida aos trabalhadores rurais, meeiros,

parceiros, etc.; a implementação da negociação; resultado do cadastro patrimonial das propriedades; uso dos recursos naturais adquiridos pelos empreendedores; reassentamento e suas etapas; responsabilidades dos empreendedores e dos órgãos públicos no processo de emancipação do reassentados; Plano de Assistência Social e o Posto de Assistência Social. As estratégias comunicativas devem ser múltiplas, destacando-se, especialmente, as interpessoais, as reuniões com o segmento social e a elaboração de recursos textuais autoexplicativos, como *folders*, cartilhas e manuais. Os processos comunicativos devem ser intensificados a partir da aprovação do PAS pelo CEAS, uma vez que foram iniciados quando da elaboração do Plano de Negociação.

- b. Produtores rurais parcialmente atingidos: esse público alvo requer dados, informações e esclarecimentos sobre os seguintes aspectos: resultado do cadastro patrimonial das propriedades; critérios para a indenização; identificação das áreas remanescentes e a potencialidade econômica; uso dos recursos naturais adquiridos pelos empreendedores; as opções sobre reassentamentos; a implementação da negociação; acesso aos recursos hídricos disponibilizados pelo Projeto; responsabilidades dos empreendedores e dos órgãos públicos no processo de emancipação dos produtores parcialmente atingidos; Plano de Assistência Social e o Posto de Assistência Social. As estratégias comunicativas devem ser múltiplas, destacando-se, especialmente, as interpessoais, as reuniões com o segmento social e a elaboração de recursos textuais autoexplicativos, como *folders*, cartilhas e manuais. Os processos comunicativos devem ser intensificados a partir da aprovação do PAS pelo CEAS, uma vez que foram iniciados quando da elaboração do Plano de Negociação.
- c. Meeiros/Parceiros e Arrendatários: esse público alvo requer dados, informações e esclarecimentos sobre os seguintes aspectos: cadastro nas propriedades; critérios e procedimentos para a indenização; a implementação da negociação; pesquisa pública e assistência técnica para a exploração em áreas de 5 ha; capacitação e formação profissional; Plano de Assistência Social e o Posto de Assistência Social. As estratégias comunicativas devem ser múltiplas, destacando-se, especialmente, as interpessoais, as reuniões com o segmento social e a elaboração de recursos textuais autoexplicativos, como *folders*, cartilhas e manuais. Os

- processos comunicativos devem ser intensificados a partir da aprovação do PAS pelo CEAS, uma vez que foram iniciados quando da elaboração do Plano de Negociação.
- d. Trabalhadores rurais, assalariados permanentes e diaristas: esse público alvo requer dados, informações e esclarecimentos sobre os seguintes aspectos: a certificação do trabalhador rural e a escritura pública declaratória; formas de indenização; a implementação da negociação; capacitação e formação profissional; Plano de Assistência Social e o Posto de Assistência Social. As estratégias comunicativas devem ser múltiplas, destacando-se, especialmente, as interpessoais, as reuniões com o segmento social e a elaboração de recursos textuais autoexplicativos, como *folders*, cartilhas e manuais. Os processos comunicativos devem ser intensificados a partir da aprovação do PAS pelo CEAS, uma vez que foram iniciados quando da elaboração do Plano de Negociação.
  - e. Pescadores profissionais: esse público alvo requer dados, informações e esclarecimentos sobre os seguintes aspectos: as implicações da construção da barragem na pesca profissional; a formação do reservatório e as implicações na pesca profissional; formas de indenização; a implementação da negociação; uso futuro do lago; turismo e a capacitação dos pescadores para novas atividades profissionais; a formação da Associação dos Pescadores; Plano de Assistência Social e o Posto de Assistência Social. As estratégias comunicativas devem ser múltiplas, destacando-se, especialmente, as interpessoais, as reuniões com o segmento social e a elaboração de recursos textuais autoexplicativos, como *folders*, cartilhas e manuais. Os processos comunicativos devem ser intensificados a partir da aprovação do PAS pelo CEAS, uma vez que foram iniciados quando da elaboração do Plano de Negociação.
  - f. Areeiros: esse público alvo requer dados, informações e esclarecimentos sobre os seguintes aspectos: impacto do empreendimento na extração da areia quando da construção e do enchimento do reservatório; formas de indenização; a implementação da negociação; capacitação e formação profissional; Plano de Assistência Social e o Posto de Assistência Social. As estratégias comunicativas devem ser múltiplas, destacando-se, especialmente, as interpessoais, as reuniões com o segmento social e a elaboração de recursos textuais autoexplicativos, como *folders*, cartilhas e



manuais. Os processos comunicativos devem ser intensificados a partir da aprovação do PAS pelo CEAS, uma vez que foram iniciados quando da elaboração do Plano de Negociação.

- g. Comunidades em geral: esse público alvo é constituído por atores sociais e institucionais que estão envolvidos pela construção do empreendimento nos municípios de Jequitaiá, Claro dos Poções e Francisco Dumont. Assume-se que esses grupos passam a requerer dados, informações e esclarecimentos sobre os seguintes aspectos: o impacto negativo e positivo do empreendimento nos quatro municípios; delimitação das áreas de construção; áreas de depósitos; áreas de retenção de veículos e máquinas; mão-de-obra necessária e contratações locais; uso da infraestrutura pública, alojamentos e alimentação; responsabilidades dos empreendedores, da construtora e dos órgãos públicos; capacitação e formação profissional; a implementação da negociação; a trafegabilidade nas estradas dos municípios afetados; a pressão sócio-demográfica sobre as demandas dos serviços e equipamentos sociais; o Plano de Assistência Social e o Posto de Assistência Social. As estratégias comunicativas devem ser múltiplas, iniciando pelos meios auditivos, passando pelos textuais, participando de reuniões com os representantes locais e utilizando os recursos textuais autoexplicativos, como *folders*, cartilhas e manuais. As intervenções pela comunicação devem ocorrer em cada município separadamente, e esses processos devem ser intensificados a partir da aprovação do PAS pelo CEAS, uma vez que foram iniciados quando da elaboração do Plano de Negociação.

### 2.3. Metodologia

A identificação das necessidades ocorreu por ocasião da elaboração do Plano de Negociação e constam desse documento as ações introduzidas para que elas pudessem ser identificadas e trabalhadas pelos segmentos sociais atingidos e os empreendedores. Neste processo, as ações exploratórias introduzidas visavam preparar a população para o reinício do processo de negociação, identificando representações e representantes, assegurando o envolvimento dos empreendedores, estabelecendo relações preliminares que visavam a identificação das expectativas iniciais, dos problemas e dos conflitos.

A partir das ações exploratórias foi possível estabelecer acordos entre os segmentos sociais para a realização de reuniões com os segmentos sociais atingidos pela construção do empreendimento. Para tanto, meios de comunicação convencionais foram utilizados, tais como o rádio, para alcançar atingidos e os interessados na construção do empreendimento, e o telefone, visando reforçar os convites para a participação nas reuniões. Assim sendo, considerando o envolvimento de quatro municípios no Projeto Jequitaiá, as reuniões foram realizadas em cada um deles separadamente, seguindo o dia e a hora determinada pelos representantes de órgãos municipais e dos segmentos sociais.

Nota-se que para a elaboração do Plano de Negociação foram utilizadas ações que visavam a criação e a manutenção do espaço institucional, estruturado por interações constantes entre os segmentos sociais envolvidos no processo. Não houve um projeto de comunicação, apesar de estruturar ações e criar interações integrativas entre os interessados no Projeto. Esse estágio de interação foi possível pela utilização de outros meios de comunicação, como o deslocamento dos atingidos até o escritório do Projeto, o deslocamento semanal dos técnicos do Projeto até os municípios atingidos, a disponibilidade de um número telefônico, a criação do endereço eletrônico e a criação de um blog para a manifestação dos interessados no Projeto Jequitaiá.

Ao optar por ações integrativas, essa opção não ocorreu por acaso. Pelo contrário, identificou-se que esse tipo de ação permitia elaborar os documentos em conformidade com as proposições de órgãos governamentais e dos conselhos. Por exemplo, o Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana<sup>65</sup> estende o significado de atingidos para além dos usuais proprietários rurais e trabalhadores rurais, institui a participação da sociedade civil no processo, reforça a proposição de mitigação e reparação, além de fazer 17 recomendações que visam a garantia e a preservação dos direitos humanos dos atingidos por barragens. Apenas para ilustrar, entre eles está o direito à informação e à participação, o que também é assumido pela reforma sanitária e pelo Sistema Único de Saúde.

---

<sup>65</sup> Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Comissão Especial “Atingidos por Barragens” Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília, DF. 2010.

## 2.4. Área de Ação

A área de ação é delimitada pelos documentos já elaborados, quais sejam, o Plano de Negociação e os Cenários para a Implementação do Plano de Negociação, os quais identificaram os pontos de negociação e as formas de negociação envolvendo todos os segmentos sociais atingidos pela construção do empreendimento. Entre eles estão os diretamente atingidos e os indiretamente atingidos, especialmente os residentes nas áreas urbanas.

## 2.5. Plano Operacional do Programa

Ao assumir que o contexto de construção de barragens apresenta questões complexas e com diferentes magnitudes, tem-se, a princípio, a proposição de que os consensos e as soluções decorrem do conhecimento coletivo que se possui sobre aquelas questões e necessidades. Esse princípio coloca a comunicação como estratégia esclarecedora, com o enfoque sobre a construção de significados, que é uma das proposições da comunicação para a intervenção, de acordo com Leeuwis (2004)<sup>66</sup>.

Essa proposição advém das necessidades identificadas anteriormente, pois esclarecimentos tornam-se necessários para que o empreendimento possa ser iniciado e envolvido pela participação dos diferentes segmentos políticos e sociais. Portanto, a comunicação esclarecedora deve envolver conteúdos diferentes, mas complementares, quais sejam: criar formas de participação social, organizar discussões, divulgar as etapas e proposições do empreendimento, estimular e apreender as demandas dos segmentos sociais e auxiliar na concepção e execução dos projetos que preveem a participação dos segmentos sociais e as comunidades em geral.

Assume-se, desde o início, que o ambiente designado como construção de barragem é de conflito. Portanto, ações comunicativas para divulgar, esclarecer e induzir a participação social passam a ser os fundamentos que possam atribuir ao empreendimento o consenso necessário para a sua construção. Sob essa perspectiva, a comunicação esclarecedora é a ação prioritária para as intervenções necessárias ao empreendimento. Por exemplo, esclarecimentos que

---

<sup>66</sup> LEEUWIS, Cess Communication for Rural Innovation. Rethinking Agricultural Extension. Ede: Blackwell Publishing Ltda, 2004.

advém do cronograma de execução da obra e a forma como esse cronograma envolve e atinge os segmentos sociais, além de estabelecer interações que visem a identificação da demanda dos segmentos sociais sobre as informações e os dados relativos às formas como o empreendimento os afeta e as suas consequências a curto, médio e longo prazo.

Em outros termos, sob o cronograma elaborado, informações e dados sobre o início das obras, a sua extensão, o seu envolvimento, passando pelo alagamento e suas implicações, até a aquisição das propriedades, a ocorrência dos deslocamentos associados às consequências previstas e imprevistas, chegando-se a conclusão sobre as potencialidades do empreendimento como indutor do desenvolvimento local e regional. Neste sentido, todas as etapas necessárias à implementação do empreendimento passam a requerer da comunicação o mesmo enfoque, colocando-a como fator integrador das diferentes intervenções. O objetivo principal da comunicação esclarecedora é o de estruturar as interações entre os segmentos sociais envolvidos com a construção do empreendimento.

#### 1. Fundamentos Teóricos da Comunicação

De acordo com Leeuwis (2004) existem três modelos de comunicação: a) o modelo de transmissão, b) o modelo subjetivo ou orientado ao receptor, e c) o modelo de negociação ou de rede social. Em função dos conteúdos apresentados nos itens anteriores, o projeto de comunicação proposto é teoricamente estruturado sob esses três modelos, os quais fundamentam o quadro de referência para a intervenção.

Enquanto o modelo de transmissão concebe a comunicação como transferência de informação, a qual se assume que pode advir dos diferentes segmentos sociais envolvidos no ambiente de intervenção, o modelo de comunicação orientado ao receptor permite inserir o remetente e o receptor em contextos históricos e culturais distintos. Por sua vez, o modelo de rede social considera que a construção de significados é influenciada por interesses, sejam sociais, econômicos ou políticos, e por aspirações, sejam individuais ou coletivas. Sob essas perspectivas, a compreensão sobre a complexidade da situação é resultado da intensificação das estratégias de comunicação sob aqueles modelos. Deste modo, Leeuwis (2004) admite que o conflito pode ser superado ou administrado pelo processo de aprendizagem social.

Para tanto, as estratégias de comunicação, em conformidade com a proposição dos três modelos de comunicação, devem ser múltiplas e complementares entre si. Por exemplo, para alcançar a objetivo de interesse pelo processo de mudança introduzido pelo empreendimento, o rádio pode ser usado juntamente com os *posters*. Não obstante, em função das necessidades identificadas e da complexidade do ambiente em construção de barragens, seria prematuro identificar estratégias de comunicação como diretrizes a serem seguidas. É justamente em função daquele ambiente complexo que as estratégias devem ser múltiplas e selecionadas em função daquelas necessidades e de outras decorrentes das consequências não previstas. Portanto, para o momento, as estratégias visando a intervenção, conforme Leeuwis (2004), são três, quais sejam, meios de comunicação de massa convencionais, meios interpessoais e meios híbridos.

Os meios de comunicação de massa convencionais podem ser textuais, auditivos, visuais, empregados separadamente ou em combinações, como rádio e *posters* ou jornal e rádio ou anúncios e palestras, etc. O objetivo é alcançar grandes audiências e obter informações, dados, notícias, etc., despertando o interesse dos envolvidos com o projeto. O uso dessas alternativas, como deve ser a característica do espaço institucional criado, deve ser de acesso a todos os segmentos sociais, não somente, como é usualmente esperado, dos proponentes das intervenções. O objetivo é colocar ou apresentar informações ou agenda para posterior discussão com os membros da audiência proposta. O que se assume é que esses meios de comunicação permitem apresentar temas ou dados para a discussão e não como a audiência deve pensar sobre esses temas ou dados.

O como pensar ou como decidir ou o que será decidido advém das reuniões específicas, onde os grupos se constituem nos focos da comunicação. Neste momento, grupos interagem no mesmo local e ao mesmo tempo. Ao delimitar grupos ou segmentos sociais nesse processo, assume-se que a audiência possui interesse específico, como os dos proprietários totalmente atingidos ou dos parcialmente atingidos ou dos trabalhadores rurais, ou dos pescadores, ou dos meeiros, e assim aos demais segmentos sociais já identificados.

Portanto, tem-se o diálogo intenso, profundo, flexibilidade, diversidade de ambientes, diversidade de proposições, identificação de responsabilidades, aprendizagem social entre os membros do mesmo segmento social como entre os

diferentes segmentos sociais, ações e decisões coletivas. Evidentemente, da mesma forma que os meios de comunicação de massa convencionais seguem normas técnicas para a sua aplicação, a comunicação interpessoal também requer habilidades e qualidades por parte do *expert* em conduzir essa estratégia de comunicação. Usualmente, essas habilidades se referem à habilidade de apreender diferentes interesses, compreender as diferentes manifestações pelos contextos sociais e históricos, apreender aspirações e expectativas, respeitar pontos de vistas e os valores culturais. Além disso, deve saber colocar questões, apresentar dúvidas, ouvir atentamente, monitorar argumentos e fundamentos, permitir que os participantes façam inferências sobre as suas conclusões e manter a estrutura e organização do encontro, administrando a dinâmica das reuniões.

Portanto, tem-se, a princípio, que o projeto de comunicação deve ser conduzido por diferentes *expertises* ou um gestor administrando diferentes profissionais com habilidades específicas às estratégias de comunicação. É o caso, também, do emprego das estratégias híbridas de comunicação. É interessante destacar que o termo híbrido não se refere à combinação entre os meios convencionais e os meios interpessoais. Para Leeuwis (2004), os meios híbridos se referem às modalidades da *internet*, podendo ser empregado a *world wide web*, o endereço eletrônico, os grupos de notícias, as salas de bate papo e a transferência de arquivos.

A relevância destes meios está na sua complementação em relação aos meios de comunicação de massa convencionais e os meios interpessoais, ou seja, eles se estendem a uma audiência mais ampla e diversificada, além de apresentar dados e informações em tempo real. É o emprego das novas tecnologias de informação e de comunicação que permitem intensificar as relações entre o local e o geral e entre o geral e o local.

Portanto, as estratégias apresentadas permitem que o projeto de comunicação se fundamente em proposições sobre as quais diferentes segmentos sociais ou categorias de pessoas ou de grupos sociais possam se manifestar, apreender e a apropriar-se das potencialidades que o empreendimento permite e de evitar as negatividades que se associam a ele. Este é o objetivo geral do projeto de comunicação esclarecedora como orientação para a delimitação da comunicação para a intervenção.

## 2. A Teoria da Mudança

A teoria da mudança no projeto de comunicação se estrutura pelas relações de implicações entre os objetivos da comunicação para a intervenção, às metas associadas aos objetivos e as ações a serem introduzidas para alcançar os objetivos e as metas. Para Weiss (1998)<sup>67</sup>, a teoria do programa ou projeto é expressa pela articulação entre esses componentes, onde o objetivo geral da intervenção é explicitado a partir das necessidades identificadas.

As necessidades inicialmente identificadas dizem respeito ao acesso e à compreensão dos dados e informações relativas ao Projeto Pequitaí. Se a preocupação inicial é com o acesso e à compreensão, o projeto de comunicação introduz estratégias e adota procedimentos que levarão o público alvo à obtenção das informações e à compreensão do Projeto Jequitaí. Portanto, a mudança é em termos do conhecimento sobre o Projeto, que é decorrente da introdução de dados e informações por meios da comunicação. Assim, a introdução não é a simples disponibilização, mas visa o emprego de estratégias que levam ao conhecimento, ao discernimento e à formação da consciência ou conscientização sobre o Projeto Jequitaí.

Como o processo de construção de barragens é complexo, múltiplas estratégias, empregadas de forma complementar, deverão ser implementadas para alcançar o esclarecimento como objetivo geral. Não obstante, se por um lado esse objetivo geral se estende a todos os segmentos sociais, por outro, ao definir os tipos de esclarecimentos necessários associados a esse objetivo geral, pode-se identificar que alguns esclarecimentos específicos ainda são pertinentes a todos os segmentos sociais enquanto outros esclarecimentos dependem da posição que o segmento social ocupa em relação à terra e à água como fatores de produção. Inicialmente, será apresentado o objetivo geral comum a todos os segmentos sociais para, posteriormente, apresentar os objetivos específicos aos segmentos sociais que são decorrentes da delimitação do objetivo geral.

---

<sup>67</sup> Weiss, Carol Evaluation— methods for studying programs and policies. New Jersey: Prentice Hall, 1998.

## 2.6. Recursos materiais

Como identificado anteriormente, esses recursos se constituem em diferentes meios de comunicação que serão empregados para atingirem, conforme as metas estabelecidas, os diferentes segmentos sociais.

## 2.7. Produtos/Resultados

Os resultados podem ser identificados por meio da definição das metas e dos seus indicadores. Por conseguinte, as metas se constituem na operacionalização de duas dimensões dos objetivos: são metas relacionadas o propósito final da comunicação em um ambiente de intervenção e as metas associadas às implementações das intervenções nesse ambiente, visando o alcance do propósito final. Seguindo o delineamento dos objetivos, a identificação das metas seguirá a mesma orientação, acrescidas da operacionalização das intervenções.

Em relação aos objetivos comuns aos segmentos sociais, as metas e os indicadores sobre as formas como as intervenções ocorrerão são as seguintes:

- a. Meta do objetivo: Dados, informações e esclarecimentos sobre o início das obras da construção da barragem, etapas, implicações e conclusão.
  - 100% das famílias atingidas em Claro dos Poções (que são 31), em Francisco Dumont (que são 79), em Jequitai (que são 63) e em Jequitai/Claro dos Poções (que são 12) esclarecidas quanto ao início das obras da construção da barragem, etapas e conclusão.
- a.1. Meta sobre as intervenções:
  - contato pessoal do comunicólogo com representantes locais de cada município sobre a indicação dos dias, horas e locais viáveis para a realização das reuniões em cada município.
  - três dias alternados de difusão da informação na rádio convidando sobre as reuniões a serem realizadas nos quatro municípios em dias diferentes.
  - realizar duas reuniões em cada município apresentando e explicando, de forma dialógica, os temas da reunião. A segunda reunião é para esclarecer e complementar dados, informações e explicações adicionais requeridos pelos atingidos na primeira reunião.



- em função dos resultados da reunião, elaborar manuais e cartilhas para todas as famílias.
  - início das atividades: um mês antes da construção da barragem.
- b. Meta do objetivo: Dados, informações e esclarecimentos sobre o início da formação do reservatório, etapas, implicações e conclusão.
- 100% das famílias atingidas em Claro dos Poções (que são 31), em Francisco Dumont (que são 79), em Jequitai (que são 63) e em Jequitai/Claro dos Poções (que são 12) esclarecidas quanto ao início das obras para a formação do reservatório, etapas e conclusão.
- a.1. Meta sobre as intervenções:
- contato pessoal do comunicólogo com representantes locais de cada município sobre a indicação dos dias, horas e locais viáveis para a realização das reuniões em cada município.
  - três dias alternados de difusão da informação na rádio convidando sobre as reuniões a serem realizadas nos quatro municípios em dias diferentes.
  - realizar duas reuniões em cada município apresentando e explicando, de forma dialógica, os temas da reunião. A segunda reunião é para esclarecer e complementar dados, informações e explicações adicionais requeridos pelos atingidos na primeira reunião.
  - em função dos resultados da reunião, elaborar manuais e cartilhas para todas as famílias.
  - início das atividades: antes do início das obras relacionadas ao alagamento, paralelamente à etapa final de construção da barragem.
- c. Meta do objetivo: Dados, informações e esclarecimentos sobre o Posto de Atendimento Social.
- 100% das famílias atingidas em Claro dos Poções (que são 31), em Francisco Dumont (que são 79), em Jequitai (que são 63) e em Jequitai/Claro dos Poções (que são 12) esclarecidas quanto os objetivos do posto de atendimento social, a sua estrutura e organização, localização e funcionamento, o período de atendimento, as funções e as responsabilidades junto a população direta e indiretamente atingida pela construção do Projeto Jequitai, bem como em relação aos produtores

rurais que tiveram as propriedades adquiridas, mas que permaneceram na propriedade.

a.1. Meta sobre as intervenções:

- contato pessoal do comunicólogo com representantes locais de cada município sobre a indicação dos dias, horas e locais viáveis para a realização das reuniões em cada município.
- três dias alternados de difusão da informação na rádio convidando sobre as reuniões a serem realizadas nos quatro municípios em dias diferentes.
- realizar duas reuniões em cada município apresentando e explicando, de forma dialógica, os temas da reunião. A segunda reunião é para esclarecer e complementar dados, informações e explicações adicionais requeridos pelos atingidos na primeira reunião.
- em função dos resultados da reunião, elaborar cartazes, manuais e cartilhas para todas as famílias.
- início das atividades: na semana seguinte à aprovação do PAS pelo CEAS.

Em relação aos objetivos específicos aos segmentos sociais, as metas desses objetivos e os indicadores sobre as formas como as intervenções ocorrerão são as seguintes:

Produtores rurais totalmente atingidos

- a. Objetivo: dados, informações e esclarecimentos sobre o processo de aquisição de terras por parte do empreendedor e as áreas de destino; critérios para a indenização dos segmentos sociais e não apenas a indenização dos produtores rurais totalmente atingidos, uma vez que esses produtores advogam que a área disponibilizada a eles no reassentamento deverá ser a mesma oferecida aos trabalhadores rurais, meeiros, parceiros, etc.; a implementação da negociação; resultado do cadastro patrimonial das propriedades; uso dos recursos naturais adquiridos pelos empreendedores; reassentamento e suas etapas; responsabilidades dos empreendedores e dos órgãos públicos no processo de emancipação do reassentados; Plano de Assistência Social e o Posto de Assistência Social.

- Meta: 100% dos proprietários totalmente atingidos nos três municípios (39 propriedades) esclarecidos quanto aos temas apresentados no objetivo específico a eles.

a.1. Meta sobre as intervenções:

- contato pessoal do comunicólogo com representantes locais deste segmento social em cada município para a indicação dos dias, horas e locais viáveis para a realização das reuniões nos municípios de Claro dos Poções, Francisco Dumont e Jequitáí.

- três dias alternados de difusão da informação na rádio convidando para as reuniões a serem realizadas nos três municípios em dias diferentes.

- realizar duas reuniões em cada município apresentando e explicando, de forma dialógica, os temas da reunião. A segunda reunião é para esclarecer e complementar dados, informações e explicações adicionais requeridos pelos atingidos na primeira reunião. Se houver necessidade, outras reuniões poderão ser realizadas com este segmento social.

- em função dos resultados da reunião, elaborar manuais e cartilhas para todos os proprietários totalmente atingidos.

- início das atividades: sistematizar a interação a partir da aprovação do PAS pelo CEAS, uma vez que foram iniciadas quando da elaboração do Plano de Negociação.

Produtores rurais parcialmente atingidos

b. Objetivo: dados, informações e esclarecimentos sobre o processo de aquisição de terras por parte do empreendedor e as áreas de destino; critérios para a indenização dos segmentos sociais e não apenas a indenização dos produtores rurais totalmente atingidos, uma vez que esses produtores advogam que a área disponibilizada a eles no reassentamento deve ser a mesma oferecida aos trabalhadores rurais, meeiros, parceiros, etc.; a implementação da negociação; resultado do cadastro patrimonial das propriedades; uso dos recursos naturais adquiridos pelos empreendedores; reassentamento e suas etapas; responsabilidades dos empreendedores e dos órgãos públicos no processo de emancipação do reassentados; Plano de Assistência Social e o Posto de Assistência Social.

- Meta: 100% dos proprietários totalmente atingidos nos três municípios (39 propriedades) esclarecidos quanto aos temas apresentados no objetivo específico a eles.

a.1. Meta sobre as intervenções:

- contato pessoal do comunicólogo com representantes locais deste segmento social em cada município para a indicação dos dias, horas e locais viáveis para a realização das reuniões nos municípios de Claro dos Poções, Francisco Dumont e Jequitáí.

- três dias alternados de difusão da informação na rádio convidando para as reuniões a serem realizadas nos três municípios em dias diferentes.

- realizar duas reuniões em cada município apresentando e explicando, de forma dialógica, os temas da reunião. A segunda reunião é para esclarecer e complementar dados, informações e explicações adicionais requeridos pelos atingidos na primeira reunião. Se houver necessidade, outras reuniões poderão ser realizadas com este segmento social.

- em função dos resultados da reunião, elaborar manuais e cartilhas para todos os proprietários totalmente atingidos.

- início das atividades: sistematizar a interação a partir da aprovação do PAS pelo CEAS, uma vez que foram iniciadas quando da elaboração do Plano de Negociação.

#### Meeiros/Parceiros e Arrendatários

c. Objetivo: dados, informações e esclarecimentos sobre o cadastro nas propriedades; critérios e procedimentos para a indenização; a implementação da negociação; pesquisa pública e assistência técnica para a exploração em áreas de 5ha; capacitação e formação profissional; Plano de Assistência Social e o Posto de Assistência Social.

- Meta: 100% dos meeiros/parceiros/ arrendatários atingidos (total de 46) esclarecidos quanto aos temas apresentados no objetivo específico a eles.

a.1. Meta sobre as intervenções:

- contato pessoal do comunicólogo com representantes locais deste segmento social em cada município para a indicação dos dias, horas e locais viáveis para a realização das reuniões.
- três dias alternados de difusão da informação na rádio convidando para as reuniões a serem realizadas nos três municípios em dias diferentes.
- realizar duas reuniões em cada município apresentando e explicando, de forma dialógica, os temas da reunião. A segunda reunião é para esclarecer e complementar dados, informações e explicações adicionais requeridos pelos atingidos na primeira reunião. Se houver necessidade, outras reuniões poderão ser realizadas com este segmento social.
- em função dos resultados da reunião, elaborar manuais e cartilhas para todos os meeiros/parceiros/arrendatários atingidos.
- implementação das atividades: sistematizar a interação a partir da aprovação do PAS pelo CEAS, uma vez que foram iniciadas quando da elaboração do Plano de Negociação.

Trabalhadores rurais, assalariados permanentes e diaristas.

d. Objetivo: dados, informações e esclarecimentos sobre a certificação do trabalhador rural e a escritura pública declaratória; formas de indenização; a implementação da negociação; capacitação e formação profissional; o Plano de Assistência Social e o Posto de Assistência Social.

- Meta: 100% dos trabalhadores rurais, assalariados permanentes e diaristas atingidos (total de 204) esclarecidos quanto aos temas apresentados no objetivo específico a eles.

a.1. Meta sobre as intervenções:

- contato pessoal do comunicólogo com representantes locais deste segmento social em cada município para a indicação dos dias, horas e locais viáveis para a realização das reuniões.

- três dias alternados de difusão da informação na rádio convidando para as reuniões a serem realizadas nos três municípios em dias diferentes.

- realizar duas reuniões em cada município apresentando e explicando, de forma dialógica, os temas da reunião. A segunda reunião é para

esclarecer e complementar dados, informações e explicações adicionais requeridos pelos atingidos na primeira reunião. Se houver necessidade, outras reuniões poderão ser realizadas com este segmento social.

- em função dos resultados da reunião, elaborar manuais e cartilhas para todos os trabalhadores rurais, assalariados permanentes e diaristas atingidos.

- início das atividades: sistematizar a interação a partir da aprovação do PAS pelo CEAS, uma vez que foram iniciadas quando da elaboração do Plano de Negociação.

#### Pescadores profissionais

e. Objetivo: dados, informações e esclarecimentos sobre as implicações da construção da barragem na pesca profissional; a formação do reservatório e as implicações na pesca profissional; formas de indenização; a implementação da negociação; uso futuro do lago; turismo e a capacitação dos pescadores para novas atividades profissionais; a formação da Associação dos Pescadores; Plano de Assistência Social e o Posto de Assistência Social.

- Meta: 100% dos pescadores profissionais atingidos (total de 28) esclarecidos quanto aos temas apresentados no objetivo específico a eles.

##### a.1. Meta sobre as intervenções:

- contato pessoal do comunicólogo com representantes locais deste segmento social no município de Jequitaiá para a indicação dos dias, horas e locais viáveis para a realização das reuniões.

- três dias alternados de difusão da informação na rádio de Jequitaiá convidando para as reuniões a serem realizadas nesse município, uma vez que todos os pescadores profissionais residem nesse município.

- realizar duas reuniões no município de Jequitaiá apresentando e explicando, de forma dialógica, os temas da reunião. A segunda reunião é para esclarecer e complementar dados, informações e explicações adicionais requeridos pelos atingidos na primeira reunião. Se houver necessidade, outras reuniões poderão ser realizadas com este segmento social.

- em função dos resultados da reunião, elaborar manuais e cartilhas para todos os pescadores profissionais atingidos.

- início das atividades: sistematizar a interação a partir da aprovação do PAS pelo CEAS, uma vez que elas foram iniciadas quando da elaboração do Plano de Negociação.

#### Areeiros

f. Objetivo: dados, informações e esclarecimentos sobre o impacto do empreendimento na extração da areia quando da construção e do enchimento do reservatório; formas de indenização; a implementação da negociação; capacitação e formação profissional; o Plano de Assistência Social e o Posto de Assistência Social.

- Meta: 100% dos areeiros atingidos (total de 3) esclarecidos quanto aos temas apresentados no objetivo específico a eles.

a.1. Meta sobre as intervenções:

- contato pessoal do comunicólogo com representantes locais deste segmento social no município de Jequitaiá para a indicação dos dias, horas e locais viáveis para a realização das reuniões.

- três dias alternados de difusão da informação na rádio local, convidando para as reuniões a serem realizadas nesses municípios, uma vez que todos os areeiros residem nesse município.

- realizar duas reuniões no município apresentando e explicando, de forma dialógica, os temas da reunião. A segunda reunião é para esclarecer e complementar dados, informações e explicações adicionais requeridos pelos atingidos na primeira reunião. Se houver necessidade, outras reuniões poderão ser realizadas com este segmento social.

- em função dos resultados da reunião, elaborar manuais e cartilhas para todos os areeiros atingidos.

- início das atividades: sistematizar a interação a partir da aprovação do PAS pelo CEAS, uma vez que elas foram iniciadas quando da elaboração do Plano de Negociação.

## Comunidades em geral

g. Objetivo: dados, informações e esclarecimentos sobre o impacto negativo e positivo do empreendimento nos quatro municípios; delimitação das áreas de construção; áreas de depósitos; áreas de retenção de veículos e máquinas; mão-de-obra necessária e contratações locais; uso da infraestrutura pública, alojamentos e alimentação; responsabilidades dos empreendedores, da construtora e dos órgãos públicos; capacitação e formação profissional; a implementação da negociação; a trafegabilidade nas estradas dos municípios afetados; a pressão sócio-demográfica sobre as demandas dos serviços e equipamentos sociais; o Plano de Assistência Social e o Posto de Assistência Social.

- Meta: 100% dos atores sociais e institucionais vinculados, direta ou indiretamente com o empreendimento, existentes nos quatro municípios esclarecidos quanto aos temas apresentados no objetivo específico a eles.

### a.1. Meta sobre as intervenções:

- contato pessoal do comunicólogo com os atores sociais e institucionais dos quatro municípios para a indicação dos dias, horas e locais viáveis para a realização das reuniões.

- três dias alternados de difusão da informação nas rádios locais, convidando para as reuniões a serem realizadas nesses municípios.

- realizar duas reuniões no município em cada município apresentando e explicando, de forma dialógica, os temas da reunião. A segunda reunião é para esclarecer e complementar dados, informações e explicações adicionais requeridos pelos atingidos na primeira reunião. Se houver necessidade, outras reuniões poderão ser realizadas com este segmento social.

- em função dos resultados da reunião, elaborar manuais e cartilhas para ser distribuídos nos municípios.

- início das atividades: sistematizar a interação a partir da aprovação do PAS pelo CEAS, uma vez que elas foram iniciadas quando da elaboração do Plano de Negociação.



### C. Operacionalização dos indicadores

- a. Porcentagem dos segmentos sociais esclarecidos: relação entre o número de elementos presentes nas reuniões e o total de número de elementos cadastrados na categoria social. A referência é a lista de presença. A presença é fundamental para a compreensão, pois permite identificar dúvidas e discutir pontos de vistas. Há a expectativa de que consensos sejam alcançados, individualmente e em grupos, mas não há nenhuma hipótese de que todos os participantes cheguem ao mesmo consenso.
- b. Preparação para as reuniões: número de contatos com os atores sociais e institucionais e tempo total gasto nos contatos em cada município.
- c. Divulgação: número de dias e número de vezes em um dia em que os convites foram divulgados pelas rádios.
- d. Tempo para os esclarecimentos: número de reuniões com os segmentos sociais e tempo de duração das reuniões.
- e. Complemento ao esclarecimento: número de manuais, *folders* e cartilhas distribuídas.
- f. Efetividade da sistematização das interações: dia e mês da aprovação do PAS pelo CEAS e dias e mês do início das interações com os atores sociais e institucionais. Quanto menor a diferença entre uma data e outra, maior é a efetividades nas intervenções.

### 2.8. Equipe

A obtenção das metas, que expressa o quanto se alcança dos objetivos apresentados, somente poderá ocorrer com o envolvimento dos órgãos e entidades locais, os quais estão participando das atividades do Projeto Jequitáí desde a elaboração do Plano de Negociação e começam a participar a partir da elaboração do Plano de Assistência Social. Em conformidade com esses documentos, há a participação transdisciplinar, nos diferentes municípios, dos seguintes órgãos, entidades e instituições.

- a) Secretarias Municipais da Agricultura
- b) Comitê da Bacia Hidrográfica do Jequitáí e Pacuí
- c) Diretoria de Base do Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- d) Secretária do Meio Ambiente e Agricultura

- e) Grupo Organizado de Trabalho do Buriti de Baixo
- f) Secretaria Municipal de Turismo
- g) Sindicatos de Produtores Rurais
- h) Associação dos Pescadores Profissionais
- i) Associação Intermunicipal dos Produtores Rurais
- j) Usuários Atingidos pela Barragem do Projeto Jequitai
- k) Associação de Garimpeiros de Jequitai
- l) Secretarias Municipais de Assistência Social
- m) Secretarias Municipais de Ação Social
- n) Centro de Referência de Assistência Social
- o) Secretarias Municipais de Educação
- p) Delegacia de Polícia Civil
- q) Secretarias Municipais de Saúde
- r) Secretarias Municipais de Desenvolvimento da Assistência e Ação Social

Além do envolvimento institucional, toda exposição do projeto de comunicação foi elaborado a partir da figura de um comunicólogo. Essa é a proposição, mas com dois adendos: a) que ele possua uma equipe constituída de uma secretária e um técnico em comunicação; e b) que o comunicólogo compreenda e assumo o papel de articulador e facilitador das interações com a equipe do PAS, com os diferentes técnicos, empreendedores e construtores, por um lado, e os diferentes segmentos sociais e atores institucionais e sociais envolvidos com o Projeto Jequitai.

A articulação entre os diferentes elementos envolvidos com o Projeto também requer o conhecimento e interação com os prestadores de serviços qualificados. Assim, não se assume que esta equipe possa conceber, organizar e apresentar os desenhos e todos os conteúdos dos manuais, *folders*, *banners*, *cartilhas*, etc., mas que possam interagir com os prestadores de serviços, visando a produção de materiais de alta qualidade.

## 2.9. Cronograma

As atividades de comunicação devem iniciar-se quando da contratação da construtora e dentro do prazo de 30 dias a partir da aprovação do PAS/BARRAGEM pelo CEAS/MG. Atingindo as metas estabelecidas, há a

redução natural das atividades. Não obstante, elas também podem se estender para atender outras necessidades, que podem surgir durante a construção do empreendimento. Portanto, a conclusão deste projeto deverá ocorrer após a conclusão do projeto do Posto de Atendimento Social, onde os atingidos serão esclarecidos sobre os cenários dos serviços socioassistenciais após a conclusão do PAS.

## 2.10. Custos

Contratação de um comunicólogo, um técnico em comunicação e um técnico administrativo, além de recursos que possibilitem a criação e a materialização dos conteúdos em instrumentos midiáticos e de recursos que permitam as locomoções dos técnicos da equipe. O custo estimado deste Projeto é de R\$ 1.004.679,50.

## **3. Projeto de Negociação das Terras/Benfeitorias**

### 3.1. Objetivos

Ao considerar que as terras/benfeitorias se constituem no objeto da negociação, o objetivo é, em função das diferentes necessidades, negociar com três segmentos sociais, os proprietários rurais totalmente atingidos, os proprietários rurais parcialmente atingidos e os meeiros/parceiros/arrendatários, quando forem os casos. São segmentos sociais que dependem da terra como fator de produção. Não obstante, há outros segmentos sociais que dependem da terra pelas relações de trabalho e da água como fator de produção. São os trabalhadores rurais permanentes e diaristas, os pescadores profissionais e os areeiros que, conforme explicitado em projetos anteriores, requerem procedimentos diferenciados de negociação, não se constituindo em objetos de negociação deste projeto.

A referência a esses componentes é necessária porque identificou a necessidade de apreender as reivindicações, que são a base dos conflitos, em função da estrutura de relações de produção e de trabalho instituída. Por exemplo, uma das necessidades dos proprietários rurais totalmente atingidos é de que o módulo fiscal seja a área mínima para serem reassentados os meeiros/parceiros/arrendatários e trabalhadores rurais e não 5 ha, como está

sendo proposto no Projeto Cenários para a Implementação do Plano de Negociação.

### 3.2. Objetivos específicos

Ao identificar a ausência de informações generalizadas dos atingidos sobre o empreendimento como um todo, o projeto de negociação propõe a apresentação de esclarecimentos sobre a negociação, inicialmente, para, posteriormente, introduzir o processo sob os procedimentos formais. Para fundamentar os subprojetos a serem apresentados, torna-se necessário identificar, por segmentos sociais, as suas necessidades em relação à negociação.

Para os Proprietários Rurais Totalmente Atingidos, elas são as seguintes:

- a. Regularizar as terras que exploram.
- b. Conhecer as ações empreendidas por parte do empreendedor sobre a identificação das áreas do reassentamento.
- c. Conhecer quais as áreas disponíveis no município.
- d. Participar da identificação, seleção e decisão sobre as áreas do reassentamento.
- e. Obter conhecimento sobre os resultados do inventário sobre as benfeitorias produtivas e não produtivas e quais os preços de mercado considerados nos cálculos.
- f. Conhecer como foi o cálculo do lucro cessante e os possíveis resultados.
- g. Se optar pela indenização ter conhecimento desse valor e onde poderia adquirir novas terras com esse valor.
- h. Saber da previsão sobre o início das obras e a época em que as atividades nas propriedades deverão ser suspensas.
- i. Em sendo suspensas as atividades produtivas, estar seguro como ocorrerá a manutenção de suas sobrevivências.
- j. Estar seguro sobre o início e a conclusão da infraestrutura da área do reassentamento para a produção e para a moradia das famílias.

- k. Estar seguro de que a área do reassentamento esteja aprovada pelos órgãos ambientais.
- l. Estar seguro de obter a documentação da propriedade antes de ocorrer a transferência das famílias.
- m. Estar seguro de que a transferência das famílias ocorrerá em etapas, tais como, a divulgação, a motivação, a distribuição dos lotes e da documentação e a programação da mudança.
- n. Estar seguro de que a emancipação do reassentamento ocorrerá no período de três anos e quais as possibilidades de renegociação.

Por sua vez, as necessidades apresentadas pelos Proprietários Rurais Parcialmente Atingidos são as seguintes:

- a. Estar esclarecido sobre a época em que a propriedade será parcialmente atingida e quando deverá deixar de utilizar a área para fins produtivos.
- b. Estar seguro sobre a apropriação ou não dos recursos naturais existentes na área parcialmente atingida.
- c. Obter conhecimento sobre a área remanescente e a possibilidade de exploração econômica, considerando-se as exigências legais de conservação e proteção ambiental.
- d. Obter informações sobre a compra de terra para a formação da reserva legal por parte dos empreendedores.
- e. Identificar as alternativas dos proprietários com área remanescente não economicamente viável, qual seja, a de ser indenizado ou de ser reassentado.
- f. Obter conhecimento sobre o resultado do cadastro patrimonial das áreas atingidas.
- g. Obter conhecimento sobre os resultados do inventário sobre as benfeitorias produtivas e não produtivas e quais os preços de mercado considerados nos cálculos.
- h. Conhecer como foi o cálculo do lucro cessante e os possíveis resultados.
- i. Obter conhecimento sobre os usos múltiplos do reservatório.

- j. Estar seguro sobre os procedimentos em relação à outorga, tanto na extensão daquelas já concedidas quanto à concessão de novas outorgas.

De forma diferenciada, as necessidades identificadas pelos Meeiros/Parceiros/Arrendatários são as seguintes:

- a. Ter conhecimento sobre o documento que formaliza a relação de produção como meeiro/parceiro/arrendatário.
- b. Obter conhecimento sobre o resultado do cadastro patrimonial da área em meia/parceria/arrendamento.
- c. Obter conhecimento sobre os resultados do inventário sobre as benfeitorias produtivas e não produtivas e quais os preços de mercado considerados nos cálculos.
- d. Conhecer como foi o cálculo do lucro cessante e os possíveis resultados.
- e. Ter conhecimento sobre as opções de indenização e de reassentamento, esclarecimento esse que envolve formas de pagamento e localização da área a ser concedida pelos empreendedores.
- f. Ter conhecimento sobre tipo de assistência técnicas para a área concedida.

### 3.3. Metodologia

Esse item aborda os fundamentos teóricos e metodológicos para os projetos de negociação das terras/benfeitorias com os segmentos sociais que possuem a terra como fator de produção. Esses fundamentos são derivados das proposições apresentadas por Van Meegeren e Leeuwis (1999)<sup>68</sup> e Leeuwis (2004)<sup>69</sup> sobre o processo de negociação integrativo. Como proposição, os argumentos podem ser aplicados em qualquer situação. Não obstante, considerando as características do

---

<sup>68</sup> VAN MEEGEREN, R.C.F.; LEEUWISS, C. Towards an Integrative Design Methodology: Guidelines for Communication. In: Integral Design: Innovation in Agriculture and Resource Management, Leeuwis, C. (Ed.). Manshot Institute, Leiden. Backhuys Publications, Wageningen, pp: 205-217.1999.

<sup>69</sup> LEEUWIS, Cess Communication for Rural Innovation. Rethinking Agricultural Extension. E. de Blackwell Publishing Ltda, 2004.

empreendimento de construção de barragem, os atores sociais e institucionais envolvidos e a expectativa de incertezas que há sobre os impactos do empreendimento, há a necessidade da adequação daquelas proposições, tanto em termos de etapas quanto da natureza das etapas que caracterizam o projeto de negociação integrada. Portanto, o objetivo desse item é o delineamento do ordenamento conceitual, o qual será operacionalizado, em termos de projetos, no item seguinte.

O primeiro conteúdo a considerar é o processo de negociação integrativo. Por integrativo, a abordagem não é apenas de participação dos segmentos sociais com os empreendedores, mas de integrar o objeto da negociação no contexto sócio-histórico dos segmentos sociais. Sob essa perspectiva, Van Meegeren e Leeuwis (1999) e Leeuwis (2004) enumeram etapas e atividades a serem desenvolvidas antes do início da negociação, propriamente dita. Por exemplo, preparar o processo de negociação, manter reuniões contínuas e explorar e analisar as situações identificadas se constitui nas etapas iniciais, as quais permitem a identificação dos segmentos sociais, de lideranças, dos conflitos existentes, dos problemas emergentes, a formação de grupos de discussão e a identificação de soluções alternativas preliminares.

Houve, até então, o que aqueles autores designam como aprendizagem social inicial. Esta aprendizagem inicial foi conduzida sob as proposições daqueles autores, o que permitiu a elaboração dos documentos citados anteriormente, os quais são exigências dos órgãos ambientais. Não obstante, esta aprendizagem inicial não é suficiente para introduzir e conduzir o projeto de negociação de terras/benfeitorias, a despeito de permitir a apreensão das condições dos atingidos e reconhecer os direitos de reparação. Como admite Leeuwis (2004)<sup>70</sup>, há a necessidade de introduzir novas etapas que, no sistema sócio-histórico complexo de construção de barragens, permite identificar a dimensão das perdas dos atingidos. É o momento da segunda aprendizagem social, respaldada pela proposição de negociar de forma justa, com tratamento isonômico e com critérios em acordos com a coletividade e transparentes<sup>71</sup>.

---

<sup>70</sup> Idem, idem.

<sup>71</sup> Deve-se registrar que esse conteúdo integrativo é inferido do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Comissão Especial "Atingidos por Barragens" Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília, DF. 2010.

Portanto, esta etapa seguinte permite a redução das incertezas, as quais foram geradas, no que concerne a negociação de terras/benfeitorias, no início do Projeto Jequitai, em 2005. A essas incertezas são acrescentadas as experiências negativas de outros projetos de construção de barragens, os quais não recuperaram as perdas dos atingidos pela construção dos empreendimentos. Mais especificamente, o CDDPH (2010)<sup>72</sup> identifica que as negociações ocorreram sob a ameaça da desapropriação judicial; que as empresas impõem preços, em função de se apoiarem no ato declaratório de utilidade pública; que elas negociam de forma individual e não coletiva, tratando de forma desigual os atingidos; que as indenizações das áreas remanescentes, quando inviáveis economicamente, não garantem a aquisição de propriedades equivalentes; e que, principalmente, o sistema legal brasileiro não contempla meios para a contestação dos fundamentos da declaração de utilidade pública.

Por conseguinte, o projeto de negociação de terras/benfeitorias é estruturado por dois subprojetos e um plano de ações, quais sejam, o subprojeto visando a construção do ambiente institucional adequado, o subprojeto de negociação de terras/benfeitorias e o plano de ações para instituir a associação entre a negociação das terras com o reassentamento, o qual se constitui em um projeto específico dentro do conjunto projetos requerido pelos órgãos ambientais para aqueles que serão reassentados ou optarem pelo reassentamento como forma de reparação das perdas.

Deve-se enfatizar que tanto o subprojeto de construção do ambiental institucional para a negociação quanto o plano de ações são proposições que se estruturam pela trajetória sócio-histórica do Projeto Jequitai. São projetos, conforme caracteriza a Resolução no. 317/2010, CEAS/MG, exigidos pelas características locais, mas que não são apresentados em um item específico, pois, eles se complementam, são interdependentes, se apresentando, em termos de conteúdos, integrados ao projeto de negociação de terras/benfeitorias.

### 3.4. Área de ação

---

<sup>72</sup> Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Comissão Especial “Atingidos por Barragens” Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília, DF. 2010.



Esta área é delimitada pela abrangência dos atingidos pelo uso da terra como fator de produção, como são os produtores rurais totalmente atingidos, os produtores rurais parcialmente atingidos e os meeiros/parceiros/arrendatários.

### 3.5. Plano operacional do programa

A identificação das intervenções decorre das necessidades apresentadas, as quais se associam aos objetivos. A proposta estruturante de intervenção é que as ações isoladas não ocorram, mas que, sob a proposição de mudança, de menos conhecimento para o conhecimento total, de menos esclarecimento para o esclarecimento total, seja a pré-condição para o início da negociação. Isto é, os envolvidos passam a estar nivelados, em termos de conhecimento, sobre a suas necessidades e formas de solução. Não obstante, isto não implica em que a solução seja inevitável. Pelo contrário, se assume que o ambiente da negociação que envolve a construção de barragem é conflituoso, instituído por interesses e pela disputa de poder local, o que se manifesta de forma diferente entre os diferentes segmentos sociais atingidos.

Essas formas, em uns, se manifestam mais intensamente, mas, em outros, a manifestações são menos intensa. Assim, a mudança esperada em relação aos segmentos sociais atingidos varia em intensidade e abrangência. É uma proposição que justifica a proposição de subprojetos que se constituem em intervenções necessários para a implementação do processo de negociação de terras/benfeitorias. Assim sendo, espera-se que os acordos e consensos ocorram em momentos diferentes e que os subprojetos não completem as mesmas etapas no mesmo momento. Além disso, como pode ser previsto, há a possibilidade de desacordos, para os quais se assume sejam constituídas instâncias de mediação.

#### **3.5.1. Subprojeto da Construção do Ambiente Institucional**

Por construção do ambiente institucional subentende-se que os segmentos sociais atingidos pela construção da barragem e os empreendedores iniciem e estabeleçam relações múltiplas e intensas em função dos múltiplos interesses inerentes a cada um deles. É institucional porque se assume que as ações ocorram sob as diretrizes, normas e padrões institucionalizados, seguindo a legislação pertinente, as proposições das resoluções, as orientações dos órgãos governamentais e as diretrizes políticas nacionais sobre o desenvolvimento com sustentabilidade social e ambiental.

Sob essa perspectiva, este subprojeto, em conformidade com os pressupostos assumidos no projeto de comunicação, possui o objetivo de divulgar e de esclarecer os produtores rurais totalmente atingidos, os produtores rurais parcialmente atingidos e os meeiros/parceiros/arrendatários sobre os dados e informações pertinentes a cada um deles. Deve-se enfatizar que, de acordo com as necessidades que justificam esse subprojeto, o mesmo se constitui em uma das demandas daqueles segmentos sociais.

Se, por um lado, a mesma demanda ocorre entre eles, por outro, os conteúdos demandados por eles são diferentes. Assim sendo, dentro desse subprojeto há a separação para o tratamento desses conteúdos em momentos e localidades distintas, o que passa a ser detalhado a seguir.

- a. Implementação de ações esclarecedoras para os produtores rurais totalmente atingidos.

Essas ações serão coletivas, envolvendo o segmento atingido e os empreendedores e ocorrerão em, pelos menos, duas reuniões. Havendo a necessidade de esclarecimentos adicionais, outras reuniões poderão ocorrer.

Para a realização das reuniões, a comunicação sobre a divulgação do evento ocorrerá conforme previsto no Projeto de Comunicação. Os temas abordados nas reuniões serão os seguintes:

- a. 1. Início, monitoramento e conclusão do processo de regularização das terras. Identificação das dificuldades e procedimentos para a solução.
- a. 2. Obter conhecimento sobre os resultados do inventário sobre as benfeitorias produtivas e não produtivas e quais os preços de mercado considerados nos cálculos.
- a. 3. Conhecer como foi o cálculo do lucro cessante e os possíveis resultados.
- a. 4. Se optar pela indenização, ter conhecimento desse valor e onde poderia adquirir novas terras com esse valor.
- a. 5. Saber da previsão sobre o início das obras e a época em que as atividades nas propriedades deverão ser suspensas.
- a. 6. Em sendo suspensas as atividades produtivas, estar seguro como ocorrerá a manutenção de suas sobrevivências.

- a. 7. Obter conhecimento sobre o andamento do projeto de reassentamento, o que ocorrerá por meio do Plano de Ações, o qual se constitui em um componente do plano de negociação de terras/benfeitorias. Este plano está detalhado no item 3.3.
- a. 8. Definição das diretrizes para o acordo coletivo que regularize o início das negociações individuais.

#### Meta do subprojeto:

- 100% dos produtores rurais totalmente atingidos esclarecidos sobre os conteúdos apontados, os quais fundamentam a negociação de terras/benfeitorias.
- Acordo coletivo/individual assinado.

#### Órgãos e Entidades Envolvidas

- CODEVASF; RURALMINAS; Usuários Atingidos pela Barragem do Projeto Jequitaí; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; Sindicatos dos Produtores Rurais; Associação Intermunicipal dos Produtores Rurais e Grupo Organizado de Trabalho do Buriti de Baixo.

#### Recursos Humanos

Equipe técnica do PAS para coordenar as reuniões, a equipe do Projeto de Comunicação e a equipe do Projeto de Monitoria e Avaliação, com o propósito de organizar, implementar e avaliar os encontros coletivos.

#### Recursos Financeiros

Custos necessários para a realização dos encontros coletivos, envolvendo divulgação do evento, transporte, alimentação dos atingidos e gravação das reuniões. O custo total é de R\$ 68.096,00.

Início do subprojeto: dentro do prazo de 30 dias a partir da aprovação do PAS/BARRAGEM pelo CEAS/MG.

- b. Implementação de ações esclarecedoras para os produtores rurais parcialmente atingidos

Essas ações serão coletivas, envolvendo o segmento atingido e os empreendedores e ocorrerão em, pelos menos, duas reuniões. Havendo a necessidade de esclarecimentos adicionais, outras reuniões poderão ocorrer.

Para a realização das reuniões, a comunicação sobre a divulgação do evento ocorrerá conforme previsto no programa de comunicação. Os temas abordados nas reuniões serão os seguintes:

- b. 1. Estar esclarecido sobre a época em que a propriedade será parcialmente atingida e quando deverá deixar de utilizar a área para fins produtivos.
- b. 2. Estar seguro sobre a apropriação ou não dos recursos naturais existentes na área parcialmente atingida.
- b. 3. Obter conhecimento sobre a área remanescente e a possibilidade de exploração econômica, considerando-se as exigências legais de conservação e proteção ambiental.
- b. 4. Identificar as alternativas dos proprietários com área remanescente não economicamente viável, qual seja, a de ser indenizado ou de ser reassentado.
- b. 5. Obter conhecimento sobre o resultado do cadastro patrimonial das áreas atingidas.
- b. 6. Obter conhecimento sobre os resultados do inventário sobre as benfeitorias produtivas e não produtivas e quais os preços de mercado considerados nos cálculos.
- b. 7. Conhecer como foi o cálculo do lucro cessante e os possíveis resultados.
- b. 8. Obter conhecimento sobre os usos múltiplos do reservatório.
- b. 9. Estar seguro sobre os procedimentos em relação à outorga, tanto na extensão daquelas já concedidas quanto à concessão de novas outorgas.
- a. 10. Definição das diretrizes para o acordo coletivo que regularize o início das negociações individuais.

Meta do subprojeto:

- 100% dos produtores rurais totalmente atingidos esclarecidos sobre os conteúdos apontados, os quais fundamentam a negociação de terras/benfeitorias.

- Acordo coletivo/individual assinado.

#### Órgãos e Entidades Envolvidas

- CODEVASF; RURALMINAS; Usuários Atingidos pela Barragem do Projeto Jequitaí; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; Sindicatos dos Produtores Rurais e Associação Intermunicipal dos Produtores Rurais.

#### Recursos Humanos

Equipe técnica do PAS para coordenar as reuniões e a equipe do Projeto de Comunicação para organizar os encontros coletivos.

#### Recursos Financeiros

Custos necessários para a realização dos encontros coletivos, envolvendo divulgação do evento, transporte, alimentação dos atingidos e gravação das reuniões.

Início do subprojeto: dentro do prazo de 30 dias a partir da aprovação do PAS/BARRAGEM pelo CEAS/MG.

c. Implementação de ações esclarecedoras para os meeiros/parceiros/arrendatários.

Essas ações serão coletivas, envolvendo o segmento atingido e os empreendedores e ocorrerão em, pelos menos, duas reuniões. Havendo a necessidade de esclarecimentos adicionais, outras reuniões poderão ocorrer.

Para a realização das reuniões, a comunicação sobre a divulgação do evento ocorrerá conforme previsto no programa de comunicação. Os temas abordados nas reuniões serão os seguintes:

c.1. Ter conhecimento sobre o documento que formaliza a relação de produção como meeiro/parceiro/arrendatário.

- c.2. Obter conhecimento sobre o resultado do cadastro patrimonial da área em meia/parceria/arrendamento.
- c.3. Obter conhecimento sobre os resultados do inventário sobre as benfeitorias produtivas e não produtivas e quais os preços de mercado considerados nos cálculos.
- c.4. Conhecer como foi o cálculo do lucro cessante e os possíveis resultados.
- c.5. Ter conhecimento sobre as opções de indenização e de reassentamento, esclarecimento esse que envolve formas de pagamento e localização da área a ser concedida pelos empreendedores.
- c.6. Ter conhecimento sobre tipo de assistência técnicas para a área concedida.
- a. 7. Definição das diretrizes para o acordo coletivo que regularize o início das negociações individuais.

#### Meta do subprojeto:

- 100% dos produtores rurais totalmente atingidos esclarecidos sobre os conteúdos apontados, os quais fundamentam a negociação de terras/benfeitorias.
- Acordo coletivo/individual assinado.

#### Órgãos e Entidades Envolvidas

- CODEVASF; RURALMINAS; Usuários Atingidos pela Barragem do Projeto Jequitáí; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e Associação Intermunicipal dos Produtores Rurais.

#### Recursos Humanos

Equipe técnica do PAS para coordenar as reuniões, a equipe do Projeto de Comunicação e a equipe do Projeto de Monitoria e Avaliação, visando organizar, implementar e avaliar os encontros coletivos.

#### Recursos Financeiros

Custos necessários para a realização dos encontros coletivos, envolvendo divulgação do evento, transporte, alimentação dos atingidos e gravação das reuniões.

Início do subprojeto: dentro do prazo de 30 dias a partir da aprovação do PAS/BARRAGEM pelo CEAS/MG.

### **3.5.2. Subprojeto da negociação de terras/benfeitorias**

Este subprojeto deverá ocorrer após a conclusão do subprojeto anterior. Assumindo que a meta estabelecida foi alcançada e que ela consolidou a negociação coletiva, a etapa seguinte se estrutura pela negociação de terras/benfeitorias com os respectivos atingidos pela construção do empreendimento. As interações passam a ser individuais entre os empreendedores e os proprietários, total e parcialmente atingidos, e meeiros/parceiros/arrendatários, os quais se constituem no público alvo deste subprojeto. Não obstante, as negociações também poderão ocorrer entre a equipe de negociação com os grupos de interesses específicos.

- A. Objetivo do subprojeto: alcançar o justo atendimento aos direitos do público alvo atingido pela construção do Projeto Jequitaí. Por justo atendimento subentende-se a garantia de preços justos nas avaliações e indenizações, para que as famílias atingidas não sofram perdas patrimoniais e de qualidade de vida.
- B. Meta: processo instituído sem ocorrências de impedimentos ao longo da construção da barragem e da formação do reservatório. Atingindo essa meta, o cronograma da obra é assegurado, sem paralisações e atrasos.
- C. Ações ou intervenções de negociações necessárias:
  - c.1. Conferência física da documentação disponível e discussão prévia com os técnicos que atuaram na elaboração do cadastro realizado.
  - c.2. Definição do calendário de atendimento da equipe no escritório em Jequitaí, a qual já está estabelecida, e calendário de deslocamento dessa equipe para os municípios de Claro dos Poções e Francisco Dumont.

c.3. Identificar os cartórios dos municípios e da região que poderão atender as negociações das propriedades nas áreas atingidas.

c.4. Reunir com cada atingido para apresentar os dados finais sobre a propriedade cadastrada, os quais envolvem a identificação dos imóveis, a identificação dos ocupantes, a caracterização da terra nua, a caracterização das áreas produtivas, a caracterização dos seus implementos, a caracterização das benfeitorias ou acessões, a caracterização da cobertura vegetal e a classificação dos açudes, quando existentes.

c.5. Submeter o laudo cadastral a cada atingido e obter as respectivas assinaturas.

c.6. Demonstração dos procedimentos adotados para a realização da pesquisa de mercado para fins de avaliação e atribuição de valores ao cadastramento realizado na propriedade, incluindo-se as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), que possui critérios complementares de referência, como a qualidade da terra, as benfeitorias e o tipo de construção, o relevo da propriedade e o acesso e a disponibilidade de água.

c.7. Submeter os valores propostos à apreciação de cada atingido.

c.8. Mediante acordo entre as partes, o atingido pela construção do empreendimento pode optar pelas seguintes alternativas:

- Pagamento em dinheiro.
- Reassentamento individual.
- Auto relocação
- Reassentamento coletivo

c.9. Após os acordos, a equipe de negociação e o atingido assinarão um contrato, o qual passa a ser registrado em cartório.

c.10. O pagamento deve ocorrer em um prazo não superior a 30 dias à assinatura do contrato.

c.11. Regularizada a documentação, haverá o registro do imóvel no cartório.

#### D. Inter-relação com outros Programas/Projetos

O subprojeto de negociação das terras/benfeitorias deve ser implementado após o início e paralelamente, mas de forma convergente, a outros



programas/projetos. Entre eles estão o Programa de Comunicação, o Programa de Assistência Social, o Programa de Reassentamento e o Programa de Monitoramento e Avaliação. Essa interação permitirá diluir dúvidas e instituir o ambiente institucional e social adequado à introdução e continuidade das negociações para o acordo consensual, monitorado e avaliado.

#### E. Órgãos e Entidades Envolvidas

Estão envolvidas a Companhia de Desenvolvimento dos Vales de São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), a Fundação Rural Mineiro (RURALMINAS), a Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (FRAMINAS), as Associações de Produtores Rurais, sendo que a de Jequitaiá é denominada Grupo Organizado de Trabalho do Buriti de Baixo, os Sindicatos de Produtores Rurais, a Associação dos Pescadores Profissionais, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, a Associação dos Garimpeiros, a Associação Intermunicipal dos Produtores Rurais e Usuários Atingidos pela Barragem do Projeto Jequitaiá.

#### F. Recursos Humanos

Equipe técnica do PAS; equipe do Projeto de Comunicação; equipe do Projeto de Monitoria e Avaliação e a equipe de negociação instituída no subprojeto Construção do Ambiente Institucional.

#### G. Recursos Financeiros

Os recursos financeiros visam a implementação do Projeto, que, como projeto, se estrutura pelas delimitações das ações para alcançar o objetivo da negociação. Portanto, não se inclui os valores a serem disponibilizados e pagos pelas terras e nem benfeitorias, pois esses valores, a partir das tendências do mercado, variam em conformidade com as condições e outros condicionantes, os quais não são objetos deste projeto. Assim, há a proposição de que custo deste projeto é de R\$67.760,00.

H. Início do subprojeto: após a conclusão do subprojeto “Construção do Ambiente Institucional”.

### 3.5.3. Plano de ações de Integração ao Reassentamento

#### A. Definição e Objetivos

A designação de plano de ações se justifica pelo objetivo que se atribui a ele. Especificamente, ele é de integração entre os proprietários rurais e meeiros/parceiros/arrendatários que optaram pelo reassentamento e a necessidade de integrá-los ao programa de reassentamento. Assim, o conjunto de ações atua para convergir o subprojeto de negociação de terras/benfeitorias, o projeto de comunicação e o programa de reassentamento.

Para tanto, não há a necessidade de outro subprojeto ou projeto, mas de ações orientadas para a integração convergente, o que deve ocorrer a partir da implementação do projeto de comunicação. Essas ações ou intervenções visam, sobretudo, conscientizar os possíveis reassentados sobre a concepção do programa de reassentamento, as diretrizes, os objetivos, as ações, as etapas instituídas e os processos de monitoria e de avaliação visando a emancipação dos reassentados.

#### B. Identificação das Necessidades

O plano de ações se estrutura pela orientação pontual e integrada entre as ações, visando os seguintes conteúdos:

- b.1. Conhecer as ações realizadas pelo empreendedor para a identificação das áreas do reassentamento.
- b.2. Conhecer quais as áreas disponíveis para o reassentamento no município.
- b.3. Participar da identificação, seleção e decisão sobre as áreas do reassentamento.
- b.4. Estar seguro sobre o início e a conclusão da infraestrutura da área do reassentamento para a produção e para a moradia das famílias.
- b.5. Estar seguro de que a área do reassentamento esteja aprovada pelos órgãos ambientais.
- b.6. Estar seguro de obter a documentação da propriedade antes de ocorrer a transferência das famílias.

b.7. Estar seguro de que a transferência das famílias ocorrerá em etapas, tais como, a divulgação, a motivação, a distribuição dos lotes e da documentação e a programação da mudança.

b.8. Estar seguro de que a emancipação do reassentamento ocorrerá no período de três anos e quais as possibilidades de renegociação.

### C. Intervenções

Para transmitir esses conteúdos aos possíveis reassentados, as estratégias introduzidas seguem as mesmas apresentadas no Projeto de Comunicação. Elas se iniciam com a utilização dos contatos já consolidados entre as representações e seus representantes já consolidados, o uso dos meios de comunicação de massa e as reuniões com os segmentos sociais constituídos.

### D. Metas

- 100% dos atingidos pela construção do empreendimento esclarecido e integrado às proposições do Programa de Reassentamento.

### E. Órgãos e Entidades Envolvidas

- CODEVASF; RURALMINAS; Sindicatos dos Trabalhadores Rurais; Associação Intermunicipal dos Produtores Rurais; Grupo Organizado de Trabalho do Buriti de Baixo e Usuários Atingidos pela Barragem do Projeto Jequitáí.

### F. Recursos Humanos

Equipe técnica do PAS, equipe do Projeto de Comunicação e equipe do Projeto de Monitoria e Avaliação, visando coordenar as, organizar e avaliar os encontros coletivos.

### G. Recursos Financeiros

Custos necessários para a realização dos encontros coletivos, envolvendo divulgação do evento, transporte, alimentação dos atingidos e gravação das reuniões é de R \$ 20.496,00.

H. Início do Plano de Ações: após a conclusão do subprojeto “Construção do Ambiente Institucional”.

Este Plano deve ser iniciado após o início do subprojeto de Construção do Ambiente Institucional e do subprojeto Negociação das terras/benfeitorias. Não obstante, quando se inicia o Projeto de Comunicação e o Plano de Assistência Social/BARRAGEM há a necessidade de introduzir e abordar as questões sobre o reassentamento. Assim, como o tema é complexo, torna-se necessário que as equipes envolvidas estejam preparadas para os esclarecimentos necessários aos atingidos pelo empreendimento

### 3.6. Recursos materiais

Materiais de escritório, meios de comunicação, meios de transporte e locais para reuniões em grandes grupos e pequenos grupos.

### 3.7. Produtos/Resultados

Negociações concluídas, mantendo-se o cronograma de execução do empreendimento.

### 3.8. Equipe

A equipe é transdisciplinar envolvendo a Companhia de Desenvolvimento dos Vales de São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), a Fundação Rural Mineiro (RURALMINAS), a Fundação de Apoio e Desenvolvimento da Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (FRAMINAS), as Associações de Produtores Rurais, sendo que a de Jequitaiá é denominada Grupo Organizado de Trabalho do Buriti de Baixo, os Sindicatos de Produtores Rurais, a Associação dos Pescadores Profissionais, os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, a Associação dos Garimpeiros, a Associação Intermunicipal dos Produtores Rurais e Usuários Atingidos pela Barragem do Projeto Jequitaiá. Deve-se acrescentar a essas instituições a equipe técnica do PAS; a equipe do Projeto de Comunicação; a equipe do Projeto de Monitoria e Avaliação e a equipe de negociação instituída no subprojeto Construção do Ambiente Institucional.

### 3.9. Cronograma

O início das negociações formais devem ocorrer dentro do prazo de 30 dias a partir da aprovação do PAS/BARRAGEM pelo CEAS/MG e se estenderá pelo período de 12 meses.

### 3.10. Custos

O valor total para a realização do projeto, que é de R\$ 88.256,00, não estando incluindo o valor pago pelas terras e nem a quantidade de indenizações a serem realizadas. Esses valores constam de outro programa específico, que é o programa de reassentamento.

## 4. Projeto do Posto de Atendimento Social

### 4.1. Objetivos

A concepção da interligação entre objetivos, intervenções e metas para o Posto de Atendimento Social é concebida sob o pressuposto da sociedade em transformação, na qual a intervenção sobre as necessidades apresentados pelos atingidos deve levar à sua superação e ao seu fortalecimento. Fortalecimento este que transforma o atingido em cidadão, com autoestima, valorizado pelas novas condições de vida e capacitado para o novo projeto social.

Assim, o objetivo do Posto de Atendimento Social é se constituir em um equipamento prestador de serviços socioassistenciais aos segmentos sociais direta e indiretamente atingidos pela construção do Projeto Jequitaiá. O propósito passa a ser a disponibilização dos serviços dirigidos em caráter pessoal ou por famílias, através de critérios socioculturais, tipos de serviços requeridos, etc, aos que estejam privados, ou que são vítimas, explorados ou estejam em situação vulnerável causada pela construção do empreendimento.

Por conseguinte, o PAS passa a ser o local de referência para os atingidos, que, para atender as necessidades socioassistenciais demandadas, precisa articular-

se com a rede desses serviços nos municípios e região, uma vez que os municípios em questão executam, principalmente, os serviços de proteção social básica. Não obstante, em função das demandas que podem surgir por parte dos atingidos, o PAS passa, também, a ser o local de referência para a articulação com o poder público local e com os empreendedores.

#### 4.2. Objetivos específicos

O objetivo da mudança institui a convergência entre o ser, os seus valores, a condição de vida e o projeto futuro. Portanto, o objetivo específico do PAS está além da prática para as soluções, como a de resultados imediatistas. Em um ambiente sócio-político, econômico e ambiental complexo, espera-se que o Posto de Atendimento Social contribua fortemente para a transformação da realidade com a participação dos novos atores, reduzindo as contradições e diferenças que afetam os atingidos pela construção do empreendimento.

Deste modo, o Posto de Atendimento Social deve voltar-se para eliminar ou reduzir os riscos da insegurança que norteia, principalmente, a fase inicial do empreendimento. Como têm sido destacadas ao longo do Plano de Assistência Social/BARRAGEM, as necessidades iniciais são de esclarecimentos, de informações e dados, associados à certeza ao cumprimento de acordos, o de estar seguro de que direitos adquiridos, laços sociais consolidados e situações alcançadas ao longo dos ciclos familiares estejam assegurados. Além dessa especificidade, há outras que emergem pelas características dos atingidos, especialmente decorrentes das faixas etárias e dos ciclos familiares em que eles estão, atendendo as suas necessidades básicas.

#### 4.3. Metodologia

Considerando a área geográfica onde se encontra o segmento social com o maior risco e vulnerabilidade, a unidade será localizada na sede do município de Jequitaiá. Não obstante, considerando a abrangência do Projeto Jequitai, o qual envolve três municípios diretamente atingidos, há, em função da demanda efetiva, a possibilidade de criar mais um Posto Atendimento Social em Francisco Dumont, uma vez que esse município possui o maior número de propriedades atingidas, o maior número de propriedades parcialmente atingidas e um número relativamente alto de trabalhadores rurais atingidos.

Na escolha do imóvel, os seguintes aspectos serão considerados:

- a. O imóvel será alugado, com localização acessível aos atingidos, especialmente aos que irão requerer assistências especiais.
- b. Possuir estrutura organizacional e administrativa própria, necessária e suficiente para prestar os tipos de serviços socioassistências identificados e demandados. Para o PAS de Jequitaiá, o seguinte corpo de profissionais será disponibilizado: um(a) assistente social, um(a) advogado(a) e um(a) psicólogo(a) social e um(a) técnico(a) de nível médio. Não obstante, se a demanda efetiva justificar a criação de outro PAS em Francisco Dumont, este poderá contar com um(a) assistente social e um(a) psicólogo(a) social, além de um técnico de nível médio, uma vez que as duas equipes estarão trabalhando de forma integrada. Todos serão contratados pelos empreendedores, com carga de 40h semanais. Esse corpo técnico terá um(a) coordenador(a), que será a(o) assistente social. As atividades dos profissionais em cada função ocorrerão em conformidade com as determinações apresentadas pela Resolução no. 317/2010 – CEAS/MG. A equipe técnica deverá seguir os fundamentos interdisciplinares de coleta e na análise dos dados, empregando múltiplos métodos, entre eles a participativa e a dialógica.
- c. A estrutura física da unidade deve conter: sala para recepção e acolhida; sala(s) para atendimento individual /entrevista; sala para apoio técnico; salas para reunião com grupos de famílias, sendo uma delas com capacidade superior a 15 pessoas; espaço lúdico para crianças; copa; banheiros; fraldário; almoxarifado; sendo todos os ambientes adequados à iluminação, ventilação, conservação e manutenção das privacidades.
- d. A unidade também deve conter material socioeducativo, equipamentos e mobiliários em conformidade com a instrução normativa da Proteção Básica do COGEAS, além de computadores com as rotinas administrativas necessárias aos registros e acompanhamento das atividades socioassistenciais aos atingidos, os quais devem estar disponíveis para a elaboração dos relatórios mensais, trimestrais e anuais.

#### 4.4. Área de ação

Envolve os atingidos direta e indiretamente pelo empreendimento, localizados nos municípios de Claro dos Poções, Francisco Dumont e Jequitaí.

#### 4.5. Plano operacional do Plano

Inicialmente, tem-se que assumir que os técnicos do PAS precisam assimilar, conceber e introduzir intervenções de forma diferenciada e com maior intensidade entre os atores sociais e institucionais. É a necessidade que esses membros, por intermédio do PAS, possuem de posicionar-se frente à mudança planejada que se estrutura pelos riscos que ela possui. Especificamente, a implementação das ações por intermédio do Posto de Atendimento Social deve seguir as seguintes proposições:

- a. Disponibilizar o Plano de Assistência Social/Barragem para consulta dos atingidos e para o conhecimento das comunidades
- b. Conhecer e acompanhar as intervenções dos projetos do PAS/BARRAGEM, bem como articular essas intervenções com as dos Projetos de Implementação da Negociação, de Comunicação, de Negociação das terras/benfeitorias e de Reassentamento, para obter pleno conhecimento das implicações do empreendimento sobre a população atingida.
- c. Criar um banco de dados sobre os atingidos, destacando as vulnerabilidades e riscos a que estão sujeitos.
- d. Conceber formas de intervenções e de prestação dos serviços socioassistenciais de tal modo que as ações possam alcançar os objetivos definidos anteriormente, ou seja, a emancipação do cidadão.
- e. Articular a rede socioassistencial do território para o melhor atendimento dos usuários.
- f. Encaminhar os casos necessários ao CRAS ou CREAS do município, bem como acompanhá-los, para minimizar os efeitos nocivos provocados pelo empreendimento.
- g. Intermediar as reivindicações dos atingidos junto aos empreendedores e a construtora, ocorrendo, do mesmo modo, em relação aos órgãos prestadores de serviços socioassistenciais, e aos órgãos públicos voltados ao desenvolvimento local e regional.
- h. Desenvolver ações compartilhadas para que os atingidos e as respectivas famílias sejam alvos das políticas públicas de inclusão social.



- i. Desenvolver ações que visem os projetos de inclusão produtiva e de desenvolvimento local, envolvendo os agentes sociais dos municípios.
- j. Intermediar junto as agências públicas de emprego local ou da região visando a capacitação específica da mão de obra local, sob o propósito de atingir 20% a mais do que a mão de obra necessária ao empreendimento. Nesse processo, devem ser garantidas as vagas para as pessoas com necessidades especiais.
- k. Elaborar e disponibilizar os relatórios requeridos sob o propósito de monitorar a evolução da prestação dos serviços socioassistenciais. São os registros diários e relatórios trimestrais e anuais, descrevendo atividades realizadas, número de pessoas e de famílias envolvidas, órgãos/entidades envolvidas, além dos respectivos dias do mês e da semana, relacionando e quantificando os encaminhamentos. Outras informações adicionais podem constar, tais como: novas demandas, descrição da situação individualizada do processo de negociação de terras/benfeitorias e a descrição da interlocução do Posto com os órgãos gestores municipal, órgãos de controle social e entidades locais.
- l. Encaminhar os relatórios ao CEAS e aos CMAS dos municípios, ou quando solicitado por esses órgãos.
- m. Atender e encaminhar os migrantes participantes do empreendimento.

Deve-se acrescentar que existem duas formas de acesso. A primeira, e mais importante, decorre do acompanhamento e do envolvimento da equipe técnica com a implementação dos demais projetos, os quais já foram identificados. Como articuladores e técnicos investigativos possuem a responsabilidade de se adiantarem à segunda forma. Isto é, a da demanda ou a procura pelos serviços socioassistenciais.

O funcionamento do PAS será da segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, durante a implantação do empreendimento e após a sua conclusão, conforme o tempo a ser determinado pelo CEAS.

#### 4.6. Recursos Materiais

Uma ou duas unidades, conforme demanda dos atingidos nos diferentes municípios, com infraestrutura administrativa necessária ao atendimento dos atingidos. Além disso, essas unidades devem apresentar, de acordo com o

estipulado anteriormente, condições de infraestrutura adequada aos serviços socioassistenciais e possuir material socioeducativo estipulado pela instrução normativa da Proteção Básica do COGEAS,

#### 4.7. Produtos/Resultados

- 100% dos atingidos atendidos em suas necessidades. Dados a serem apresentados pelos protocolos de acompanhamento dos beneficiários dos serviços socioassistenciais.
- 100% dos atingidos em condições de vida melhor do que estavam, considerando-se o acesso ao emprego, à renda gerada e a satisfação pessoal e da família no novo momento. O banco de dados criado será a base de comparação entre os dois momentos, sendo o inicial caracterizado pelo diagnóstico socioeconômico e o final quando da constatação da emancipação dos atingidos.

#### 4.8. Equipe

A equipe técnica do PAS é formada por assistente social, psicólogo e advogado e capacitada para o exercício das atividades em Jequitaiá, juntamente com o auxiliar técnico.

A equipe técnica do PAS é formada por assistente social, psicólogo e advogado e capacitada para o exercício das atividades em Francisco Dumont, juntamente com o auxiliar técnico.

Além dessas equipes, há a participação dos membros das equipes de comunicação e de monitoria e avaliação com os objetivos de difundir o Posto e de monitorar e avaliar as suas atividades

#### 4.9. Cronograma

O início do Posto de Atendimento Social deve ocorrer em até 30 dias após a aprovação do Plano de Assistência Social/BARRAGEM pelo CEAS/MG, é por um período de três anos, podendo-se estender conforme as determinações do CEAS.

#### 4.10 Custos

Os custos são da ordem de R\$ 2.977.085,60. Eles devem cobrir o aluguel do imóvel, a adequação do imóvel às exigências do CEAS/MG, salários da equipe técnica, aparelhamento da infraestrutura do Posto; aquisição de veículo; custo mensal dos deslocamentos da equipe e aquisição de materiais.

#### **Parte D – Projetos Específicos às Características Locais**

Os projetos específicos se constituem em intervenções estruturadas a partir dos demais documentos já elaborados, os quais são exigências dos órgãos ambientais, visando complementar os projetos obrigatórios. Assim sendo, desde a elaboração do Projeto Plano de Negociação há sinais sobre as necessidades locais geradas pelos impactos da construção do Projeto Jequitai em virtude da extinção de ocupações, da especialização de ocupações tradicionais, do surgimento de novas ocupações, das indenizações, dos deslocamentos humanos para novos ambientes socioculturais e da ocupação do espaço físico e social das comunidades locais.

Deve-se destacar, inicialmente, que algumas delas se constituíram em referências para a elaboração de alguns projetos, como, por exemplo, o Projeto Plano de Negociação, o Projeto Cenários para Implementação do Plano de Negociação e para o próprio PAS/BARRAGEM, com os seus projetos, trabalhados até então. Outras necessidades, por sua vez, são focos de planos de ações, como o Plano de Ações de Integração ao Reassentamento, também constante do PAS/BARRAGEM. São necessidades que emergem com a construção da barragem e fazem sobressair as demandas das populações em municípios com menos de 10.000 habitantes, sem suporte suficiente dos órgãos governamentais locais e regionais. Por isso, a divisão das intervenções aqui apresentadas em termos de projetos e em planos, e não somente em projetos, uma vez que se assume que as necessidades históricas dessas populações não podem ser superadas, em termos de adquirir melhor qualidade de vida e de ser cidadão, pela intervenção dos empreendedores de forma isolada.

Portanto, se assume que projetos de desenvolvimento são diferentes de programas de recuperação das dimensões socioculturais e econômicas das populações. Estes, por sua vez, são diferentes de projetos de recuperação de

perdas decorrentes da construção de barragens, pois enquanto os dois primeiros se estruturam ao longo dos anos, sob forte aparato estatal, o de recuperação de perdas é localizado pelas perdas das intervenções num determinado momento, e não pelas perdas não recuperadas ou não previstas nas trajetórias historicamente instituídas. Por exemplo, os dados secundários e primários apresentados no diagnóstico socioeconômico e no diagnóstico sobre os recursos socioassistenciais nos municípios atingidos pela construção do empreendimento mostram que os projetos de desenvolvimento e os de recuperação das consequências desses projetos levaram a resultados indesejáveis para as populações em questão. O indesejável ressalta-se pelo predomínio do analfabetismo, das escolas municipais e estaduais com infraestrutura não satisfatória, a constatação de poucas alternativas de emprego, onde a atividade agropecuária é, ainda, o setor que mais ocupa a mão de obra local, tornando a migração em alternativa de realização pessoal e familiar, além da constatação da mão de obra desqualificada, associada às atividades de lazer comprometidas, a assistência à saúde inadequada, a segurança comprometida, etc. São essas necessidades que induzem o aparato estatal a implementar programas de recuperação, como o Programa Bolsa Família, Projovem Adolescente, etc., os quais visam atender as necessidades básicas, principalmente, e algumas necessidades que requerem serviços de média complexidade. Não obstante, o atendimento dessas necessidades para a população residente na zona rural ainda é, conforme apresentado no Diagnóstico Socioeconômico, marginal. Isto é, o atendimento é focado na zona urbana pela não disponibilidade de veículos nos CRAS.

Com esta introdução, a proposição é de que o PAS/BARRAGEM, pela amplitude e complexidade que apresenta, seja constituído de dois componentes que atendam as necessidades locais, quais sejam: a) de projetos específicos para atender as necessidades locais, as quais são geradas pela construção do empreendimento e b) de planos de ações voltados para a recuperação das dimensões socioculturais e econômicas das populações residentes nos municípios que abrigam o empreendimento. Sob essa concepção, o empreendimento e os empreendedores se constituirão em indutores de mudanças, com formas diferenciadas de intervenções. Para tanto, torna-se necessário identificar as necessidades, de tal forma como foram apreendidas em reuniões com as lideranças locais, com pequenos grupos, em reuniões com

grandes grupos, em entrevistas e na análise dos dados secundários dos diagnósticos realizados, para, em seguida, elaborar as intervenções necessárias.

## 1. Projeto de extensão rural para as áreas remanescentes<sup>73</sup>

### 1.1. Objetivos

Apresentar concepções e serviços de assistência técnica e de extensão rural como intervenções específicas para produtores rurais que irão explorar as áreas remanescentes resultantes do alagamento do empreendimento. Para essas áreas, assume-se que as mesmas poderão ser pluriativas e multifuncionais. Por pluriatividade subentende-se a possibilidade de integrar o espaço agrário remanescente às novas oportunidades decorrentes do alagamento da área. Em relação à multifuncionalidade, ela atribui ao espaço rural novas funções como a preservação e a conservação das paisagens e do patrimônio natural.

### 1.2. Objetivos específicos

Intensificar e introduzir alternativas de exploração, bem como introduzir novas atividades não agrícolas estruturadas por princípios socioambientais. Especificamente procura-se atender as novas demandas, diversificando a produção, além de introduzir novas atividades como a indústria do turismo, o beneficiamento de produtos, o artesanato, a construção de pousadas, a criação de centro de esportes e o aproveitamento da área para as colônias de férias.

Deste modo, há o propósito de sugerir que as áreas devem ser exploradas pela reorientação em relação à sua proximidade ao lago, em função das novas alternativas produtivas para atender as novas demandas e em função da integração das atividades às demais já existentes. Por isso, a diferenciação da assistência técnica e de extensão rural, a qual passa a focalizar a área de produção integrada às atividades já existentes e às que estão emergindo.

### 1.3. Metodologia

As áreas de assistência técnica e de extensão rural são focos de múltiplos procedimentos metodológicos e de técnicas de intervenção. Não obstante, todas

---

<sup>73</sup> Deve-se registrar que o segmento social a ser reassentado não se constitui em objeto do projeto aqui proposto, uma vez que os reassentados são objetos do projeto de assistência técnica e extensão rural elaborado como parte do programa de reassentamento.

elas devem se pautar pelos princípios e proposições participativas, instituindo um ambiente em que as ações comunicativas permitam o autoentendimento entre os atores.

#### 1.4. Área de ação

Produtores rurais que tiveram até 2/3 da propriedade atingida pela construção do empreendimento.

#### 1.5. Plano operacional do projeto

- Contratação de dois técnicos agrícolas para a condução do trabalho.
- Integrar pesquisadores da Epamig e os técnicos da Emater/MG na proposição.
- Integrar as Secretarias Municipais envolvidas com as propostas de desenvolvimento local.
- Realizar diagnóstico agrônomo sobre a potencialidade da área produtiva remanescente.
- Reunião com os proprietários para identificar e definir as alternativas.
- Capacitar os produtores rurais parcialmente atingidos.
- Reunião com os órgãos municipais, estaduais e federais de desenvolvimento sobre a estratégia desenvolvimentista a ser implantada.
- Agregar e definir responsabilidades.
- Definir cronograma de ações
- Introduzir e monitorar as atividades.
- Apresentar relatórios trimestrais aos produtores rurais parcialmente atingidos, aos empreendedores, aos órgãos públicos e entidades associadas ao projeto.

#### 1.6. Recursos materiais

Materiais e equipamentos de escritório, um veículo e materiais necessários à prática das atividades de transferência tecnológica e de extensão rural.

#### 1.7. Produtos/Resultados

100% das propriedades com áreas remanescentes organizadas sob as novas bases produtivas.

#### 1.8. Equipe

A equipe deve ser transdisciplinar, envolvendo os empreendedores, a Associação de Produtores, os técnicos da Emater/MG, os pesquisadores da Epamig, as Secretarias Municipais e Estaduais, as Cooperativas e Órgãos e Conselhos de Comércio locais, bem como dois técnicos agrícolas que serão contratados pelos empreendedores. Enquanto esses técnicos foram a equipe de ATER, ela contará, também, com os membros das equipes de comunicação e de avaliação, visando difundir e avaliar as atividades desenvolvidas. Deve-se explicitar que essa equipe é a mesma que prestará os serviços de ATER para aqueles atingidos que receberão áreas de até 5 ha, como demonstrado no próximo projeto.

### 1.9. Cronograma

A constituição da equipe e o início de suas atividades devem ocorrer quando do início da formação do reservatório, se estendendo por um período de três anos.

### 1.10. Custos

Este projeto está orçado em R\$ 545.678,06.

## **2. Projeto de extensão rural para as áreas de 5 ha**

### 2.1. Objetivos

Orientar filhos de produtores rurais, trabalhadores rurais, meeiros, parceiros e arrendatários que terão acesso a uma área de 5 ha, em função da perda das atividades ocupacionais nas propriedades totalmente ou parcialmente atingidas.

### 2.2. Objetivos específicos

Introduzir alternativas de exploração agrícolas e não agrícolas nas áreas disponibilizadas, pautando-se nos princípios socioambientais.

### 2.3. Metodologia

As áreas de assistência técnica e de extensão rural são focos de múltiplos procedimentos metodológicos e de técnicas de intervenção. Não obstante, todas elas devem se pautar pelos princípios e proposições participativas, instituindo um

ambiente em que as ações comunicativas permitam o autoentendimento entre os atores.

#### 2.4. Área de ação

Filhos de produtores rurais, trabalhadores rurais, meeiros, parceiros e arrendatários que perderam as atividades ocupacionais nas propriedades totalmente ou parcialmente atingidas pelo empreendimento.

#### 2.5. Plano operacional do projeto

- Contratação de dois técnicos agrícolas para a condução do trabalho.
- Integrar pesquisadores da Epamig e técnicos da Emater/MG na proposição.
- Integrar as Secretarias Municipais envolvidas com as propostas de desenvolvimento local.
- Realizar diagnóstico agrônomo sobre a potencialidade da área produtiva.
- Reunião com os proprietários para identificar e definir as alternativas.
- Capacitar os novos atores econômicos.
- Reunião com os órgãos municipais, estaduais e federais de desenvolvimento sobre a estratégia desenvolvimentista.
- Agregar e definir responsabilidades.
- Definir cronograma de ações
- Introduzir e monitorar as atividades.
- Apresentar relatórios trimestrais aos produtores rurais parcialmente atingidos, aos empreendedores, aos órgãos públicos e entidades associadas a projeto.

#### 2.6. Recursos materiais

Materiais e equipamentos de escritório, um veículo e materiais necessários à prática das atividades de transferência tecnológica e de extensão rural.

#### 2.7. Produtos/Resultados

100% das áreas de 5 ha organizadas sob as novas bases produtivas.

#### 2.8. Equipe



A equipe deve ser transdisciplinar, envolvendo os empreendedores, a Associação de Produtores, os técnicos da Emater/MG, os pesquisadores da Epamig, as Secretarias Municipais e Estaduais, as Cooperativas e Órgãos e Conselhos de Comércio locais, bem como dois técnicos agrícolas que serão contratados pelos empreendedores. Enquanto esses técnicos foram a equipe de ATER, ela contará, também, com os membros das equipes de comunicação e de avaliação, visando difundir e avaliar as atividades desenvolvidas. Deve-se explicitar que essa equipe é a mesma que prestará os serviços de ATER para os que possuem áreas remanescentes, conforme apresentado no projeto anterior.

## 2.9. Cronograma

A constituição da equipe e o início de suas atividades devem ocorrer quando do início da formação do reservatório, se estendendo por um período de três anos.

## 2.10. Custos

Este projeto está orçado em R\$ 545.678,06.

## 3. Plano de ações para os pescadores profissionais

### 3.1. Objetivos

Apoiar a produção dos pescadores em seus novos contextos econômicos, bem como capacita-los para novas ocupações decorrentes do empreendimento.

### 3.2. Objetivos específicos

Introduzir ações de apoio, de intermediação e de articulação com o propósito de desenvolver profissionalmente os pescadores.

### 3.3. Metodologia

Os empreendedores, por intermédio dos seus representantes e das diferentes equipes instituídas, como a do PAS, dos técnicos agrícolas, da equipe de negociação e dos especialistas componentes do escritório em Jequitai,

introduzirão iniciativas e intermediarão reuniões visando organizar e implementar atividades de fortalecimento profissional dos pescadores. Com essas iniciativas espera-se uma articulação institucional, que permitirá os envolvimento dos diferentes atores institucionais no processo de mudança instituído. Portanto, com o plano de ações consolida-se a perspectiva de integração institucional para as transformações locais.

#### 3.4. Área de ação

Pescadores profissionais identificados e registrados no levantamento socioeconômico.

#### 3.5. Plano operacional do projeto

- Orientar tecnicamente e apoiar a criação da Associação dos Pescadores Profissionais de Jequitaiá.
- Orientar tecnicamente e apoiar a criação da Colônia de Pescadores de Jequitaiá.
- Introduzir e apoiar ações, junto aos órgãos competentes, para intensificar a fiscalização oficial do uso do lago.
- Em conformidade com os critérios técnicos, apoiar e facilitar a introdução de espécies de peixes da bacia do rio São Francisco para o lago do Jequitaiá.
- Apoiar e colaborar na definição de uma área visando a construção de um porto de acesso aos pescadores profissionais, com casa para a Associação e um galpão para guarda de barcos, motores e equipamentos da Associação.
- Articular com as instituições competentes a capacitação dos pescadores profissionais em turismo da pesca, formando barqueiros para guiar turistas em passeios no lago e no rio.

#### 3.6. Recursos materiais

Meios de comunicação e meios de transporte.

#### 3.7. Produtos/Resultados

- Associação criada.
- 100% dos pescadores profissionais capacitados em atividades relacionadas ao turismo da pesca.
- Infraestrutura da pesca instituída.
- Novas espécies de peixes introduzidas.
- Fiscalização do lago intensificada.

### 3.8. Equipe

A equipe é transdisciplinar, envolvendo a CODEVASF; a RURALMINAS, os pescadores profissionais, a equipe técnica do PAS, os técnicos da FRAMINAS no escritório do Projeto Jequitai em Jequitai e membros das equipes de comunicação e de avaliação. Ressalta-se a integração entre os diferentes componentes das equipes, as quais, em função do envolvimento no Projeto Jequitai e das necessidades específicas dos atingidos, podem executar tarefas diferentes, mas dentro do escopo do empreendimento.

### 3.9. Cronograma

A execução desse plano de ações deve ser iniciada dentro do prazo de 30 dias a partir da aprovação do PAS/BARRAGEM pelo CEAS/MG, se estendendo pelo período de um ano após o enchimento do lago.

### 3.10. Custos

Este projeto está orçado em R\$ 19.768,00.

## **4. Plano de ações para os trabalhadores rurais, meeiros/ parceiros/arrendatários**

### 4.1. Objetivos

Articular e consolidar ações institucionais voltadas para a inclusão econômica dos trabalhadores rurais e meeiros/ parceiros/arrendatários ao novo contexto econômico.

#### 4.2. Objetivos específicos

Introduzir ações de apoio visando a capacitação profissional desses atores para a inserção em novas atividades produtivas geradas pelo empreendimento.

#### 4.3. Metodologia

Levantamento de dados primários sobre as demandas municipais e as demandas dos segmentos sociais envolvidos com o projeto Jequitaí para que haja a identificação das alternativas ocupacionais e as necessidades de capacitação.

Realização de oficinas de trabalho junto aos trabalhadores rurais e meeiros/ parceiros/arrendatários e encaminhamentos tanto para o empreendedorismo quanto para os possíveis empregadores.

#### 4.4. Área de ação

Todos os trabalhadores rurais e meeiros/ parceiros/arrendatários que optarem pela capacitação e pelo compromisso com o desenvolvimento de alternativas produtivas.

#### 4.5. Plano operacional do projeto

- Articular com as Secretarias Municipais de Educação para obter o apoio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD/MEC) para oferecer cursos conforme o Projeto de Educação de Jovens e Adultos (EJA), mas concebidos e organizados sob os princípios e proposições dos Empreendimentos de Economia Solidária, estruturando as atividades dos atores econômicos em novas bases de organização na geração de renda.
- Articulação com SEBRAE e com o SESC para a capacitação dos trabalhadores rurais e meeiros/parceiros/arrendatários interessados no exercício das novas ocupações demandas no município.
- Identificação das instituições de capacitação que atuam na região, visando a institucionalização das articulações para o desenvolvimento local.

#### 4.6. Recursos materiais

Utilização dos meios de comunicação e dos meios de transporte, bem como a utilização da infraestrutura educacional do município para a realização das capacitações, tanto no meio rural quanto no meio urbano.

#### 4.7. Produtos/Resultados

- 60% dos envolvidos capacitados em EJA sob os princípios da economia solidária.

- 60% dos capacitados inseridos nas novas alternativas produtivas.

#### 4.8. Equipe

A equipe é transdisciplinar envolvendo a CODEVASF; a RURALMINAS; as Secretarias Municipais de Educação, a Secretaria Estadual de Educação, os serviços de apoio a desenvolvimento do empreendedorismo, a equipe técnica do PAS, a equipe do Projeto de Comunicação, a equipe do Projeto de Monitoria e Avaliação e o corpo docente nas escolas dos municípios envolvidas com propostas educativas que respondem às necessidades dos atingidos e às proposições de inclusão social pela educação.

#### 4.9. Cronograma

O início das atividades deve ocorrer a partir da identificação dos interessados em se capacitarem. Como referência, ela deve ser paralela à introdução dos serviços de assistência técnica, constituindo-se em uma alternativa para os que pretendem investir em outras atividades. O período de conclusão das capacitações é de quatro meses.

#### 4.10. Custos

Os recursos para o desenvolvimento deste plano de ações é da ordem de R\$ 47.712,00.

## **5. Plano de ações de segurança alimentar aos atingidos**

### 5.1. Objetivos

O objetivo, em conformidade com o conceito de segurança alimentar, em conformidade com a Resolução no. 317/2010 – CEAS/MG, é assegurar as garantias apresentadas pelos empreendedores às famílias atingidas diretamente pela construção do empreendimento.

## 5.2. Objetivos específicos

Assegurar o fornecimento de cestas básicas e de um salário mínimo em períodos de transição de cada um dos segmentos sociais que tiverem sua capacidade de produção desarticulada pela construção da barragem e pela formação do reservatório, para aqueles que dependem da água como fator de produção e para os que romperam relações de produção em função dos impactos do empreendimento, ou seja, perderam postos de trabalho.

## 5.3. Metodologia

Identificação dos registros daqueles que são o foco das ações e a definição dos procedimentos operacionais que garantam a segurança alimentar dos mesmos.

## 5.4. Área de ação

Todos os registrados no cadastro do diagnóstico socioeconômico realizado, constatando-se que as oportunidades produtivas tenham sido interrompidas pela construção do empreendimento.

## 5.5. Plano operacional do projeto

- Em conformidade com o Projeto de Comunicação, divulgar e esclarecer os diferentes segmentos sociais atingidos sobre a insegurança alimentar causada pela desarticulação das atividades produtivas.
- Identificar, com a participação dos atingidos em cada município, equipe do PAS e órgãos municipais, um local para distribuir as cestas básicas.
- Identificar, com a participação dos atingidos em cada município, equipe do PAS e órgãos municipais, as normas e logística para distribuir as cestas básicas, definindo-se o dia da semana ou do mês e os meios de distribuição.

- Estender, preferencialmente aos municípios atingidos, o interesse pela compra dos alimentos que constituem a cesta básica, desenvolvendo o mercado local.
- Instituir normas de produção, transporte e armazenamento dos alimentos, visando a manutenção das suas características, além de assegurar a frequência no fornecimento.
- Assegurar a frequência da distribuição aos atingidos.
- Assegurar o período de distribuição das cestas básicas<sup>74</sup> aos atingidos, considerando a forma como o empreendimento desarticula a capacidade produtiva ou a perda da ocupação. Especificamente, há a seguinte proposição de ações:
  - . Produtores rurais totalmente atingidos e produtores rurais parcialmente atingidos que optarem pelo reassentamento: o período se inicia com a interrupção da produção, devido a construção da barragem, ou pelo alagamento, até o momento em que se inicia a produção na área reassentada.
  - . Produtores rurais parcialmente atingidos que optarem por continuar a explorar a área remanescente: se a área requer organização em novas bases produtivas, haverá a distribuição de uma cesta básica desde a interrupção da produção na propriedade até o início da produção da área remanescente.
  - . Aos que optarem por áreas de 5 ha: o período é do impedimento ao acesso à área de trabalho e meia/parceria/arrendamento até a produção da área realocada.
  - . Aos pescadores profissionais: período de proibição da pesca devido a construção da barragem e na época da piracema.
  - . Areeiro: período de quatro meses em função da capacitação para alternativas de trabalho.
  - . Trabalhador rural: período de quatro meses em função da capacitação para alternativas de trabalho.

## 5.6. Recursos materiais

---

<sup>74</sup> Para os referidos períodos há a proposição de disponibilizar um salário mínimo para cada família dos atingidos.

Meios de comunicação, meios de transporte, recipientes e locais de armazenamento dos produtos.

#### 5.7. Produtos/Resultados

Distribuição de cestas básicas a todos os cadastrados, assegurados pela regularidade e pela quantidade e qualidade dos alimentos.

#### 5.8. Equipe

A equipe é transdisciplinar, constituída pela CODEVASF, pela RURALMINAS, pela equipe técnica do PAS, pela equipe do Projeto de Comunicação e pela equipe do Projeto de Monitoria e Avaliação, visando difundir, implementar e avaliar as atividades que devem assegurar a distribuição de alimentos. Deve-se destacar que esta proposição, como plano, ressalta o conjunto de ações vinculadas aos objetivos e metas, assegurando as condições mínimas da perda alimentar no processo de transição da inserção econômica dos atores econômicos.

#### 5.9. Cronograma

O Plano de Ações de Segurança Alimentar deve iniciar-se quando forem identificados os impedimentos para o acesso aos meios de produção e de trabalho, o que torna este período variável em função dos segmentos sociais atingidos pela construção do projeto. Assim, para os atingidos já capacitados, o período é de quatro meses. Não obstante, para os pescadores profissionais, o período pode se estender para até seis meses, e para os produtores rurais parcialmente atingidos, o período pode se estender até um ano, em função das condições de produção da propriedade. Para os produtores rurais reassentados, essa expectativa de garantia da segurança alimentar faz parte do Programa de Reassentamento.

#### 5.10. Custos

Como projeto para assegurar a alimentação dos atingidos em processo de transição econômica, o mesmo é orçado em R\$ 20.182,40. Deve-se explicitar que esse valor não inclui os custos de aquisição, transporte e armazenamento dos alimentos que compõem a cesta básica. Os mesmos serão apresentados em outro projeto.



## 6. Plano de ações para os residentes

As intervenções propostas no PAS/BARRAGEM voltadas aos residentes visa atender às coletividades. Por exemplo, as Secretarias Municipais, no geral, não possuem uma rede completa de serviços socioassistenciais, educacionais, etc., além da necessidade que elas apresentam de capacitação dos seus elementos e dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável. Especialmente em relação a esse Conselho, sobressai a necessidade de apreender os objetivos múltiplos do Projeto Jequitaiá, as alternativas de desenvolvimento local e a definição do papel do CMDRS no processo. Deste modo, em conformidade com os dados e informações apresentados nos diagnósticos realizados e nos projetos sugeridos, as necessidades das coletividades podem ser enquadradas em três tipos, quais sejam: as necessidades de recuperação, as necessidades de expansão e as necessidades de apoio às atividades.

Entre as necessidades de recuperação estão os prédios, tanto das escolas quanto dos postos de saúde e da segurança pública, as salas de aula, escadas, corrimão, quadra esportiva, banheiros, estradas vicinais, vias públicas, a contratação de recursos humanos para suprir as aposentadorias, a ampliação da brinquedoteca, a infraestrutura para a adequação dos serviços à saúde, o fortalecimento das SMAS no sentido de instituir a rede completa de serviços e a definição orçamentária em conformidade com a legislação visando manter os serviços socioassistenciais, educacionais, de segurança e de lazer para as populações residentes nas áreas atingidas pela construção do empreendimento.

Entre as necessidades de expansão estão aquelas que atendem a nova demanda<sup>75</sup>. Para tanto, é preciso aumentar o número de salas de aulas, as bibliotecas são pequenas, a sala da merenda escolar possui um espaço pequeno, torna-se necessário adquirir equipamentos médicos, a aquisição de população residente na área rural. Por sua vez, as necessidades de apoio estão relacionadas à capacitação do corpo docente, a compra de veículos para as atividades socioassistenciais, de saúde e de segurança pública, além da

---

<sup>75</sup> Identificou-se que o Projeto Jequitaiá irá envolver em torno de 300 pessoas. Se ocorrer a migração de trabalhadores e de suas famílias haverá a competição por serviços socioassistenciais e educacionais em geral e, também, por programas sociais já implementados nos municípios.

aquisição de moto patrulha, de computadores, de equipamentos de multimídia, a implantação da telefonia móvel para o número de emergência 190 e a criação de uma unidade da polícia civil.

Nota-se que os três tipos de necessidades identificadas estão vinculados tanto ao atendimento da demanda atual quanto da possível nova demanda. Não obstante, como constatado, a oferta dos serviços socioassistenciais, educacionais, de saúde, de vigilância e de lazer não atendem totalmente a demanda atual. Nesse sentido, os empreendedores precisam atuar junto à construtora para que ela contrate a mão de obra necessária ao empreendimento a partir da disponível nas localidades. Se ocorrer a importação dessa mão de obra, a pressão sobre os serviços aumentará. Se houver a capacitação da mão de obra local, haverá necessidade de outros investimentos, mas a pressão sobre os serviços não aumentará. Sob qualquer hipótese, planos de ações devem ser estruturados, envolvendo os empreendedores, a construtora e os órgãos públicos locais e estaduais que visam a melhoria da qualidade de vida e a formação dos cidadãos nas áreas atingidas.

### 6.1. Objetivos

Os residentes se constituem em uma das categorias sob o conjunto designado como coletividade. Em função da categorização das necessidades dessa coletividade, identificou-se, em função da pressão demográfica sobre os recursos socioassistenciais nos municípios, a necessidade de recuperar, de expandir e de fortalecer o apoio àqueles recursos. Portanto, o objetivo é delimitar ações que possam solucionar essas necessidades.

### 6.2. Objetivos específicos

Consiste em recuperar, expandir e fortalecer as ações de apoio necessárias à disponibilização e execução dos serviços socioassistenciais, educacionais, de saúde, de segurança e de lazer para os residentes nas áreas de influência do projeto Jequitaí. Convém enfatizar que a referência aos residentes está na expectativa de que a pressão demográfica sobre a disponibilização daqueles serviços ocorra e que há a necessidade de adequação a essa nova demanda.

### 6.3. Metodologia

Articulação institucional e estabelecimento de parcerias, construindo o aparato legal para a recuperação, a expansão e o fortalecimento das ações dos serviços socioassistenciais.

### 6.4. Área de ação

Os serviços socioassistenciais dos municípios de Claro dos Poções, Francisco Dumont e Jequitaiá.

### 6.5. Plano operacional do projeto

- Articulação e coordenação da equipe técnica do PAS com as instituições locais e estaduais de desenvolvimento. Para tanto, contatos e reuniões devem ser instituídos para formar consciência integradora em função das necessidades de recuperar, expandir e apoiar ações vinculadas aos serviços socioassistenciais. Por exemplo, um dos problemas identificados pelos atingidos e residentes dos municípios é a condição das estradas rurais, o que afeta o acesso às escolas, a prestação de serviços socioassistenciais, de saúde, de segurança, de lazer, o transporte de bens, o escoamento da produção agrícola, etc. É um problema que requer ação integrada das instituições, não de soluções imediatistas, mas de identificar alternativas institucionalizadas para a solução. Sob esse propósito, a Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República<sup>76</sup> institui parcerias das prefeituras de municípios com menos de 50 mil habitantes no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) visando a construção e recuperação de estradas vicinais. Apenas para ilustração, está previsto a doação de 3.591 retroescavadeiras e 1.330 motoniveladoras. A iniciativa está em identificar essas alternativas institucionalizadas, analisar os pré-requisitos e preencher os formulários disponibilizados no portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

---

<sup>76</sup>Disponível em: [www.secom.gov.br/sobre-a-secom/acoes-e-programas/comunicacao-publica](http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/acoes-e-programas/comunicacao-publica). Acesso em 30/07/2012.

- Assumir que, por princípios, as instituições não foram criadas para interagir e nem para intervir de forma integrada. Portanto, o processo é lento, chegando a ser desanimador.
  
- Delimitar articulações e coordenar ações visando a recuperação dos serviços socioassistenciais. Essa proposição implica em:
  - a. Elaborar diagnóstico técnico sobre a intensidade das necessidades de recuperação e as implicações por setores.
  - b. Identificar materiais, recursos humanos e financeiros para a recuperação e para as implicações da recuperação por setores.
  - c. Identificar disponibilidades de materiais, recursos humanos e recursos financeiros requeridos por setores.
  - d. Reunião entre os setores para análise do diagnóstico e elaborar o diagnóstico integrado da recuperação.
  - e. Apresentar o diagnóstico integrado aos órgãos públicos municipais, aos empreendedores e à construtora visando a obtenção de apoio e soluções.
  - f. Identificar alternativas institucionalizadas, na esfera federal, para as soluções.
  - g. Apresentar o diagnóstico integrado aos órgãos públicos estaduais, com o apoio dos órgãos públicos municipais, empreendedores e construtora.
  - h. Definir equipes, responsabilidades, tarefas e cronograma sobre a execução das atividades de recuperação.
  - i. Implementar as alternativas e opções encontradas para a solução das necessidades identificadas.
  - j. Apresentar o relatório sobre as recuperações aos órgãos públicos, aos empreendedores e à construtora.
  
- Delimitar articulações e coordenar ações visando a expansão dos serviços socioassistenciais. Essa proposição implica em:
  - a. Elaborar diagnóstico técnico sobre a intensidade das necessidades de expansão e as implicações diagnosticadas por setores.

- b. Identificar materiais, recursos humanos e financeiros para a expansão e as implicações por setores.
- c. Identificar disponibilidades de materiais, recursos humanos e total de recursos financeiros requeridos por setores.
- d. Reunião entre os setores para análise do diagnóstico e elaborar o diagnóstico integrado da expansão.
- e. Apresentar o diagnóstico integrado aos órgãos públicos municipais, aos empreendedores e à construtora visando a obtenção de apoio e soluções.
- f. Identificar alternativas institucionalizadas, na esfera federal, para as soluções.
- g. Apresentar o diagnóstico integrado aos órgãos públicos estaduais, com o apoio dos órgãos públicos municipais, empreendedores e construtora.
- h. Definir equipes, responsabilidades, tarefas e cronograma sobre a execução das atividades de expansão.
- i. Implementar as alternativas e opções encontradas para a solução das necessidades identificadas.
- j. Apresentar o relatório sobre a expansão aos órgãos públicos, aos empreendedores e à construtora.
  - Delimitar articulações e coordenar ações visando a expansão dos serviços socioassistenciais. Essa proposição implica em:
    - a. Elaborar diagnóstico técnico sobre a intensidade das necessidades de apoio e as implicações por setores.
    - b. Identificar materiais, recursos humanos e financeiros para a obtenção dos equipamentos e recursos que constituem o apoio e as implicações por setores.
    - c. Identificar disponibilidades de materiais, recursos humanos e recursos financeiros requeridos por setores.
    - d. Reunião entre os setores para análise do diagnóstico e elaborar o diagnóstico integrado.

- e. Apresentar o diagnóstico integrado aos órgãos públicos municipais, aos empreendedores e à construtora visando a obtenção de apoio e soluções.
- f. Identificar alternativas institucionalizadas, na esfera federal, para as soluções.
- g. Apresentar o diagnóstico integrado aos órgãos públicos estaduais, com o apoio dos órgãos públicos municipais, empreendedores e construtora.
- h. Definir equipes, responsabilidades, tarefas e cronograma sobre a execução das atividades de apoio.
- i. Implementar as alternativas e opções encontradas para a solução das necessidades identificadas.
- j. Apresentar o relatório sobre o resultado dos itens obtidos aos órgãos públicos, aos empreendedores e à empresa construtora.

#### 6.6. Recursos materiais

Materiais de escritório, meios de comunicação, meios de transporte e o uso de ambientes propícios às reuniões com grande público e com grupos pequenos de pessoas.

#### 6.7. Produtos/Resultado

Solucionar em 100% as necessidades de recuperação, de expansão e de apoio. Com isto, espera-se apresentar um modelo de aparato institucional estruturado de forma integrada para o desenvolvimento local em contextos de construção de barragem.

#### 6.8. Equipe

A equipe é transdisciplinar, sendo que a articulação e a coordenação da equipe técnica do PAS, que envolverá órgãos públicos municipais, estaduais e federais, além dos empreendedores e da construtora, em função das soluções que serão decorrentes da natureza e da intensidade das necessidades identificadas. É o emprego da abordagem multi-institucional para a solução das necessidades apresentadas. Além disso, há o envolvimento necessário da equipe de comunicação e da equipe de monitoria e avaliação que devem atuar juntamente com os recursos humanos disponibilizados nos órgãos públicos.

## 6.9. Cronograma

Considerando a lentidão do processo interativo institucional, há a proposição de este plano de ações se inicie dentro do período de 30 dias após a aprovação do PAS/BARRAGEM pelo CEAS/MG e se estenda por um período de três anos.

## 6.10. Custos

Este projeto está orçado em R\$ 42.414,40.

## **7. Planos de Ações para a reativação econômica das comunidades**

O termo comunidades, conforme empregado no Projeto Plano de Negociação permite agregar o conjunto de atores sociais e institucionais que estão envolvidos pela construção do empreendimento nos três municípios em questão. São coletividades que passarão a conviver diariamente com as atividades do empreendimento em geral, mas que apresentam expectativas em relação à trajetória desenvolvimentista dos municípios. Se, por um lado, não têm ocorrido alternativas que induzam às mudanças socioeconômicas esperadas, e há críticas sobre essa inércia, por outro, a ocorrência dessa introdução suscita preocupações. Uma delas é com a exacerbação do otimismo e a outra é o fortalecimento do pessimismo histórico.

### 7.1. Objetivos

Sem valorizar uma ou outra tendência expressada pelos atores sociais e institucionais, o plano de ações apresenta essas preocupações e propõe intervenções para que as coletividades se afastem tanto do otimismo quanto do pessimismo.

### 7.2. Objetivos específicos

Reativar economicamente os municípios atingidos pela construção do empreendimento a partir da inserção da mão de obra no Projeto Jequitaí, dinamizando as atividades econômicas dos setores vinculados à construção do projeto e aos vinculados à indústria do turismo. Para tanto, torna-se necessário apresentar proposições e em estrutura-las de forma integrada, evidenciando a relevância das implicações entre elas.

### 7.3. Metodologia

Articulação entre as instituições vinculadas às proposições de desenvolvimento regional e local e a consolidação de parcerias entre elas.

### 7.4. Área de ação

Dimensões econômica, social e institucional de desenvolvimento dos municípios de Claro dos Poções, Francisco Dumont e Jequitaí.

### 7.5. Plano operacional do projeto

A necessidade de reativação econômica dos municípios é centrada na oferta de empregos que o empreendimento irá apresentar. Essa necessidade se justifica, em conformidade com os diagnósticos descritos, pela incapacidade dos municípios gerarem, ao longo das suas trajetórias históricas, empregos. Apenas para ilustrar, a partir do momento que as reuniões com as comunidades em geral começaram a ser realizadas, o CRAS dos municípios atingidos passaram a ser procurados pelos seus residentes para obter informações sobre o encaminhamento de currículos a possíveis oportunidades de trabalho nas atividades a serem geradas pelo empreendimento.

Se, por um lado, registra-se esta demanda, por outro, emergem outras necessidades, como a de qualificação inicial dessa mão de obra. Não obstante, isto não é o fim da interação complexa que surge com o trabalho. O que se constata é que, a partir do emprego, as necessidades se estendem, com implicações diversas. Ao assumir essas implicações, a reativação econômica será possível pela integração institucional apresentada anteriormente, o que permitirá a sustentabilidade econômica e social do empreendimento ao longo do tempo. Isto é, a concepção de reativação econômica não é *cross-sectional*, mas longitudinal e intersetorial, uma vez que ela pode surgir com o emprego no empreendimento, mas se estende aos serviços de apoio e aos serviços que emergem de ambos, como, por exemplo, os serviços associados à indústria do turismo.

Para a reativação econômica, há, portanto, a necessidade de emprego imediato, decorrente da construção da barragem, considerando-se principalmente as qualificações associadas a ele, conforme registrado em item anterior. Além disso, há empregos gerados pela formação do reservatório, o qual permitirá introduzir



novas ocupações e reativar as tradicionais nos municípios. Portanto, deve-se assimilar que a reativação econômica deve ocorrer ao longo do tempo, ser intersetorial e gerada de forma multi-institucional. Assim sendo, pode-se potencializar a capacidade do empreendimento, pode-se intensificar o potencial agropecuário produtivo existente e intensificar e potencializar os serviços em geral, e, em especial, a indústria do turismo de lazer.

As ações a serem introduzidas se constituem da aproximação das instituições e dos atores sociais sobre a proposição da reativação econômica. Como marco inicial, se assume que outras ações serão decorrentes dessas iniciais, as quais dependerão do envolvimento das instituições locais e das especificidades dos casos que possam ocorrer. Assim, a definição das ações não se constitui em definir regras de comportamento, mas de instituir o marco inicial para a reativação econômica. A partir de então, as seguintes ações tornam-se necessárias:

- a. Reunião com os órgãos governamentais locais para análise da proposição sobre a intervenção integrada e a realização do diagnóstico para introduzir o Plano de Reativação Econômica.
- b. Definir equipes, responsabilidades, tarefas e cronograma sobre a execução das atividades do Plano.
- c. Elaborar diagnóstico sobre a demanda de mão de obra por parte da construtora com as qualificações requeridas e os pré-requisitos para a contratação identificados.
- d. Discutir e identificar ações a partir do diagnóstico realizado, definindo responsabilidades e prazos.
- e. Apresentação dos resultados para a Diretoria da Construtora e para os Coordenadores do empreendimento.
- f. Identificar as prioridades e introduzir as ações junto à população local, envolvendo o recrutamento e o envolvimento das instituições para a capacitação.
- g. Identificar e envolver as instituições nas alternativas possíveis de desenvolvimento, as quais podem ser traçadas a partir do empreendimento. O propósito é introduzir os diferentes setores da

economia e da sociedade na proposta de desenvolvimento integrado, destacando-se a indústria do turismo de lazer e religioso.

- h. Elaborar proposta de desenvolvimento intersetorial centrado na indústria do turismo.
- i. Apresentar a proposta aos órgãos locais, estaduais e federais.
- j. Estabelecer as articulações, parcerias, acordos e responsabilidades.
- k. Implementar as ações dentro do cronograma definido.
- l. Monitorar as execução das trajetórias e propor correções de rumo ou a intensificação das iniciativas introduzidas, quando necessárias.
- m. Apresentar relatório trimestral às instituições envolvidas e à comunidade em geral sobre o Plano de Reativação econômica.

#### 7.6. Recursos materiais

Materiais de escritório, meios de comunicação, meios de transporte e o uso de ambientes propícios às reuniões com grande público e com grupos pequenos de pessoas.

#### 7.7. Produtos/Resultados

- 20%, no mínimo, da mão de obra contratada pela construtora devem pertencer aos municípios atingidos pelo empreendimento.
- aumento de 20% da mão de obra contratada nas atividades correlatas ao empreendimento, tais como oficinas mecânicas, produção agropecuária, pedreiro, alimentação, hospedagem, construção civil, etc.
- expansão em 50% da capacidade turística dos municípios, identificando-se o número de eventos, o número de participantes por eventos e a infraestrutura expandida em termos de números e de capacidades. Por exemplo, uma pousada para 30 pessoas.

#### 7.8. Equipe

Equipe transdisciplinar envolvendo a equipe técnica do PAS, dos Centros de Referências e das Secretarias Municipais envolvidas com a proposição de desenvolvimento sustentável. A partir desse envolvimento, outros serão possíveis como o SEBRAE, o SENAR, o SENAC, o Ministério da Integração Nacional, o Ministério das Cidades, o Ministério do Meio Ambiente, a Caixa Econômica Federal, etc. Além disso, há o envolvimento da equipe de comunicação, da equipe de monitoria e avaliação e da equipe de técnicos disponibilizada nos órgãos e entidades identificadas.

#### 7.9. Cronograma

Quando da contratação da construtora e dentro do prazo de 30 dias a partir da aprovação do PAS/BARRAGEM pelo CEAS/MG e se estenderá por um período de três anos.

#### 7.10. Custos

O orçamento deste plano de ações é da ordem de R\$ 92.758,40

### **8. Plano de ações para reestruturação viária e garantia de acessibilidades**

As comunidades em geral, conforme apresentado no Projeto de Comunicação, sentem a necessidade de informações e de dados sobre a construção do empreendimento. Nesse sentido, dois conteúdos emergem como sendo de grande relevância, ou seja, o local da construção, com as implicações associadas a ela, e a extensão do alagamento e suas implicações. Com respeito aos dois conteúdos, as implicações se constituem em mudanças que devem ocorrer no sistema viário e nas operações dos serviços de transporte público, além dos efeitos danosos nas vias de transportes rural e urbano e nas respectivas residências, em função do intenso tráfego de caminhões, ônibus, máquinas e equipamentos.

#### 8.1. Objetivos

O principal objetivo é assegurar as ligações de todas as comunidades, incluindo-se as reassentadas em função do empreendimento.

## 8.2. Objetivos específicos

Repor, reconstruir ou recuperar as vias rurais e urbanas, os acessos, as travessias, as pontes e os caminhos usados pelos residentes, resultado das atividades associadas ao empreendimento. Como consequência, há a proposição de que não ocorra o alongamento das distâncias e o consequente aumento de despesas de transporte de pessoas ou de mercadorias.

## 8.3. Metodologia

Observação participante junto às atividades do empreendimento, junto aos residentes e aos representantes dos poderes locais, visando o registro e a obtenção de fotos que possam ilustrar os problemas em questão.

## 8.4. Área de ação

Área utilizada e explorada pela construtora para desenvolver as atividades associadas à construção do empreendimento.

## 8.5. Plano operacional do projeto

Este plano de ações para a reestruturação viária e a garantia de acessibilidade aos atingidos, aos residentes e às comunidades em geral envolvidas pelo empreendimento deve ser trabalhado em consonância com as proposições do Plano de Gestão Ambiental Integrado. De acordo com esse Plano, há a proposição de desenvolver o Programa de Redimensionamento e Adequação de Infraestrutura Diretamente Afetada. Com isso, a articulação das intervenções permitirá a recuperação e a expansão da infraestrutura afetada. Para tanto, as seguintes ações serão desenvolvidas:

- a. Identificação das vias a serem utilizadas antes, durante e após a conclusão do empreendimento e registro das condições das mesmas.
- b. Utilização das orientações apresentadas no Projeto de Comunicação para a reunião dos construtores e empreendedores com as comunidades em geral, seus representantes e órgãos públicos envolvidos com a construção do empreendimento.

- c. Realizar as reuniões visando a discussão, a negociação e a aprovação, destacando-se especialmente as responsabilidades, por parte dos envolvidos, das reivindicações apresentadas.
- d. Encaminhar e catalogar no Ministério da Integração Nacional e no Ministério das Cidades as proposições das reuniões realizadas.
- e. Identificar e institucionalizar a equipe de monitoria e de avaliação, entre os participantes das reuniões, para o acompanhamento do uso das vias públicas rurais e urbanas e as suas implicações para os residentes em geral.
- f. Realizar reuniões trimestrais visando à apresentação dos resultados da monitoria e da avaliação, bem como a ocorrência das consequências não previstas e suas implicações.

#### 8.6. Recursos materiais

Materiais de escritório, meios de comunicação, meios de transporte e locais para reuniões de grandes grupos e de pequenos grupos.

#### 8.7. Produtos/Resultados

100% de recuperação e de reposição das vias utilizadas e afetadas pelas atividades relacionadas ao empreendimento, as quais serão registradas por fotos obtidos antes, durante e após a realização das obras.

#### 8.8. Equipe

E equipe é transdisciplinar envolvendo a CODEVASF, a RURALMINAS, a empresa construtora e os órgãos públicos locais e estaduais relacionados aos problemas em questão. Além disso, os recursos humanos necessários a execução desse plano de ações advêm da disponibilidade das equipes técnicas nos órgãos públicas e entidades, articulados e coordenados pela equipe do PAS, pela equipe de comunicação e pela equipe de monitoria e de avaliação. Não obstante, assumindo que o Estado possui o objetivo de promover o bem público, cabe aos seus órgãos se constituírem na referência principal para conduzir e administrar, inicialmente, esse plano de ações, juntamente com os representantes dos empreendedores e a equipe técnica do PAS. Além disso, identificada e criada a comissão de monitoria e avaliação instituída no Projeto de Avaliação, ela

também se envolverá com aquela condução, a qual deve seguir a abordagem da integração envolvendo as múltiplas instituições no processo de construção do empreendimento.

#### 8.9. Cronograma

O plano de ações deve ser iniciado após a contratação da construtora e dentro do prazo de 30 dias a partir da aprovação do PAS/BARRAGEM pelo CEAS/MG. Evidentemente, esse projeto deve ser iniciado após e paralelamente a outros projetos, atuando de forma preventiva em relação aos possíveis impactos identificados sobre a infraestrutura rural e urbana dos municípios.

#### 8.10. Custos

Os recursos financeiros se referem à execução deste Plano de Ações. Não obstante, a reparação, a recuperação ou a expansão dependerá das ações introduzidas neste Plano para obter os recursos necessários para esses fins. Por exemplo, ao identificar as alternativas de financiamentos institucionalizados, tem-se que o Ministério das Cidades possui programas e ações que beneficiam municípios que possuem até 100.000 habitantes. Entre essas intervenções estão a implantação ou melhoria de obras de infraestrutura urbana, recuperação e reforma de vias públicas, recuperação de malha viária e reforma, recuperação de estradas vicinais e construção de casas residenciais.

Há também as possíveis parcerias que as Prefeituras podem realizar no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC2) para a recuperação de estradas vicinais em municípios com até 50 mil habitantes. Essas parcerias são induzidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário<sup>77</sup>.

Para a execução deste projeto está previsto o orçamento de R\$ 54.790,40.

Um cronograma geral apresentando os programas obrigatórios e particulares da região proposto nesse Plano de Assistência Social é apresentado na página 200.

---

<sup>77</sup> Conforme disponível em <[www.secom.gov.br/sobre-a-secom/acoes-e-programas/comunicacao-publica](http://www.secom.gov.br/sobre-a-secom/acoes-e-programas/comunicacao-publica)>. Acesso em 30/07/2012.

## Parte E - Encaminhamentos conforme o CEAS

O objetivo deste item é tornar explícito o compromisso dos empreendedores quanto às etapas a serem cumpridas após a submissão e a aprovação do Plano de Assistência/BARRAGEM pelo CEAS/MG. Essas etapas são as seguintes:

- 1) Apresentação e disponibilização do PAS/BARRAGEM às Comunidades; aos Centros de Referência de Assistência Social; aos Conselhos Municipais de Assistência Social.

Deve-se destacar que na coleta dos dados e na redação do diagnóstico sobre os recursos socioassistenciais, o CRAS, o CMAS, a Secretaria Municipal da Saúde, a Secretaria Municipal da Educação, a Polícia Militar, a Secretaria do Meio Ambiente e o Departamento de Assistência Social foram envolvidos de forma participativa em ambas as atividades.

- 2) Protocolo do PAS/BARRAGEM no CEAS para análise.

Há o conhecimento sobre os procedimentos orientadores da Resolução No. 318/2010 – CEAS/MG sobre a análise após o protocolo do PAS/BARRAGEM no CEAS/MG. Por exemplo, a consulta aos Conselhos Municipais de Assistência Social e aos órgãos administrativos locais, a realização de visitas aos locais para elaborar o parecer técnico, além de, se necessário, reunir com os empreendedores.

- 3) Entrega de cópias, pelo empreendedor, aos CMAS dos municípios atingidos.
- 4) Vigência do PAS/BARRAGEM: é até a sua total implantação, podendo se estender por deliberação do CEAS.
- 5) Observações, contribuições, denúncias e indagações dos CMAS deverão ser encaminhadas ao CEAS.
- 6) No processo de implementação do PAS registra-se a necessidade de protocolar no CEAS os relatórios trimestrais e semestrais de acordo com o empreendimento e deliberação do Conselho, conforme modelo sugerido pela Resolução 317/2010 – CEAS/MG.





ANEXO II  
ESTUDO SOCIOECONOMICO

Proprietários atingidos pela Barragem de Jequitai

No.	Sit.	Prop.	Proprietário	Município	Área Total (ha)	Área Indenizada (ha)	%	Totalm. Atingidas	Idade	Grau de escolaridade	Profiss.	Saúde	Uso da prop	At. Econ.	Res. Prop.	Membro usuário das Políticas Sociais			Renda Mensal	Caracterização da residência e benfeitorias										
																Acessa: Sim ou Não	Qual?	Valor SM		Salário + Benefício SM	Nº. Cômodos	Área construída (em m²)	Tipo de construção	Água para consumo	Energia elétrica	Esgoto	Destinação do lixo	Meios de comunicação	Condições de via de acesso (asfalto, pedra, Terra e etc.)	Benfeitorias*
1	Adq.	JQ-399A	Sebastião de Pascoa Fonseca	Jequitai	2,5100	2,0500	82%	Sim	79	NR	AG	RE	AP	AG	N	N			1	5		AD	RLO	VL	NB	SC	Fone	Terra		
2	Adq.	JQ-381	Romeu Bonifácio da Fonseca	Jequitai	54,5359	57,0247	105%	Sim	79	NR	AG	RE	AP	AG	N	S	PBF	0,1	1,4	12		AR	PN	S	FO	SC	Fone	Terra		
3	Adq.	JQ-475	Vicente de Paula da Fonseca	Jequitai	128,3129	133,1700	104%	Sim																						
4	Adq.	JQ-391	Luiz Gonzaga Benfica	Jequitai	6,6461	6,7100	101%	Sim	65	BI	AG	B	AP	AG	N	N			4,82	10		AR	PN	S	NR	SC	Fone	Terra		
5	Adq.	JQ-393G	Claudio Rodrigues da Silva	Jequitai	21,8118	21,8118	100%	Sim	36	FI	AG	B	AP	A	N	N				11		AR	CC	S	FO	SC	Fone	Terra		
6	Adq.	JQ-386	José Geraldo de Aguiar	Jequitai	1,9621	1,9621	100%	Sim	71	A	AG	MB	AP	AG	N	N			5,5	8		AR	RG	S	FO	SC	Fone	Terra		
7	Adq.	JQ-382A	Valdeci Ramos Costa	Jequitai	8,5165	8,5165	100%	Sim	43	BI	AG	B	AP	AG	N	N				0		AR	PN	S	FO	SC	Fone	Terra		
8	Adq.	JQ-443	Vitorino Augusto Medeiros (Falecido)	Jequitai	26,0511	26,0511	100%	Sim																						
9	Adq.	JQ-450	Juvenal Antonio da Costa (Falecido)	Jequitai	71,0000	25,0000	35%	Sim																						
10	Adq.	JQ-441	Elosina Pereira Neves	Jequitai	44,3012	44,0473	99%	Sim	74	BI	AG	B	AP	AG	N	N			3,81	6		AD	RLO	S	FO	SC	Fone	Terra		
11	Adq.	JQ-395A	Luiz Gonzaga Benfica	Jequitai	14,5199	14,4200	99%	Sim																						
12	Adq.	JQ-388	Pedro Leite Fonseca	Jequitai	9,2891	9,1200	98%	Sim	57	NR	AG	MB	AP	AG	N	N			11,05	8		AR	RLO	S	FO	SC	Fone	Terra		
13	Adq.	JQ-454A	Ércio de Assis Gonçalves	Jequitai	49,4361	47,1000	95%	Sim																						
14	Adq.	JQ-382	Domingos Ramos Fonseca	Jequitai	130,0997	113,9749	88%	Sim																						
15	Adq.	JQ-419	Geraldo Alci Glória E "Outros	Jequitai	38,0132	32,5400	86%	Sim																						
16	Adq.	JQ-393K	Bento Argola Dos Santos	Jequitai	27,7777	23,5600	85%	Sim	46	A	AG	MB	AP	AG	S	N			2,32	6		AR	AP	S	RC	SC	Fone	Terra		
17	Adq.	JQ-448	Mauro Xavier de Oliveira	Jequitai	399,3175	296,8002	74%	Sim																						
18	Adq.	JQ-451	Herdeiros de João Antônio da Costa	Jequitai	145,4614	95,2042	65%	Não																						
19	Adq.	JQ-394	Geraldo Rodrigues da Silva (Falecido)	Jequitai	133,1535	78,6594	59%	Não																						
20	Adq.	JQ-449	Sebastião Duarte Filho	Jequitai	187,7782	98,3792	52%	Não	64	FC	AG	RE	AP	AG	N	N			2	10		AR	RG	S	FO	SC	Fone	Terra		
21	Adq.	JQ-393L	Dilson Antonio Mota E Outros	Jequitai	29,9298	6,4385	22%	Não	49	BI	AG	RE	AP	AG	N	N			4,77	6		AR	RLO	S	FO	SC	Fone	Terra		
22	Adq.	JQ-331	Antônio Duarte da Fonseca	Jequitai	657,0561	80,0700	12%	Não																						
23	Adq.	JQ-329	Geraldo Alci Glória	F.Dumont	133,0966	117,8200	89%	Sim																						
24	Adq.	JQ-438A	Altair Aguiar Frois	F.Dumont	43,3279	33,2400	77%	Sim																						
25	Adq.	JQ-390	Jucelino Dias Dos Santos	F.Dumont	90,0475	41,2292	46%	Não	67	BI	AG	B	AP	AG	N	N			9,65	10		AR	RG	S	FO	SC	Fone	Terra		
26	Adq.	JQ-406	Altamiro de Medeiros Fonseca	F.Dumont	138,3138	61,1334	44%	Não	68	FI	AG	RE	AP	AG	N	N				8		AR	PO	S	FO	SC	Fone	Terra		
27	Adq.	JQ-438	Silvano Justino PAnto	F.Dumont	270,4656	72,9398	27%	Não	86	A	AG	B	AP	AG	N	N			1	15		AR	RG	S	RC	SC	Fone	Terra		
28	Adq.	JQ-432	Francisco Evangelista Leite	F.Dumont	504,8060	55,4983	11%	Não	89	NR	AG	RE	AP	AG	N	N			5,6	16		AR	PN	S	FO	SC	Fone	Terra		
29	Adq.	JQ-414	Geraldo Alci Glória	F.Dumont	134,2980	6,2766	5%	Não																						
30	Adq.	JQ-401	José Antônio de Lima	F.Dumont	219,1010	7,3604	3%	Não																						
31	Adq.	JQ-433	Francisco Evangelista Leite	F.Dumont	152,2845	0,0000	0%	Não																						
32	Adq.	JQ-357	Silvano Leite Fonseca	C. Poções	123,5562	123,5562	100%	Sim																						
33	PA	JQ-355F	Odete Duarte Barbosa	Jequitai	138,2424	52,4002	38%	Não													174	AR	RG	S	RC	SC	FONE	Terra		
34	PA	JQ-395	Raimundo Pereira Benfica	Jequitai	37,3000	25,5244	68%	Sim	76	BI	AG	RE	AP	AG	N	N			4,58	5	43,8	AR	RLO	S	FO	SC	Fone	Terra		
35	PA	JQ-393H	Espólio de Anacleto Rodrigues	Jequitai	100,0000	24,4400	24%	Não																						
36	PA	JQ-452	Valdeci Ramos Costa	Jequitai	19,3547	19,3547	56%	Não											1,94											
37	PA	JQ-393I	Daniela Lopes Silva Felix E Marcos Aurelio Lopes Silva	Jequitai	29,4655	18,7922	64%	Não	20	FC	AG	B	AP	A	N	N				6		AR	RG	S	FO	SC	Fone	Terra		
38	PA	JQ-400A	VICENTE NEVES DE OLIVEIRA E OUTROS	Jequitai	92,1522	14,6726	16%	Não																						
39	PA	JQ-384A	Juarez José Rosa	Jequitai	31,8360	11,8208	37%	Não	37	BC	AG	B	AP	AG	N	N			1,65	5	62,65	AR	PN	S	FO	SC	Fone	Terra		
40	PA	JQ-392A	Luiz Gonzaga Benfica	Jequitai	21,1500	10,1800	48%	Não																						
41	PA	JQ-381A	Carlos Alberto Fonseca	Jequitai	25,0560	7,7376	31%	Não	48	FI	AG	B	AP	AG	N	N			NR	8		AR	P	S	F	SC	Fone	Terra		
42	PA	JQ-399B	Isauro Duarte da Fonseca	Jequitai	9,0000	7,3300	81%	Sim													64,02	ASR	PN	S	FO	SC	Fone	Terra		
43	PA	JQ-393J	Aluísio	Jequitai	100,0000	6,9902	7%	Não	41	FC	AG	B	AP	AG	N	N				8		AR	AT	S	FO	SC	Fone	Terra		
44	PA	JQ-442A	Elosina Pereira Neves	Jequitai	30,0000	6,4100	21%	Não																						
45	PA	JQ-447	Efigênio de Jesus Alquimem	Jequitai	11,0493	5,7534	52%	Não	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR	NR				26,86	PP	NR	S	FO	SC	Fone	Terra			
46	PA	JQ-396A	Orozimbo Pereira da Silva (Falecido)	Jequitai	24,0451	5,4749	23%	Não																						
47	PA	JQ-397	Espólio Orozimbo Pereira da Silva	Jequitai	24,0451	5,4749	23%	Não													45	PP	RLO	S	FO	SC	Fone	Terra		
48	PA	JQ-384D	Denir de Oliveira Gomes	Jequitai	5,7346	4,7677	83%	Sim	52	A	AG	RE	AP	AG	N	N				4	44,25	AR	RLO	S	FO	SC	Fone	Terra		
49	PA	JQ-393O	Fagner A. Benfica R. Souza E Magno A. Benfica R. Sou	Jequitai	9,9587	4,1759	42%	Não	33	BC	AG	MB	AP	AG	N	N			2,89	6		AR	RG	S	RC	SC	Fone	Terra		
50	PA	JQ-399	Pergentino Miguel Coelho	Jequitai	166,3400	4,0400	2%	Não	53	BC	AG	B	AP	AG	N	N			1	6	63,36	AR	RLO	S	OF	SC	Fone	Terra		
51	PA	JQ-359	Espólio Deraldino Geraldo Fonseca	Jequitai	4,2700	2,9000	68%	Sim												9	92,1	AE	RG	S	RC	SC	Fone	Terra		
52	PA	JQ-384E	José Ferreira de Oliveira	Jequitai	5,1907	2,4399	47%	Não	59	BI	AG	B	AP	AG	N	N			2	6		AR	RLO	S	FO	SC	Fone	Terra		
53	PA	JQ-453	VICENTE NEVES de OLIVEIRA E OUTROS	Jequitai	9,3800	0,0005	0%	Não	61	A	AG	B	AP	AG	N	N				4		AR	PN	NR	FO	SC	Fone	Terra		
54	PA	JQ-356A	JOSÉ ONIDES QUEIRÓZ DA FONSECA	Jeq./C. Poções	11,0450	11,0450	100%	Sim																						
55	PA	JQ-353B	José Antônio de Lima	Jeq./C. Poções	380,0000	324,9433	86%	Sim	76	A	AG	B	AP	AG	N	N			2,2	9		AR	RG	S	RC	SC	Fone	Terra		
56	PA	JQ-355D	Marinalva Duarte Andrade	Jeq./C. Poções	143,6597	62,3556	43%	Não	56	BI	AG	B	AP	AG	N	N			7	10	125,68	AR	PN	S	FO	SC	Fone	Terra		
57	PA	JQ-355E	Selene Duarte de Andrade	Jeq./C. Poções	137,3542	57,9254	42%	Não																						
58	PA	JQ-355C	Pedro Manzela Duarte	Jeq./C. Poções	138,9969	35,5250	26%	Não																						
59	PA	JQ-355B	Sérgia Leony Duarte	Jeq./C. Poções	137,2787	20,9548	15%	Não												0		NR	NR	NR	NR	NR			NR	





**Proprietários atingidos pela Barragem de Jequitai**

No.	Sit.	Prop.	Proprietário	Município	Área Total (ha)	Área Indenizada (ha)	%	Totalm. Atingidas	Idade	Grau de escolaridade	Profiss.	Saúde	Uso da prop	At. Econ.	Res. Prop.	Membro usuário das Políticas Sociais			Renda Mensal	Caracterização da residência e benfeitorias									
																Acessa: Sim ou Não	Qual?	Valor SM		Salário + Benefício SM	Nº. Cômodos	Área construída (em m²)	Tipo de construção	Água para consumo	Energia elétrica	Esgoto	Destinação do lixo	Meios de comunicação	Condições de via de acesso (asfalto, pedra, Terra e etc..)
178	TA	JQ-387	Domingos Dos Reis Pereira	Jequitai	4,2961	4,2961	100%	Sim	55	A	AG	RE	AP	AG	N	N			1,1	6		AR	PN	S	FO	SC	Fone	Terra	
179	TA	JQ-471	Firmino Ferreira de Araújo	Jequitai	4,3850	4,3850	100%	Sim	82	NR	AG	B	AP	AG	N	N			3,5	9		AR	PN	S	FO	SC	Fone	Terra	
180	TA	JQ-392	Luzia Afonso Dos Reis	Jequitai	5,4297	5,4297	100%	Sim																					
181	TA	JQ-393B	Ivani Teixeira da Silva E Outros	Jequitai	9,3880	9,3880	100%	Sim	52	A	AG	B	AP	AG	N	N			1,45	6		AR	RG	S	FO	SC	Fone	Terra	
182	TA	JQ-354	Justina Jacinta da Fonseca	Jequitai	24,2000	17,6700	73%	Sim												70,26	AR	RG	S	FO	SC	Fone	Terra		
183	TA	JQ-383	Espólio de Isídio Pereira Benfica	Jequitai	44,7593	34,8589	78%	Sim																					
184	TA	JQ-446	Herdeiros de Gaspar Dos Santos	Jequitai	52,5098	52,5098	100%	Sim																					
185	TA	JQ-445	Benta Araújo Neves	Jequitai	70,7250	70,7250	100%	Sim																					
TOTAL-185																													

OBS: Dados em branco referem a informações Não obtidas até o momento, que estão sendo levantadas e serão atualizadas posteriormente.

\* As befeitorias atingidas são apresentadas nos cadastros individuais de cada propriedade

Grau de escolaridade	BI	BÁSICO INCOMPLETO
	BC	BÁSICO COMPLETO
	FI	FUNDAMENTAL INCOMPLETO
	FC	FUNDAMENTAL COMPLETO
	A	ANALFABETO
Profissão	AG	AGRICULTOR
	B	BOA
Saúde	R	RUIM
	RE	REGULAR
	MB	MUITO BOA
	AP	AGROPECUÁRIA
Uso da propriedade	N	Não
	S	Sim
Reside na Propriedade	AR	ALVENARIA COM REBOCO
	ASR	ALVENARIA SEM REBOCO
	MA	MADEIRA E ALVENARIA
	AD	ADOBE
	O	OUTROS
	PP	PAU A PIQUE
Água para consumo	AT	AGUA TRATADA
	CC	CISTERNA DE CHUVA
	BI	BICA PUBLICA
	RLO	RIO, LAGO, OLHOS D AGUA.
	PN	POÇO OU NASCENTE

**Filhos de Trabalhadores Rurais atingidos pela Barragem de Jequitai**

No.	Propriedade	Proprietário	Município	Situação	Nome	Reside na propriedade	OCUPAÇÃO DO FILHO
1	386	José Geraldo de Aguiar – Adquirida	JEQUITAI	Adquirida	Aureliano César Aguiar	não	
2	388	Pedro Leite Fonseca – Adquirida	JEQUITAI	Adquirida	Fabiana Aparecida Leite Fonseca	não	
3					Fábio Leite Fonseca	não	
4					Fernando Leite Fonseca	não	
5					Flávio Leite Fonseca	não	
6	441	Elosina Pereira Neves – Adquirida	JEQUITAI	Adquirida	Salvador Roberto Pereira	sim	Trabalhador Rural
7	443	Espólio de Vitorino Augusto Medeiros	JEQUITAI	Adquirida	Mauro Gilberto Medeiros		PROPIETÁRIO/HERDEIRO
8					Valdeci Neves Medeiros.		PROPIETÁRIO/HERDEIRO
9	385	Alcides Antônio Araújo	JEQUITAI	Tot. Atingida	Célio Alves de Araújo	não	
10	392	Luzia Afonso dos Reis	JEQUITAI	Tot. Atingida	Aldimar Afonso dos Reis	não	
11	397	Espólio de Orozimbo Pereira da Silva	JEQUITAI	Tot. Atingida	Sidenoir Pereira da Silva	não	
12	398	Espólio de Orozimbo Pereira da Silva	JEQUITAI	Tot. Atingida	Raimundo Nonato Pereira	não	
13	420	Maria Cecília Fonseca	C.POÇÕES	Tot. Atingida	Arnaldo Duarte	sim	Saúde Mental
14					Carlos Duarte	sim	Trabalhador Rural
15					Ednaldo Duarte	não	Saúde Mental
16					Maria Adriana Duarte	não	Saúde Mental
17	445	Benta Alves de Araújo	JEQUITAI	Tot. Atingida	Adão Neves de Araújo	sim	Trabalhador Rural
18					João da Luz Neves de Araújo	sim	Trabalhador Rural
19					Maria Aparecida Neves de Araújo	não	Trabalhador Rural
20					Maria Marta Neves de Araújo	sim	Trabalhador Rural
21					Maria Vilma Neves de Araújo	sim	Trabalhador Rural
22	446	Herdeiros de Gaspar dos Santos	JEQUITAI	Tot. Atingida	Deutruedes dos Reis Ferreira	sim	Trabalhador Rural
23					Mariana Duarte	sim	Trabalhador Rural
24	471	Firmino Ferreira de Araújo	JEQUITAI	Tot. Atingida	Érasmo Antunes de Souza	sim	Trabalhador Rural

Filhos de Trabalhadores Rurais atingidos pela Barragem de Jequitai							
No.	Propriedade	Proprietário	Município	Situação	Nome	Reside na propriedade	OCUPAÇÃO DO FILHO
25	472	Espólio de Filomeno Antônio de Araújo	JEQUITAI	Tot. Atingida	Ildon Aparecido Batista	sim	Trabalhador Rural
26	351-D	José Mendes da Silva	C.POÇÕES	Tot. Atingida	José Roxo da Silva	não	
27	353-A	José Onides Queiroz	C.POÇÕES	Tot. Atingida	Warley Alves Fonseca	sim	
28					Wesdley Alves Fonseca	sim	
29					Willian Alves Fonseca	sim	
30	355H	Odete Duarte Barbosa	JEQ/C.POÇÕES	Tot. Atingida	Janice Duarte	sim	
31	393-C	Avilmar Rosa Almeida	JEQUITAI	Tot. Atingida	Mariele Teixeira Almeida	sim	Leva comida na roça/serviços leves.

**OBS: Dados em branco referem a informações não obtidas até o momento, que estão sendo levantadas e serão atualizadas posteriormente.**

CIDADE	Filhos
C.POÇÕES	8
JEQ/C.POÇÕES	1
F.DUMONT	0
JEQUITAI	22
<b>Total</b>	<b>31</b>

SITUAÇÃO	Propriedades
Tot. Atingida	13
Parc. Atingida	0
Adquirida	4
<b>Total</b>	<b>17</b>

**Meeiros atingidos pela Barragem de Jequitai**

No.	Propr.	Proprietário	Município	Situação	Nome	Tempo de trabalho	Atividade afetada	Renda Mensal	Reside. na Prop	Carteira assinada	Prejudicado. Posto trabalho	No. de cômod.	Área	Tipo de construção	Água consumo	Energia	Esgoto	Lixo	Condiç. acesso	
1	440	Regino Pereira de Oliveira	F.DUMONT	Parc. Atingida	Altair Alves Barroso		AGR	R\$ 1.090,00		Temporário	Não	4		Alvenaria com reboco	Água filtrada	Energia Elétrica	Fossa	SC	Terra	
2	423	Agenor Augusto Fonseca	F.DUMONT	Parc. Atingida	Antônio Leite Costa		AGR	R\$ 1.090,00		Sem Carteira	Parcialmente	9		Alvenaria com reboco	Água capt. na rede	Energia Elétrica	Fossa	SC	Terra	
3	420	Maria Cecília Fonseca	C.POÇÕES	Parc. Atingida	Carlos Duarte Fonseca							6		adobe	Água filtrada	Energia Elétrica	Fossa	SC	Terra	
4	310B	Leane Duarte Costa	C.POÇÕES	Parc. Atingida	Cícero Evangelista Costa		AGR	R\$ 4.750,00		Sem Carteira	Parcialmente			Alvenaria com reboco	Água filtrada	Energia Elétrica	Fossa	SC	Terra	
5					José Riton Leal		AGR	R\$ 300,00		Sem Carteira	Não				Alvenaria com reboco	Água filtrada	Energia Elétrica	Fossa	SC	Terra
6					Manoel Evangelista Costa		AGR	R\$ 420,00		Sem Carteira	Parcialmente				Alvenaria com reboco	Água filtrada	Energia Elétrica	Fossa	SC	Terra
7	309	Maria de Lourdes Costa Fonseca	C.POÇÕES	Parc. Atingida	Dalton Wellington Queiroz		AGR	R\$ 2.315,00		Sem Carteira	Totalmente	6		Alvenaria com reboco	Água filtrada	Energia Elétrica	Fossa	SC	Terra	
8					Karlyson Duarte Queiroz	8 ANOS	AGR	R\$ 1.770,00		Sem Carteira	Totalmente				Alvenaria com reboco	Água filtrada	Energia Elétrica	Fossa	SC	Terra
9					Nilson Pereira de Queiroz	16 ANOS	AGR	R\$ 1.770,00		Sem Carteira	Totalmente				Alvenaria com reboco	Água filtrada	Energia Elétrica	Fossa	SC	Terra
10					Roneison Pereira Queiroz		AGR	R\$ 1.770,00		Sem Carteira	Totalmente									SC
11	355e	Selene Duarte de Andrade	JEQ/C.POÇÕES	Parc. Atingida	João Beltrano Filho	2 ANOS	AGR							Alvenaria com reboco	Água filtrada	Energia Elétrica	Fossa	SC	Terra	
12	431	Silvano Fonseca	F.DUMONT	Tot. Atingida	José Nilton Lima Filho		AGR	R\$ 1.620,00		Temporário	Totalmente								SC	Terra
13	393-G	Claudio Rodrigues da Silva	JEQUITAI	ADQUIRIDA	Lucílio Pereira Benfica	40 ANOS	AGR	R\$ 1.560,00			Totalmente	8		Alvenaria com reboco	Água filtrada	Energia Elétrica	Fossa	SC	Terra	
14	422a	Mirtes valdivia da Cruz	F.DUMONT	Parc. Atingida	Mauro Luis Fonseca		AGR	R\$ 1.340,00		Sem Carteira	Totalmente	5		Alvenaria com reboco	Água filtrada	Energia Elétrica	Fossa	SC	Terra	
15	357	Silvano Leite Fonseca	C.POÇÕES	ADQUIRIDA	Paulo Roberto Meira Fonseca	5 ANOS	AGR			Sem Carteira	Parcialmente			Alvenaria com reboco	Água filtrada	Energia Elétrica	Fossa	SC	Terra	
16	310A	João Carlos Vieira	C.POÇÕES	Parc. Atingida	Pedro Paulo	8 ANOS	AGR	R\$ 3.000,00		Sem Carteira	Parcialmente			Alvenaria com reboco	Água mineral	Energia Elétrica	Fossa	SC	Terra	
17					Domingos Rosa Vieira	5 ANOS	AGR							5		Alvenaria com reboco	Água filtrada	Energia Elétrica	Fossa	SC
18	386	José Geraldo de Aguiar	JEQUITAI	ADQUIRIDA	Sebastião dos Santos Gonçalves	8 ANOS	AGR					6		Alvenaria com reboco	agua filtrada	rede geral	Fossa	SC	Terra	
19					José Cláudio Ferreira		AGR													SC
20	455A	Maria Cecília Fonseca	C.POÇÕES	Tot. Atingida	Sidnei Soares Pereira														SC	Terra
21	355-B	Sérgia Leony Duarte	C.POÇÕES	Parc. Atingida	Valdeir Fonseca Amorim		AGR	R\$ 3.346,00		Sem Carteira	Totalmente	10		Alvenaria com reboco	Água filtrada	Energia Elétrica	Fossa	SC	Terra	
22	353	Isaac Antônio de Lima	C.POÇÕES	Parc. Atingida	Valdir Antônio de Souza	30 ANOS	AGR	R\$ 708,00		Sem Carteira	Totalmente	9		Alvenaria com reboco	Água natural(mina)	Energia Elétrica	Céu aberto	SC	Terra	
23	416	Paula Hermita Fonseca Oliveira	F.DUMONT	Parc. Atingida	Noé Fonseca Oliveira		AGR	R\$ 300,00		Sem Carteira	Totalmente	8		Alvenaria com reboco	Água filtrada	Energia Elétrica	Fossa	SC	Terra	
24					Weule Fonseca		AGR	R\$ 300,00		Sem Carteira	Totalmente				Alvenaria sem reboco	Água filtrada	Energia Elétrica	Fossa	SC	Terra
25	385	Alcides Antônio Araújo	JEQUITAI	Tot. Atingida	Wilson Alves dos Santos	4 ANOS	AGR	R\$ 1.256,00		Sem Carteira	Totalmente	6		Alvenaria com reboco	Água filtrada	Energia Elétrica	Fossa	SC	Terra	
26					José dos Reis P. dos Santos	4 ANOS	AGR	R\$ 1.390,00		Temporário	Totalmente	6			Alvenaria com reboco	Água filtrada	Energia Elétrica	Fossa	SC	Terra
27	391	Luiz Gonzaga Benfica	JEQUITAI	Parc. Atingida	Hernanes Ferreira da Fonseca		AGR			Sem Carteira	Totalmente								SC	Terra
28	445	Benta Araújo Neves	JEQUITAI	Tot. Atingida	Geraldo Rodrigues da Luz		AGR	R\$ 1.145,00		Carteira Assinada	Totalmente	5		Alvenaria com reboco	Água capt. na rede	Energia Elétrica	Fossa	SC	Terra	
29					João Batista Pereira		AGR													
30	355-J	Selene Duarte de Andrade	JEQ/C.POÇÕES	Tot. Atingida	José Ademar Leite Fonseca		AGR												SC	Terra
31	349b	Mailde Pinheiro da Fonseca	F.DUMONT	Parc. Atingida	Dalva Pinheiro de J. Santos	6 ANOS	AGR			Sem Carteira	Totalmente	5			Água capt. na rede	Energia Elétrica	Céu aberto	SC	Terra	
32					Audeir dos Santos Queiroz	15 ANOS	AGR							8		Alvenaria com reboco	Água filtrada	Energia Elétrica	Fossa	

**OBS:** Dados em branco referem a informações não obtidas até o momento, que estão sendo levantadas e serão atualizadas posteriormente.

SITUAÇÃO	Propriedades
Parc. Atingida	12
Tot. Atingida	4
Adquirida	5
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>

AGR - Agricultura  
NR - Não Respondeu  
SC Sem Coleta

Município	Meeiros
F.DUMONT	8
C.POÇÕES	14
JEQUITAI	8
JEQ/C.POÇÕES	2
<b>Total</b>	<b>32</b>